

CENDOC em Revista



Revista Comemorativa 48 anos

Expediente:**Direção Geral:**

Ten Brig do Ar Antônio Carlos Moretti Bermudez
Comandante do COMGEP

Coordenação:

Cel Int Carlos Alberto Leite da Silva

Assessor de Projetos :

Ten Cel Int R1 Marcus Rosselini Policarpo Silva

Redação:

2º Ten QOCON BIB Thiago Roberto dos Santos Mercedes
2º Ten QOCON BIB Cíntia Fernandes Lima

Diagramação:

Thalita Batista Ferreira Pires
Empresa: A&C Design

Revisão:

Professora Catarina Labouré Madeira Barreto Ferreira

Capa:

Diagramação: 1º Ten QOEA SVI Luciana Maia do Rosário

Tiragem:

1000 exemplares

Colaboradores:

SO Refm Paulo Roberto Boechat
SO Refm Clovemniudo Cipriano da Silva
SO Refm José Hamilton da Costa

Contatos:

Home page: www.cendoc.aer.mil.br
Intraer: www.cendoc.intraer
e-mail: cendoc@fab.mil.br
Endereço: Av. Mal. Fontenelle, 1200 - Campo dos Afonsos - RJ - CEP: 21.740-450

SUMÁRIO

2. Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez. Comandante-Geral do Pessoal.
3. Cel Int Carlos Alberto Leite. Diretor do CENDOC.
4. Angela Monteiro BETTENCOURT. **A BNDigital e a Memória Documental Brasileira.**
11. Luciana Garbin. **Memória Preservada.**
14. Daniel Flores (Doutor em Ciencia da Informação) e Graziella Cé (Mestra) Porto Alegre/ RS - Brasil **Archivematica e ICA-Atom (AtoM) como Plataformas do Ambiente de Preservação e Acesso de Documentos Arquivísticos.**
21. José Ricardo Marques. **Os Arquivos na Era Digital.**
23. 2º Ten QOCON ARQ Fernanda Maria de Andrade Ferreira. 2º Ten QOCON AQV Ana Domingos de Souza. **Subdivisão de Arquivologia – Gestão de Documentos no Âmbito do Comando da Aeronáutica.**
25. Luís Fernando Sayão. (Doutor em Ciência da Informação) Luana Farias Sales. **Conectando a Biblioteca de Pesquisa à eSCIENCE: Desafios e Oportunidades.**
36. Ten Cel R1 Maria Luiza Cardoso. **De DIRDOC à CENDOC: A Trajetória do Centro de Documentação da Aeronáutica.**
46. 2º Ten QOCON HIS Rachel Motta Cardoso, (Doutora em História). **Sobre as Fontes, os Documentos e os Arquivos.**
53. 2º Ten QOCON BIB Thiago Roberto dos Santos Mercedes e 2º QOCON BIB Cíntia Fernandes Lima. **Biblioteconomia na Força Aérea: Inovação para Tomada de Decisão.**
55. Jorge Antonio Rangel - (Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo) e Sônia Camara (Pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo). **A Importância dos Arquivos para a Escrita da História: Algumas Reflexões.**
66. Ten QCOA R/2 Rosana Cristina Azevedo de Almeida e S2 SSG Rugery Gonzaga de Melo. **A Importância da Divisão de Arquivo Geral para o CENDOC e o COMAER.**

COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL COMGEP



Primeiramente gostaria de parabenizar o Centro de Documentação da Aeronáutica por mais uma publicação da revista comemorativa, cujo objetivo é compartilhar com os militares e civis do Comando da Aeronáutica as atividades inerentes ao arquivamento e publicação dos documentos e legislações da Força Aérea.

O Centro de Documentação completa neste ano 48 anos de criação, fato este que se reveste de grande magnitude, principalmente nos dias atuais onde as atualizações das informações, bem como a necessidade de preservá-las em forma de arquivos digitais, ganharam uma velocidade de disseminação enorme, necessitando uma constante atualização para o arquivamento e conservação de nossas publicações. Este marco é muito importante para nossa Força e assim somos levados a refletir a respeito de todo esforço e dedicação, de homens e mulheres, dos primórdios de 20 de maio de 1969 até os dias atuais, rendendo a todos o nosso reconhecimento e homenagens.

Sediado, desde sua criação, no lendário Campo dos Afonsos, o CENDOC sempre foi uma Organização diferenciada. Além de cumprir com extrema eficácia sua missão de planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica, tem se destacado como uma referência na gestão documental na administração pública.

Outraponto muito importante a destacar é o excepcional trabalho realizado, onde todos buscam soluções práticas e viáveis para o arquivamento digital de nossos documentos, como forma de perenizar de forma prática e segura os arquivos de nossa Força Aérea.

Assim, nesta edição comemorativa da revista CENDOC podemos contar com importantes e interessantes artigos, escritos por diversos colaboradores da gestão documental e arquivística brasileira, que com certeza engrandecerá muito a cultura de documentos da Aeronáutica.

Finalmente, também gostaria de congratular-me com todos os integrantes do Centro de Documentação da Aeronáutica pelo excelente trabalho realizado nos últimos anos, principalmente no gerenciamento e arquivamento dos documentos de nossas Organizações Militares durante o processo de Reestruturação da Força Aérea. Saibam que muito foi feito até aqui e, que muito ainda será feito. Rendo, agora, minha fraterna homenagem na data dos seus 48 anos de criação e sinto-me honrado de ter participado da sua história. Desejo a todos felicidades no cumprimento de suas missões.

Parabéns CENDOC.

Ten Brig do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez
Comandante-Geral do Pessoal

DIRETOR DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA CENDOC



Inovando a Gestão Documental o Centro de Documentação da Aeronáutica orgulha-se de apresentar os trabalhos de profissionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e História, nesta edição que celebra os 48 anos de criação do CENDOC. Nossos agradecimentos especiais a todos os amigos e parceiros que buscam aprimorar a gestão documental brasileira, atentos para desafios presentes nas inovações que tratam de Repositório Digital, Integração de Bibliotecas, acessibilidade e preservação. As propostas e ações discutidas nesta edição do “CENDOC em Revista” mostram a motivação e profissionalismo de todos aqueles que têm agregado conhecimento à família cendoquiana, em discussões como “Business Information” e ferramentas de integração. Parabéns a todos os que fazem do Comando da Aeronáutica um líder brasileiro na produção de conhecimento para a Ciência da Informação.

Celebramos os 48 anos de edificação de uma instituição que preza pela busca de boas práticas, com profissionais qualificados e atuando no atendimento de metas nas áreas de Gestão Documental, Biblioteconomia, valores profissionais e avaliação de processos.

O desenvolvimento de atividades visando à classificação, destinação e eliminação são alguns dos exemplos onde o dimensionamento e atuação continuada do CENDOC passaram a ser efetivos, como órgão central de documentação do COMAER.

Felicitos a todos aqueles que inspirados pelo exemplo do Maj Brig Paulo de Vasconcellos Souza e Silva, continuam a edificar uma instituição singular e focada na reestruturação do Comando da Aeronáutica.

Que Deus continue abençoando a nossa querida instituição.

Cel Int Carlos Alberto Leite da Silva
Diretor do Centro de Documentação da Aeronáutica

A BNDIGITAL E A MEMÓRIA DOCUMENTAL BRASILEIRA



Angela Monteiro Bettencourt
Mestre em Ciência da Informação
pelo IBICT/UFRJ

RESUMO

Este artigo relata os dez primeiros anos da Biblioteca Nacional Digital a BNDigital. Lançada em 2006 a BNDigital está constituída por três segmentos – captura e armazenagem de arquivos digitais; tratamento e publicação de acervos digitais e projetos de digitalização e divulgação. Foram criados três programas de digitalização – a Rede da Memória Brasileira, a Hemeroteca Digital e a Brasileira Fotográfica, além de parcerias com as principais bibliotecas digitais do mundo, como a Biblioteca Digital Mundial, a Gallica, a Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero-Americano e a Biblioteca Digital de Portugal. Com a Biblioteca Nacional de Portugal a BNDigital lançou em 2016 o portal da Biblioteca Digital Luso-Brasileira.

Palavras-chave: BNDigital; Bibliotecas digitais; e Bibliotecas nacionais.

Neste ano, a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), completou 10 anos de existência, e a ocasião não poderia ser mais oportuna, para se fazer uma pequena retrospectiva desse período, que inaugurou e sedimentou os princípios fundamentais de sua trajetória.

As bibliotecas sempre foram locais de guarda e preservação da memória, surgidos muito antes do advento da imprensa e já foram denominados de – minerais, animais e vegetais, de acordo com o material utilizado para o suporte dos documentos que guardavam. As primeiras bibliotecas nacionais surgiram no século XVIII, como elementos de constituição da identidade nacional, inseridos em uma perspectiva herdeira das concepções iluministas e dos ideais da Revolução Francesa.

Com mais de duzentos anos de existência, a Biblioteca Nacional do Brasil é a instituição responsável pela captação, guarda e preservação da memória documental brasileira. No plano internacional, é considerada pela UNESCO a oitava maior biblioteca do mundo, o que inegavelmente a torna, no âmbito nacional, o maior dispositivo cultural para a pesquisa e a preservação da memória brasileira.

Consideradas como locais primordiais

para a conservação, a difusão e a democratização de acervos históricos e culturais, as bibliotecas vêm sofrendo profundas alterações. Vivemos hoje no mundo do conhecimento interativo, em que a internet e a *web* modificaram aspectos fundamentais relativos à importância da informação, seu tratamento e sua forma de distribuição e acesso. Acompanhando a evolução das tecnologias e as novas demandas de seus diferentes usuários, as bibliotecas digitais, surgem como um novo paradigma que se contrapõe à visão tradicional de bibliotecas nacionais, como guardiãs estáticas da memória. Bibliotecas Digitais são hoje importantes instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento, simultaneamente desempenham um papel fundamental na preservação física de preciosos acervos documentais e memoriais.

Criadas, em um primeiro momento, à imagem e semelhança das bibliotecas tradicionais que lhes deram origem, passam, neste segundo momento que vivemos, a traçar seu próprio rumo – desenvolvendo, adotando e sedimentando novas políticas e métodos de tratamento da informação digital, distintos da forma tradicional de tratar a informação analógica.

Oficialmente lançada em 2006, a

BNDigital, integra coleções que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Tem a missão de preservar a memória cultural e permitir o acesso múltiplo, simultâneo e sem fronteiras ao seu acervo em domínio público, equacionando, dessa forma, o dilema de séculos entre preservar e dar acesso.

A disseminação de tecnologias da informação em favor do desenvolvimento da sociedade brasileira é uma das metas governamentais. Nesse sentido, a partir de 2008, a BNDigital passou a receber aporte financeiro do Ministério da Cultura (MINC), mediante a inclusão no programa Livro Aberto. Essa ação tem por finalidade ampliar e democratizar o acesso aos documentos que compõem o acervo Memória Nacional, disponibilizando-o na Internet, por meio da BNDigital.

A estrutura interna da BNDigital é constituída por três segmentos – captura e armazenagem de acervos; tratamento e publicação de acervos digitais; e projetos de digitalização e divulgação. Conta com uma equipe multidisciplinar que reúne bibliotecários, arquivistas, historiadores e fotógrafos.

A captura ou conversão de documentos para o digital visa tanto à armazenagem e à preservação, como o acesso e à acessibilidade. Essa dualidade se expressa em exigências distintas em termos de qualidade e técnicas de conversão do analógico para o digital. Um arquivo máster guarda todas as características do objeto original, inclusive seus sinais de uso – fiéis aos documentos originais. Arquivos com essas características são instrumentos para preservação a longo prazo e fonte para geração de arquivos derivados que, por sua vez, serão utilizados para o acesso pela *web*, ou seja, um arquivo desse tipo seria simultaneamente cópia e original. Autenticidade, integridade, proveniência e contexto são os princípios aplicados à qualidade dos objetos digitais.

A captura efetiva-se a partir do documento original ou do microfilme. Para isto, a BNDigital conta com um moderno e bem equipado Laboratório de Digitalização, composto por escâneres para conversão de documentos de grande dimensão, backs digitais, escâneres planetários e escâneres de microfilmes. As imagens são geradas com resolução de 300 ppi (pixels per inch), e armazenadas em formato TIFF (Tagged Image

File Format).

O acondicionamento dos arquivos digitais, assim como sua preservação a longo prazo, são pontos cruciais para bibliotecas digitais. Da mesma forma que o impresso necessita de armazéns e estantes para sua armazenagem, o digital precisa de um centro de processamento de dados (*Data Center*) para ser armazenado de forma segura, possibilitando o seu uso pelas futuras gerações.

A preservação digital engloba a preservação física das mídias e a preservação lógica, o que abrange *software* e *hardware*. Utilizar equipamentos de armazenagem com boa capacidade de estocagem é a metodologia mais adequada e segura para preservação a longo prazo das informações e dos arquivos digitais. O *Data Center* da Fundação Biblioteca Nacional possui infraestrutura com sistemas adequados e redundantes de climatização, energia, comunicação e monitoração para garantir segurança e longevidade aos arquivos digitais gerados pela BNDigital.

Os arquivos digitais máster, produzidos pela BNDigital, seguem padrões de qualidade internacionalmente adotados e encontram-se armazenados de forma distribuída nos storages – HP X9000 e EMC VNX5600 – hospedados no *Data Center* da FBN.

Em 2015, alcançou-se o volume total de 165 *Terabytes* de arquivos digitais máster, armazenados no *Data Center* da FBN. De acordo com a política de preservação digital adotada pela BNDigital é feita a redundância desses arquivos em sistema RAID (*Redundant Array of Independent Drives*), além de, cópias de segurança em fita magnética LTO (*Linear Tape-Open*).

O tratamento técnico dos arquivos digitais inclui sua identificação e descrição mediante o uso de metadados, tendo como principal finalidade permitir a disseminação, a recuperação da informação, além de, favorecer a interoperabilidade com outros sistemas de bibliotecas digitais.

O formato de metadados utilizado pela BNDigital é o *Dublin Core*, um formato que surgiu em 1995, a partir de discussões em um workshop patrocinado pela *Online Computer Library Center* (OCLC) e o Centro Nacional de Aplicações de Supercomputação (NCSA). Como o seminário foi realizado na cidade de Dublin em Ohio nos Estados Unidos, o conjunto de elementos foi nomeado *Dublin Core*.

O objetivo original do *Dublin Core* foi a definição de um conjunto de elementos, simples e autoexplicativos, que possibilitem ao próprio autor do documento descrevê-lo, ao publicá-lo eletronicamente na *web*. Foram elencados inicialmente treze elementos, posteriormente aumentados para quinze – título, criador, assunto, descrição, publicador, colaborador, data, tipo, formato, identificador, fonte, língua, relação, cobertura e direitos. Atualmente, o *Dublin Core* é um padrão ANSI (Z39.85) e norma ISO (15836-2003); por sua popularidade, é o mais utilizado para fins de interoperabilidade entre sistemas de bibliotecas e de repositórios digitais.

Para que os metadados sejam armazenados e codificados em meio legível por programas de computador, de uma forma generalizada e não proprietária, são utilizadas linguagens de marcação, como a *Hyper Text Markup Language* (HTML) e a *eXtended Markup Language* (XML). A linguagem HTML é utilizada para visualizar e editar páginas da *web*, um documento HTML é composto de duas partes: o cabeçalho (*head*) e o corpo (*body*). Os metadados em geral estão embutidos no cabeçalho, invisíveis para nós, mas visíveis para os motores de busca, que os processam e indexam, juntamente com a localização, ou *Uniform Resource Locator* (URL) do documento.

A linguagem de marcação XML é um padrão proposto e homologado pelo W3C¹, para representação e transporte de informações na *web*. A XML combina simplicidade, flexibilidade e portabilidade e, por isso, passou a ser amplamente utilizada na organização e no tratamento dos recursos em bibliotecas digitais. A grande maioria dos esquemas de metadados, como o *Dublin Core* e o *MARC XML*, faz uso da XML. A portabilidade, que significa não depender de plataformas de *hardware* ou de *software*, torna a XML fundamental para a interoperabilidade de entre sistemas.

Em bibliotecas digitais, os metadados são comumente armazenados em um sistema de banco de dados e ligados aos objetos digitais, descritos por através de um *link*. A BNDigital adota essa arquitetura de informação utilizando o *software* Sophia, plataforma que permite a integração de toda a cadeia de digitalização

1 Consórcio internacional, fundado em 1994 por Tim Berners-Lee, desenvolve padrões para a criação e a interpretação de conteúdos na *web* (W3 CONSORTIUM, 2001)

adotada pela BNDigital, desde a saída do documento selecionado para digitalização do setor de guarda, até a publicação na BNDigital. O *software* Sophia está integrado ao *software* livre *DSPACE*, indicado para a gestão de Repositórios Digitais.

O *DSPACE* é uma plataforma de coleta, gerenciamento, indexação e distribuição de recursos digitais. O programa é resultado de um projeto desenvolvido pelos laboratórios da *Hewlett Packard* (HP) e as bibliotecas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), para possibilitar a criação de repositórios digitais com funções de captura, distribuição e preservação de recursos digitais.

O *DSPACE* utiliza o protocolo para coleta de metadados mais utilizado por repositórios digitais, que é o *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH). Trata-se de um padrão baseado na Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), surgida a partir da Convenção de Santa Fé (Novo México), no final de 1999. Essa reunião teve como objetivo desenvolver e promover soluções de interoperabilidade que viessem a facilitar a disseminação eficiente de conteúdos digitais. O OAI-PMH funciona como uma interface que um servidor de rede pode empregar para que os metadados e os objetos digitais hospedados no seu servidor estejam disponíveis para aplicações externas de coleta de dados, possibilitando aos participantes da iniciativa o compartilhamento de seus metadados. Na arquitetura dos arquivos abertos, existem duas maneiras de participação: os Provedores de Dados (*Data Provider*) e os Provedores de Serviços (*Service Provider*). Os provedores de dados são os criadores e mantenedores de repositórios digitais e, como tais, permitem que provedores de serviços coletem e divulguem seus metadados e documentos digitais.

Em 2013, a BNDigital lançou seu novo site, desenvolvido em *WordPress*, que tem por base estudos, iniciados em 2011, para a criação de uma direção estratégica unificada que embasasse o processo de reestruturação da informação veiculada, redesenho da interface e da identidade visual do *website* da BNDigital. Como resultado, o site atual contempla novas funcionalidades como artigos, dossiês e exposições virtuais.

Nos artigos, o visitante pode conhecer significativa amostra do patrimônio documental, depositado na Biblioteca Nacional, reproduções

e transcrições de documentos, assim como ensaios, resenhas e pequenos históricos, que oferecem uma visão abrangente e contextualizada do acervo, proporcionando a compreensão do seu significado nacional.

Os dossiês oferecem visitas guiadas ao acervo digitalizado mediante o percurso temático por documentos e textos inéditos. Por meio desses dossiês, o visitante é levado a conhecer e a aprofundar seus conhecimentos sobre temas diversos da história e cultura nacionais.

As exposições virtuais consolidam uma longa tradição na montagem de exposições documentais, que remonta ao ano de 1881, quando a Biblioteca Nacional organizou a grande Exposição de História do Brasil. Hoje, através da BNDigital, o visitante pode acompanhar virtualmente as mais importantes exposições realizadas nos últimos anos pela Biblioteca Nacional.

Pela riqueza e diversidade de sua coleção, que inclui os mais variados tipos de documentos – impressos, manuscritos, publicações seriadas, documentos sonoros e iconográficos, entre outros, a BNDigital desenvolveu três grandes programas de digitalização que correspondem a três tipos de bibliotecas digitais temáticas – a Rede da Memória Brasileira, a Hemeroteca Digital Brasileira e a Brasileira Fotográfica.

A Rede da Memória Brasileira², primeiro programa da BNDigital, foi lançado em 2006, com um objetivo ambicioso e inédito apoiado na saudável ambição de automatizar e disponibilizar no ciber espaço os acervos de todas as instituições nacionais e internacionais que disponham de um patrimônio iconográfico e/ou textual, relativo à Memória Brasileira.

Conta hoje com mais de 25 instituições parceiras, entre elas, museus, arquivos e bibliotecas, tendo já inventariado e disponibilizado mais de cento e vinte mil documentos significativos para a história do país, e armazenados em diversas coleções espalhadas pelo Brasil e Portugal.

A Hemeroteca Digital Brasileira³, talvez seja o projeto que de melhor forma materializa a importante missão da Biblioteca Nacional, tal seja, proporcionar o amplo acesso às informações contidas em seu acervo. Jornais, revistas, boletins, relatórios e outras publicações periódicas são fontes primárias de informação histórica – cultural, científica, técnica, política etc. Tra-

2 <http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria>

3 <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

ta-se, pois, de acervo de interesse público, que requer ampla difusão e fácil acesso por todos os cidadãos não só brasileiros como de todo o mundo.

O programa teve início em 2011 e contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com objetivo principal de digitalizar e disponibilizar de 10 milhões de páginas de periódicos brasileiros, em domínio público.

A coleção de periódicos da Biblioteca Nacional é a mais antiga e completa do país. Para sua formação, beneficiou-se, desde 1907, com a lei do Depósito Legal, que - obriga o depósito na Biblioteca Nacional de um exemplar de tudo o que se publica no país, e, também, com o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros – PLANO. Criado em 1978 e coordenado pela Biblioteca Nacional desde 1982, ao PLANO compete coordenar a política de preservação do acervo documental hemerográfico existente em instituições brasileiras. O PLANO conseguiu, ao longo dos anos, reunir, resgatar e mapear grande parte da produção hemerográfica do país, complementando o acervo da Biblioteca Nacional e tornando-o ímpar para a Memória Brasileira.

Outra de suas características é reunir a maioria dos periódicos nacionais das diversas áreas do conhecimento. Assim, qualquer pesquisa científica, tecnológica, social, cultural e política deve se pautar em consulta à coleção de periódicos da Biblioteca Nacional. Fazem parte dessa coleção, alguns dos mais importantes jornais de foco político, tais como: *Correio da Manhã* (1901) um dos principais jornais da história da imprensa brasileira e o jornal extinto mais consultado na Biblioteca Nacional, *O País* (1860); *Gazeta de Notícias* (1875); *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) primeiro jornal publicado no Brasil; e *Correio Braziliense* (1808) publicação essencialmente crítica e analítica.

Em relação às revistas nacionais encontram-se valiosos títulos que contribuíram para a formação da cultura e política brasileira, como: a satírica *Careta* (1908); *O Malho* (1902) a primeira revista brasileira a usar cor em suas páginas; *Revista da Semana* (1900) a grande revista de variedades do início do século; o *Tico-Tico* (1905) a primeira revista de histórias em quadrinhos; *Ilustração Brasileira* (1909); e *Kosmos* (1904). O acervo também é composto por periódicos de caráter científico, como: *Revista de Engenharia* (1879); *Velloso* (1887), sobre bo-

tânica; Diário de Saúde (1835); Semanário de Saúde Pública: pela sociedade de medicina do Rio de Janeiro (1831); Archivo Médico Brasileiro: gazeta mensal de medicina, cirurgia, e sciencia-saccessorias (1844); e Revista dos Constructores: architectura e engenharia; hygiene e prática das construções (1889); entre outros.

Na Hemeroteca Digital Brasileira, além da busca pelos pontos de acesso tradicionais, como título, data e assunto, é também possível pesquisar por palavras do conteúdo textual das páginas digitalizadas. A ferramenta desenvolvida com tecnologia nacional *Doc Reader* permite, de maneira rápida, e intuitiva, a pesquisa de uma palavra ou combinação de palavras em um título específico ou em toda a coleção digitalizada. Podem ser aplicados filtros para que os resultados sejam refinados, e tudo funciona *online*, sem a necessidade de instalação de programas ou *plugins*.

Graças a parcerias firmadas com o Jornal do Brasil, O Fluminense e os Diários Associados, foram acrescentados à hemeroteca importantes títulos ainda com direitos autorais, como a revista O Cruzeiro, o Jornal do Commercio, O Fluminense e o Jornal do Brasil.

As perspectivas futuras incluem digitalizar mais 20 milhões de páginas, estabelecendo, parcerias com outras instituições públicas, a exemplo de parcerias de sucesso como, por exemplo, com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Implementar acordos com empresas e detentores de direitos autorais são também metas que visam ampliar exponencialmente acesso à pesquisa e ampliar a disponibilização de periódicos brasileiros, extintos e correntes na Hemeroteca Digital Brasileira.

A Brasileira Fotográfica é o mais recente programa da BNDigital, pensada como um espaço de visibilidade, fomento ao debate e a reflexão sobre os acervos fotográficos como gênero documental, abordados não só como fonte primária, mas também, enquanto patrimônio digital a ser preservado, uma iniciativa que iniciou com a união de esforços da Biblioteca Nacional e do Instituto Moreira Salles. Em seguida, três novos parceiros aderiram, a saber: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e o *Leibniz-Institut fuer Laenderkunde da Alemanha*.

No futuro, outras instituições do Brasil e do exterior, públicas e privadas, detentoras de acervos originais de documentos fotográfico, re-

ferentes ao Brasil, poderão vincular-se ao programa, para tanto, as instituições interessadas deverão contribuir com arquivos digitais e respectivos metadados que estejam de acordo com os padrões adotados internacionalmente.

Além dos três mencionados programas, acima mencionados, a BNDigital estabeleceu parcerias com importantes bibliotecas nacionais no exterior, participando dos seguintes projetos: a Biblioteca Digital Mundial, a França no Brasil, a Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero-americano e a Biblioteca Digital Luso-brasileira.

A Biblioteca Digital Mundial⁴ é o projeto internacional com maior amplitude, que integra 102 instituições de 46 países. Os objetivos principais desse projeto incluem: promover, internacional e interculturalmente, o conhecimento, expandir o volume e a variedade de conteúdos na Internet de forma a prover recursos a professores, pesquisadores e ao público em geral, além de capacitar as instituições parceiras de forma a reduzir a exclusão digital dos países, tanto interna quanto externamente. O projeto prevê a digitalização de documentos, cartas, fotos e mapas, com apresentação nas seis línguas oficiais da ONU⁵ e em língua portuguesa, devido à participação do Brasil por intermédio da Fundação Biblioteca Nacional.

A Biblioteca Digital Mundial disponibilizou 407 documentos digitais da BNDigital, entre mapas raros dos séculos XVI a XVIII e fotografias pertencentes à Coleção Thereza Christina Maria, doada pelo Imperador D. Pedro II. Essa coleção de fotografias foi registrada como Patrimônio da Humanidade no Programa Memória do Mundo da UNESCO

O projeto França no Brasil⁶ foi lançado em 2009 e resultou de parceria firmada entre a BNDigital e a Gallica, a Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional da França. O objetivo desse projeto foi criar um portal *web*, reunindo virtualmente documentos representativos da história das relações entre os dois países, desde o início do século XVI até o começo do século XX. Esses documentos - textos impressos, manuscritos, mapas, desenhos, fotografias, entre outros foram contextualizados por textos editoriais inéditos, produzidos por pesquisadores dos dois

4 <https://www.wdl.org/pt/>

5 inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo

6 <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/franca-no-brasil/>

países e traduzidos nos dois idiomas.

A Biblioteca Digital do Patrimônio⁷ Ibero-americano (BDPI) foi lançada em 2012. É um projeto da Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (ABINIA) com o objetivo de criar um portal, para a consulta unificada e acesso aos recursos digitais de todas as Bibliotecas participantes.

Com esse portal, a ABINIA visa divulgar o patrimônio bibliográfico de cada uma das Bibliotecas envolvidas no projeto, e facilitar o acesso de forma universal. A BDPI almeja tornar-se exemplo internacional de cooperação Ibero-americana. O portal também pretende incentivar todas as bibliotecas participantes a promoverem a digitalização das suas coleções, bem como a automação e padronização de seus catálogos, adaptando-os aos padrões internacionais de descrição e intercâmbio, que facilitem a interoperabilidade necessária para o desenvolvimento do projeto. Até o momento, o *design* e a criação do *site* ficou a cargo da Biblioteca Nacional de Espanha (BNE) e a tradução para o português de todos os textos do *site* ficou a cargo da BNDigital.

A Biblioteca Digital Luso-Brasileira (BDLB)⁸, em parceria com a Biblioteca Nacional de Portugal, é uma plataforma colaborativa, de acesso livre, integrando virtualmente o rico patrimônio histórico-cultural produzido nos países de língua portuguesa. Trata-se de uma iniciativa importante para a preservação, fomento e disseminação da cultura e memória das comunidades lusófonas.

No âmbito do acordo de parceria, firmado em 2014 com a Biblioteca Nacional Digital de Portugal, foi integrado ao portal o acervo do Registo Nacional de Objectos Digitais (RNOD), agregador de conteúdos digitais disponibilizados em rede por entidades portuguesas, que visa à coordenação e à difusão desses recursos em nível nacional e internacional.

Também faz parte do portal da BDLB todo o acervo da Rede da Memória incluindo os documentos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Esses documentos manuscritos dos séculos XVII e XVIII tratam da vida pública e privada dos habitantes das 18 capitanias, que atualmente correspondem a 22 estados brasileiros. Os originais que pertencem ao Arquivo Histórico Ultramarino, foram microfilmados, digitalizados e

7 <http://www.iberamericadigital.net/es/Inicio/>

8 <http://bdlb.bn.br>

indexados podendo ser acessados na BDLB.

O portal da Biblioteca Digital Luso-Brasileira consiste, em um primeiro passo, em dar nova dimensão, relevância e visibilidade na rede aos conteúdos culturais em língua portuguesa.

Nos últimos dez anos a BNDigital possibilitou à Biblioteca Nacional, depositária dos registros de memória nacional e responsável por sua coleta, guarda e disseminação, inserir-se em uma realidade de transformações, para acompanhar a evolução do mundo, especialmente no que tange às novas tecnologias e às novas formas de comunicação. Determinada a tornar o conhecimento sob sua guarda, apropriável pela sociedade, evidou esforços para inovar, realizando mudanças nas tecnologias empregadas, na capacitação de pessoal e na cooperação com instituições afins, o que possibilitou a criação da BNDigital e a formação de redes de compartilhamento.

Atualmente, o ambiente virtual da BNDigital, além de artigos, dossiês, exposições virtuais e projetos com parcerias nacionais e internacionais, reúne um acervo de mais de setecentos mil documentos, o que corresponde a cerca de dez milhões de páginas digitalizadas. No ano de 2013, **foram registrados mais de quatro milhões de acessos ao acervo digital. Esse resultado demonstra que a BNDigital vem conseguindo materializar, de forma virtual, duas das principais missões da Biblioteca Nacional – preservar e possibilitar o acesso à memória documental brasileira, por ela mantida.**

No decorrer de seus dez primeiros anos, a BNDigital já digitalizou mais de um milhão e meio de documentos, o que representa mais de 300Tb em acervo digital memorial. Atualmente, estão armazenados em um *Data Center* próprio com capacidade total de 360Tb, limite este que será atingido ainda em 2016. Esse crescimento exponencial dos arquivos digitais torna a sua armazenagem e preservação, pontos cruciais para instituições com missões custodiais, como a Biblioteca Nacional. Isso porque, atualmente, entende-se que essa missão compreende, também, a guarda dos documentos nascidos digitais. Os recursos necessários para preservar o patrimônio digital são elevados e exigentes, tanto do ponto de vista financeiro como do conhecimento tecnológico especializado.

O esforço concentra-se em operações de prevenção, monitoramento e migração, que venham garantir a preservação de documentos

digitais e assegurar que a informação neles contida permaneça legível, compreensível e reutilizável em longo prazo, mesmo se, o ambiente tecnológico e humano, no qual esses documentos foram produzidos, vier a sofrer alterações.

A rápida obsolescência dos sistemas de *hardware* e *software*, o custo elevado de aquisição e manutenção, assim como, as restrições orçamentárias e tecnológicas da maioria das instituições memoriais, apontam para o uso de soluções tecnológicas compartilhadas. Essas soluções assegurariam não só a racionalização de custos como também a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no campo da preservação digital e do acesso em redes. Nesse sentido, a BNDigital vem trabalhando para a criação de um Sistema Distribuído de Preservação Digital (SiDis Pre Dse), como solução para a gestão do patrimônio digital, com base na partilha de recursos e serviços, atuando no mundo de bibliotecas, arquivos e museus.

Tendo como princípio o trabalho cooperativo, o SiDis Pre Dse constituiria em uma rede interdisciplinar de atores, em que a Biblioteca Nacional ocuparia inicialmente posição de liderança, respeitando-se suas especificidades e vocações institucionais, assim como, sua experiência secular no tratamento e representação da informação, especificidades estas, capazes de atender às necessidades de infraestrutura para preservação e acesso de arquivos analógicos e digitais.



Fachada Antiga da Biblioteca Nacional



Fachada Atual da Biblioteca Nacional

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da Informação na Biblioteca Nacional do Brasil:** do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

BETTENCOURT, Angela Monteiro; SILVA, Neusa Cardim da; MARTINS, Vinicius Pontes. **Memória digital brasileira. Revista do Livro da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 55, ano 19, p. 49-56, 2015.

OPEN ARCHIVES FORUM, 2005 OPEN ARCHIVES FORUM. Disponível em: <<https://www.oaforum.org/>> . Acesso em: 28 nov. 2016.

W3CONSORTIUM. **Extensible Markup Language (XML):** W3C recommendation 6. 2. ed. versão 1.0. Out. 2001. Disponível em: <<https://www.w3.org/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MEMÓRIA PRESERVADA

Documentos de Santos-Dumont sob guarda do CENDOC ajudam a entender a trajetória do patrono da Força Aérea Brasileira como inventor e pessoa.



Luciana Garbin
Jornalista, Editora no jornal “O Estado de São Paulo” e curadora da amostra Santos Dumont



Figura 1: Um dos retratos do inventor que compõem o acervo hoje sob guarda do CENDOC

O Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) guarda parte importante da história de um dos brasileiros mais notáveis de todos os tempos: Alberto Santos-Dumont. São mais de 3 mil itens, entre fotos, documentos e recortes de jornais do mundo inteiro coletados pelo inventor ao longo de sua vida.

O relato de como esse acervo foi parar no Campo dos Afonsos parece roteiro de filme. Um filme que começou há mais de oito décadas, em plena Revolução Constitucionalista.

Em 20 de julho de 1932, tropas paulistas e getulistas guerreavam no Estado de São Paulo quando Santos-Dumont, o herói brasileiro, enforcou-se com uma gravata em um hotel de luxo do Guarujá. Dias antes, ele havia escrito uma carta em que apelava pela união nacional. Seu pedido não surtiu efeito, mas sua morte acabou interrompendo os bombardeios por um dia.

Retomado o conflito, parentes do inventor passaram a temer pelos documentos e objetos que ele acumulara em seus 59 anos de vida. O acervo pessoal estava guardado na Encantada, casa que construiu em Petrópolis.

Atendendo a um pedido de familiares de São Paulo, Jorge de Toledo Dodsworth, casado com Sophia Dumont, sobrinha de Santos-Dumont, foi até a cidade da região serrana fluminense resgatar os bens do aviador. Após encher de objetos e documentos um cesto de vime e algumas malas-armário, pôs tudo em um automóvel e voltou ao Rio de Janeiro, onde morava.

Grande parte do material era composta por notícias sobre Santos-Dumont publicadas em vários jornais do mundo e imagens dos ba-

lões, dirigíveis e aeroplanos que o transformaram no brasileiro de maior projeção e prestígio internacional no começo do século 20. Muitos documentos haviam cruzado com ele o Oceano Atlântico, quando se mudou de volta da França para o Brasil.

Todo o acervo foi colocado no porão do casarão da Praia do Flamengo onde Sophia e Jorge viviam e ali permaneceu intocado por 37 anos. Só foi redescoberto no final da década de 1960, quando surgiu a ideia de erguer-se um prédio no terreno e a família começou a desocupar o imóvel.



Figura 2: Dirigível nº 9, uma das criações de Santos-Dumont, cercado por uma multidão.

Em 14 de junho de 1969, durante a limpeza pré-demolição do casarão, as malas de Santos-Dumont, esquecidas no porão, foram entregues a Nelson Freire Lavenère-Wanderley. Genro da dona do imóvel, ele fez história na Força Aérea Brasileira: além de Tenente-Brigadeiro, foi Ministro da Aeronáutica e autor do primeiro livro sobre a história da FAB.

Entusiasta dos feitos do inventor, Lavenère-Wanderley separou e limpou os documentos. Depois, os organizou-os em ordem cronológica, divididos-os por assuntos, e encadernou-os em volumes. Paulatinamente, o Tenente-Briga-

deiro também foi juntando à coleção reportagens e notícias publicadas nas décadas seguintes sobre Santos-Dumont e colocou tudo à disposição de pesquisadores.

No total, o oficial encontrou nas malas esquecidas no porão do Flamengo 133 recortes de jornal de 1899, 203 de 1900, 7.689 de 1901, 3.995 de 1902 e 608 de 1903. A maior quantidade em 1901 e 1902 deve-se à importância das realizações de Santos-Dumont nesses anos. Para Lavenère-Wanderley, foi o período “mais glorioso” da carreira do inventor, “quando a população de Paris, da França e de todo o mundo civilizado acompanhava, empolgada, suas sensacionais experiências sobre a dirigibilidade dos balões”. Mais tarde, viriam outros feitos memoráveis, como o histórico voo do 14-Bis em 1906.

Depois de passarem quase quatro décadas esquecidos no porão do sobrado no Flamengo, os documentos que o inventor colecionou ao longo da vida permaneceram mais 35 anos guardados pela família. Com a morte do Tenente-Brigadeiro Lavenère-Wanderley, em 1985, coube à viúva dele, Sophia Helena, dar um destino ao material. Foi quando o CENDOC entrou na história.

Por intermédio do Arquivo Nacional, procurado em 2003, houve um primeiro contato entre a Aeronáutica e os parentes do inventor. Meses depois, o CENDOC comprometeu-se, em um termo de doação assinado com a família a organizar o acervo, conservá-lo e divulgá-lo por meio de, pelo menos, três exposições por ano, além de promover apresentações multimídia e publicar catálogos.

Para técnicos poderem manusear e digitalizar os documentos, foi feita uma parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Rio de Janeiro. Restauradores retiraram resíduos de cola e pedaços de fitas adesivas usadas por Lavenère-Wanderley para fixar recortes e fotos e fizeram pequenos reparos.

De volta ao CENDOC, os volumes foram desmembrados e as unidades documentais, separadas em quatro séries: Documentos Pessoais e Familiares, Inventos, Homenagens e Relações Pessoais. Cada uma delas foi dividida em subséries. A série Inventos, por exemplo, desmembra-se em Prêmios, Acidentes Aeronáuticos e Balões, Aeronaves e Outros. A série Relações Pessoais, em Recorte de Jornal, Correspondência, Fotografia e Outros.

Após ser escaneado, cada recorte, foto

ou carta foi guardado entre duas folhas de papel alcalino e recebeu um código a lápis, que permite identificar sua série e subsérie. Também foi associado a uma ficha que traz sua imagem digitalizada, informações gerais, sinopse do assunto e, em caso de documento estrangeiro, sua tradução.

As unidades documentais ocupam hoje-mapotecas de uma sala no Campo dos Afonsos e, além de estarem abertas a pesquisas, também podem ser acessadas por militares, por meio da intranet. A ideia é, no futuro, disponibilizar todo o material na internet.

Segundo especialistas, trata-se de uma documentação importantíssima para quem quer entender a trajetória de Santos-Dumont e sua contribuição para o desenvolvimento aeronáutico. Além de ter feito o primeiro voo catalogado de um veículo mais pesado que o ar, com o 14-Bis, em 1906, o brasileiro nascido em 1873 no Sítio Cabangu, na Serra da Mantiqueira mineira, já havia provado em 1901 que a dirigibilidade era possível ao decolar de seu hangar em Saint-Cloud, nos arredores de Paris, dar a volta na Torre Eiffel e aterrissar no ponto de origem. Tudo em 30 minutos. Em vez de ficar à mercê dos ventos, como os balonistas, Santos-Dumont mostrou que o homem podia, sim, dominar os ares. Uma conquista fundamental não só para a história dos pioneiros da aeronavegação como para a pesquisa científica em geral.

INVENTOR FOI UM DOS REIS DE PARIS NA BELLE ÉPOQUE

Recortes guardados no CENDOC dão ideia da fama que Alberto Santos-Dumont alcançou e de como a aviação mexia com o imaginário das pessoas no começo do século 20. Na época em que a Europa vivia o período de progresso e otimismo conhecido como *Belle Époque*, jornais franceses falavam, por exemplo, de brinquedos inspirados em criações do aviador, de caixas de chocolate com miniaturas de seus dirigíveis, de carro alegórico nele inspirado.

Ao longo da carreira, Santos-Dumont deu nome a avenidas, praças, flores. Após sua morte, virou nome até de cratera da Lua. Chamado em Paris de “*petit Santôs*” ou “*le petit Brésilien*”, o inventor conviveu com grandes personalidades. Por seu hangar, passaram figuras como o personalidades. Por seu hangar, passaram figuras como o Rei da Bélgica Leopoldo II, o Pínci-

pe Alberto I, de Mônaco, e a imperatriz Eugênia, viúva de Napoleão III. No CENDOC, uma foto dada ao aeronauta pelo inventor da lâmpada,



Figura 3:
Foto de Thomas Edison, inventor da lâmpada, com dedicatória para Santos-Dumont

Thomas Edison, tem a seguinte dedicatória: “*To Santos-Dumont, Pioneer of Aerial Navigation, Thosmas A. Edison*”.

O prestígio do aviador era tão grande que, em sua viagem aos Estados Unidos, ele foi recebido pelo próprio Presidente Theodore Roosevelt na Casa Branca. E jantou com Graham Bell, o inventor do telefone.

No auge da carreira, “*petit Santôs*” foi mestre em ditar modas. Seus colarinhos altos, ternos risca de giz, chapéu desabado e cabelo repartido ao meio ficaram famosos. Frequentador de lugares disputados e adepto de hábitos da elite da época, ele tinha paixão por esportes e viagens. O acervo do CENDOC abrange desde foto de partida de tênis apitada por Santos-Dumont a imagens suas esquiando na neve, praticando equitação ou posando com o cão galgo *Sabreur du Diable* (em português, Sabre do Diabo), com o qual disputava competições de cachorros de raça. Em uma foto já um pouco desbotada, o aviador aparece com outras quatro pessoas e dois camêlos diante de uma pirâmide do Egito. Em um programa do navio alemão Blücher, seu nome consta como sendo do Comitê de Lazer para a viagem Europa-Brasil na virada de 1913 para 1914.

Santos-Dumont também inspirou canções. Uma das mais conhecidas foi “A Conquista do Ar”, de Eduardo das Neves.

Nos recortes que passaram décadas esquecidos no porão do Flamengo e hoje estão no Campo dos Afonsos, há ainda centenas de registros de suas criações, desde o Brasil, seu primeiro e minúsculo balão, até imagens da *De-moiselle*, seu último e mais popular avião, considerada sua obra-prima. O histórico dia de 1901 em que o aviador contornou a Torre Eiffel com seu dirigível n.º 6 mereceu ampla cobertura da imprensa mundial, assim como acidentes que quase lhe custaram a vida, como o de 1901, quando chocou seu dirigível n.º 5 contra o telhado do Hotel Trocadero, em Paris.

Vários textos de jornais pertencentes ao acervo enaltecem seus feitos. “Santos-Dumont é o homem do dia (...). Muito valente, verdadeiro campeão do balão dirigível e brevemente sem

dúvida da máquina volante, ele tomou a frente no momento de revolucionar as condições da locomoção sobre nosso planeta”, resumiu o jornal francês L’Echo de Paris, em 14 de julho de 1901. “Não há qualquer sombra de dúvida quanto ao fato de que Santos-Dumont resolveu, definitivamente a questão da aeronavegabilidade”, publicou o New York Herald em 13 de julho de 1901.

Entre os recortes de jornais também chama a atenção um texto do jornal espírita Reformador, datado de 1.º de agosto de 1883, sobre uma profecia de julho de 1876 – quando Santos-Dumont tinha três anos de idade – de que o pai da aviação seria brasileiro. Um dos trechos diz o seguinte: “Vencer o espaço com a velocidade de uma bala de artilharia, em um motor que sirva para conduzir o homem, eis o grande problema que será resolvido dentro de pouco tempo. Essa máquina poderosa de condução não há de ser uma utopia não... O missionário que traz esse aperfeiçoamento à terra já se acha entre nós [...] Brasil, tu que foste o berço desta grande descoberta, serás em breve o país escolhido para demonstrar a força desta grande máquina aérea”.

Para rastrear referências a seu nome e a feitos aeronáuticos, publicados pela imprensa de todo o mundo, Santos-Dumont assinou o serviço de, pelo menos, quatro empresas especializadas em *clipping*: Le Courier de la Presse e Argus de la Presse, de Paris; Press Cuttings, de Londres; e The Manhattan Press Clipping Bureau, em Nova York. Elas empresas, periodicamente, enviavam-lhe recortes de reportagens de jornal que mencionavam seu nome. A maioria abordava seus feitos na “navegação aérea” ou na “aerostação”, mas havia notas também sobre homenagens, pretendentes, acidentes. Grande parte dos recortes está em inglês em francês, mas também há notícias e artigos de jornais em sueco, italiano, russo, húngaro, português e espanhol.

O inventor também costumava contratar fotógrafos para documentar seus experimentos. Não por acaso, muitas fotos do acervo têm várias cópias, como uma do 14-Bis com 49 repetições. Todas digitalizadas e guardadas no CENDOC, assim como os outros documentos, para o bem da história e a alegria dos pesquisadores.

ARCHIVEMÁTICA E ICA-ATOM (ATOM) COMO PLATAFORMAS DO AMBIENTE DE PRESERVAÇÃO E ACESSO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS



Daniel Flores, Doutor em Documentação pela USal - Universidad de Salamanca/España

Graziella Cé, Mestre em Patrimônio Cultural linha Patrimônio Documental Arquivístico pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO

Os avanços da tecnologia da informação trouxeram mudanças à sociedade. No caso da Arquivologia as transformações foram significativas, a citar a mudança de paradigma do registro das informações do suporte tradicional (papel) para o digital. Nesse caso, os documentos arquivísticos digitais apresentaram características diferentes por serem complexos e específicos, visto sua produção, gestão, preservação e acesso. A fragilidade e degradação física dos suportes digitais, obsolescência do *software* e do *hardware* são elementos que podem prejudicar o acesso, difusão e pesquisa dos usuários nas instituições arquivísticas. Conseqüentemente, é necessário pensar em alternativas que garantam a preservação e acesso autêntico aos documentos arquivísticos digitais, pois esses provam, testemunham e informam sobre uma organização e/ou sociedade. Nesse sentido, apresentar-se-á o Archivemática e o ICA-AtoM (AtoM) como plataforma de preservação e acesso em uma cadeia de custódia de documentos arquivísticos, preconizando que, ademais das entidades custodiadoras, é fundamental que esta mesma cadeia de custódia contemple os sistemas informatizados arquivísticos de gestão, preservação e acesso em um andar ininterrupto, sob pena de não se poder garantir a autenticidade desses registros.

Palavras-chave: Documento arquivístico digital; Preservação digital; Acesso; e Arquivologia.

INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação transformou e transforma a vida das pessoas por meio da utilização de mídias digitais com acesso a Internet em celulares, tabletes, computadores, entre outros. Um acontecimento que ocorre no Brasil, por exemplo, uma nova descoberta tecnológica é de conhecimento na França, Alemanha, entre outros países. No que tange à Arquivologia, a informática influenciou diretamente e ativamente na construção dos conceitos e da aplicabilidade nas organizações, inclusive por meio da produção de documentos digitais.

No Brasil, legislações do governo federal incentivam o uso do Processo Eletrônico Nacional (PEN), por meio da utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em qualquer órgão e/ou entidade pública, mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica. Na Universidade Federal de Santa Maria a Comissão

de Estudos para Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos Digitais (Gedai) desenvolvem ações com objetivo de estabelecer um programa para a gestão de documentos arquivísticos digitais, não digitais e híbridos. As organizações estão utilizando os documentos digitais em suas atividades, pois estes promovem melhorias nos processos administrativos, assim como proporcionam ganhos de produtividades e redução de custos e facilitam o acesso e a disseminação das informações.

A nova realidade exige uma atuação ativa e novas perspectivas, com o desenvolvimento de políticas de preservação digital, através da criação de equipes multidisciplinares, composta por arquivistas e profissionais da informática e outros profissionais. Isso ocorre devido à crescente demanda por tecnologias da informação,

visto serem ferramentas fundamentais no avanço científico, tecnológico e social. Esses profissionais desempenham um papel imprescindível no que tange à preservação digital como recurso primordial na gestão estratégica, tática e operacional.

As políticas de preservação envolvem muitos desafios a fim de manterem os arquivos como fonte confiável de pesquisa. Nessa perspectiva, o Archivemática e o ICA-AtoM (AtoM) constituem-se em ambiente de preservação e acesso. Esse ambiente contempla ambos, dividindo-se em Plataforma de Repositório Arquivístico e Plataforma de Descrição, Acesso e Difusão. Nesse âmbito, o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) publicou a Resolução nº 43/2015 e a Orientação Técnica nº 03/2015, que definem estes ambientes de preservação e acesso. Nesse sentido, este artigo terá como tema esses dois softwares Archivemática e o ICA-AtoM (AtoM) e a relação dos mesmos com a preservação e o acesso. Nesse sentido, este artigo tem como tema esses dois softwares.

O patrimônio arquivístico digital precisa ser protegido contra os perigos de desaparecimento e da perda de confiabilidade, sendo, nesse caso, a preservação elemento fundamental, que garante a manutenção do documento digital de forma íntegra e autêntica.

DESCRIÇÃO DE AMBIENTE DE PRESERVAÇÃO E ACESSO

A preservação e o acesso são assuntos em debate em face de inovação tecnológica e o acesso ao documento arquivístico enquanto patrimônio fundamental para a memória institucional, administrativa e social, relevantes para a comprovação e testemunho das atividades, assim como para o estudo da história.

Rousseau e Couture (1998) dispõem que as funções arquivísticas são a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a difusão e a conservação. Essas funções arquivísticas possibilitam a organização, recuperação, disponibilização e acesso ao patrimônio documental arquivístico. Essas funções são aplicáveis tanto para documento em suporte em papel quanto para documento digital.

No caso da temática em questão, a descrição é a atividade que visa à elaboração dos instrumentos de pesquisa a fim de permitir a localização e os assuntos dos conjuntos docu-

mentais, por meio da análise dos documentos.

A difusão/comunicação, por sua vez, visa à divulgação dos arquivos, efetuando a aproximação com os usuários. Rockembach (2015, p. 100) dispõe que “é umas das finalidades da existência dos arquivos, mas esta difusão somente pode ser exercida se as demais funções arquivísticas podem ser executadas de forma eficiente”. A conservação/preservação, por sua vez, tem relação com os processos que visam manter os acervos arquivísticos íntegros fisicamente para futuras consultas. Com o documento digital, essa função tem de ser pensada já na produção, pois as mídias são mais vulneráveis e frágeis.

Segundo Pinto (2014, p. 50),

A preservação começa desde logo na concepção e implementação da plataforma tecnológica na qual será produzida, organizada, armazenada e difundida a informação, nomeadamente no software utilizado, nos formatos adotados, na recolha, na fase e momento próprio, da meta-informação administrativa, técnica, estrutural, descritiva ou de preservação que permita a sua futura referência e o desencadear das diferentes estratégias de preservação que agirão sobre as diferentes dimensões, seja a bidimensionalidade do documento analógico, seja a pluridimensionalidade do “objeto” digital. Um papel que não poderá ser imputado a “informáticos”, mas que convoca permanentemente parcerias entre o gestor da informação e os diferentes atores, informáticos incluídos.

Nesse íterim, o acesso aos documentos de arquivo é um tema presente nas organizações, pois promove a tomada de decisão, a garantia dos direitos e dos deveres das instituições e dos cidadãos, por meio do acesso autêntico, seguro e eficaz dos documentos arquivísticos. Essa disponibilidade dos conjuntos documentais para pesquisa em todas as suas fases pressupõe o uso ativo dos conjuntos documentais e a transparência administrativa. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do ARQUIVO NACIONAL (2005, p. 19) registra que o acesso “é uma função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. Esse dicionário ainda ressalta que é “a

possibilidade de consulta a documentos e informações”.

A *Open Archival Information System – (OAIS)* é um modelo de referência conceitual para um sistema de arquivo desenvolvido pelo *Consultive Committee for Space Data System*, cujo objetivo é preservar e manter o acesso informacional a longo prazo, com a descrição do repositório digital e as características que permitem a preservação e o acesso dos documentos digitais a longo prazo. Diante dessa conjuntura, o uso de plataforma de preservação e acesso constitui-se em base que garante a autenticidade e a fidedignidade do documento arquivístico.

Nesse sentido, o aporte da legislação torna-se essencial. A Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015 do Conarq (2015a), estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - (SINAR). Essa resolução estabelece e aprova as diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), com vistas ao arquivamento e manutenção dos documentos arquivísticos em suas fases corrente, intermediária e permanente em formato digital, e de forma a garantir a autenticidade (identidade e integridade), a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação desses documentos.

A manutenção em todo o ciclo de vida da acessibilidade e a da autenticidade dos documentos digitais é elemento fundamental na garantia do acesso à informação aos cidadãos como forma de assegurar seus direitos. Nesse âmbito, o uso de RDC-Arq é visto como solução capaz de manter a preservação, autenticidade e acesso a longo prazo dos documentos arquivísticos digitais.

O Conarq (2015 a, p. 9) dispõe que “um repositório arquivístico digital confiável deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável”. E mais.

Um repositório digital para documentos arquivísticos tem que ser capaz de organizar e recuperar os documentos, de forma a manter a relação orgânica entre eles. Nesse sentido, deve apoiar a organização hierárquica dos documentos digi-

tais, a partir de um plano de classificação de documentos, e a descrição multinível, de acordo com a norma internacional para descrição arquivística (a “Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – (ISAD(G))” e a “Norma Brasileira de Descrição Arquivística – (NOBRADE)”). (CONARQ, 2015a, p. 10).

Quanto ao ambiente de preservação, as diretrizes do Conarq (2015a) dispõem que um repositório deve atender a um conjunto de condições que visam garantir a preservação a longo prazo dos pacotes de informação para arquivamento (*archival information package – AIP*). Esses conjuntos fazem menção à utilização de estratégias previstas no planejamento de preservação, com o registro adequado nos metadados de preservação; cuidados relativos ao armazenamento no que tange a suporte, formatos e previsão de necessidades de migração; preservação do documento digital que está no repositório; monitoramento da integridade do AIP com o registro de metadados de fixidade e de logs de checagem; por fim, o registro de todas as ações de preservação realizadas nos AIPs.

Quanto ao ambiente de acesso, as diretrizes do Conarq (2015a, p.17) dispõem que:

Todo repositório deve produzir pacotes de disseminação de informação (DIP), atendendo aos seguintes requisitos:

- *divulgação, para a comunidade de usuários, das opções disponíveis de acesso aos documentos e de entrega dos mesmos;*

- *Implementação de uma política de registro dos acessos ocorridos que esteja de acordo com as necessidades de controle desses acessos, tanto da parte do repositório como dos produtores dos documentos nele admitidos;*

- *concessão de acesso a cada AIP, para os usuários autorizados e da forma devida (ex.: autorização de “somente leitura”, ou acesso a um número limitado de itens por período), em conformidade com o acordo estabelecido entre o repositório e o produtor/depositante;*

- *documentação e implementação de políticas de acesso (identificação e autenticação de usuários), em conformidade com os acordos estabelecidos entre o repositório e o produtor/depositante – essas políticas de acesso podem variar, desde a isenção da necessidade de identificação de usuário até o controle rígido da identificação e autenticação do usuário;*

- *registro de falhas de controle de acesso (como, por exemplo, um acesso indevidamente negado) e uso desse registro para avaliar eventuais falhas no sistema de segurança;*

- *demonstração de que o processo que gera o DIP atende completamente à requisição do usuário (ex.: se o usuário pediu um conjunto de documentos, receberá o conjunto completo; se ele pediu um documento, receberá apenas esse único documento);*

- *demonstração de que o processo que gera o DIP está correto em relação ao pedido do usuário (ex.: se o repositório oferece imagens nos formatos JPG e PNG, o usuário deve receber, dentre esses, o formato que solicitou);*

- *demonstração de que todos os pedidos de acesso resultam em uma resposta de aceitação ou rejeição; e*

- *garantia da autenticidade dos DIPs, por meio da entrega de cópias autênticas dos originais ou da viabilidade de rastreamento auditável da relação entre o DIP e o objeto original – para isso, um repositório deve ser capaz de demonstrar o processo de construção do DIP a partir de um AIP.*

Para Gracio (2012, p. 61), “[...] a preservação a longo prazo é a forma de manter um objeto digital autêntico e acessível por tempo suficiente para atender às necessidades dos usuários.”

A Orientação Técnica nº 03, de novembro de 2015 do Conarq (2015b) apresenta os cenários de possibilidades de um Repositório Arquivístico Digital Confiável integrado a um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística

de Documentos (SIGAD). Segundo essa orientação (2015), ressalta que o RDC-Arq gerencia aspectos relativos ao armazenamento seguro e à aplicação sistemática de estratégias de preservação, ao passo que o SIGAD faz a gestão arquivística dos documentos.

A apresentação dos cenários de uso referente ao ciclo completo; nas idades corrente e intermediária; na idade permanente. .

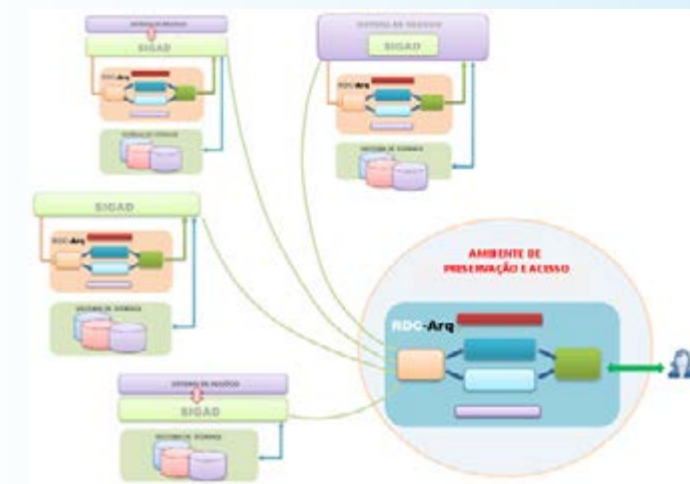


Figura 01: Modelo de negócio na idade permanente

Fonte: Conarq, 2015b

A referida orientação técnica apresenta os cenários de uso do SIGAD considerando as idades corrente, intermediária e permanente. Dentro desses cenários podem existir especificações de sistema de negócios específicos. Quanto a idade permanente a figura 01 apresenta a representação do modelo de negócio

Nesse modelo, os documentos arquivísticos digitais devem ser preservados por um RDC-Arq, incluindo os procedimentos de arranjo, descrição e acesso. Todos os sistemas de negócio estão conexos a esse repositório com ambiente de preservação e acesso.

Nessa perspectiva apresentada pela Orientação Normativa do Conarq, o SIGAD, pleno, contempla o sistema informatizado de gestão arquivística que contempla todos os documentos arquivísticos, incluindo todos os documentos arquivísticos da Instituição. Ainda, a Orientação em questão apresenta a possibilidade de desenvolvimento do SIGAD de Negócio, ou seja, um Sistema de Negócio que incorporou as funcionalidades e requisitos do SIGAD e que, e dessa forma, contempla a cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais. Esse SIGAD

de Negócio, pode contemplar um único processo de negócio, ou um único tipo documental, ou vários, e assim cuidar da produção, da gestão, e interoperar-se, interconectando-se diretamente via uma linha ininterrupta com o RDC-Arq, assim interoperando os Pacotes OAIS SIP para o RDC-Arq gerar os Pacotes OAIS AIP de preservação permanente e ainda derivar os Pacotes OAIS DIP para o ICA-AtoM (AtoM), para a descrição, difusão e acesso em uma plataforma arquivística normalizada, autenticada ao repositório arquivístico.

O acesso às informações contidas nos documentos e/ou nos conjuntos documentais nas instituições é de fundamental importância, pois é uma ferramenta essencial na comprovação das atividades desenvolvidas, na tomada de decisão e na preservação da história e da memória institucional.

No âmbito de preservação e acesso e considerando a fidedignidade e autenticidade dos documentos arquivísticos digitais o Archivemática e o ICA-AtoM (AtoM) apresentam-se como uma solução no sentido de garantir a presunção de autenticidade dos conjuntos documentais.

Archivemática e ICA-AtoM (AtoM)

O Archivemática é um sistema de preservação digital. Segundo FONTANA, et al. (2014, p. 72) "Archivemática é um *software* livre para criação de repositórios digitais, desenvolvido em código aberto e com acesso ao código fonte". É uma ferramenta desenvolvida pela empresa Artefactual System. Ainda FONTANA, et al. (2014, p. 72), dispõe que "este repositório foi projetado para a preservação digital, o acesso de documentos ostensivos e à preservação em longo prazo para acervos e coleções de objetos digitais, baseado no modelo conceitual OAIS".

Os repositórios arquivísticos digitais devem contemplar estratégias de preservação, visto que os documentos digitais apresentam problemas relacionados à obsolescência tecnológica de *software*, *hardware* e suporte. Esses repositórios visam garantir à preservação documental a longo prazo. O repositório arquivístico implementa um rol de microsserviços em seu *workflow* de tratamento dos Pacotes OAIS que realiza uma sistemática de ações com vistas à preservação digital, remove vírus, normaliza nomes dos arquivos, adiciona metadados, controla

a autenticidade, a fixidez (registro da informação em seu suporte), controla a forma fixa, o conteúdo estável, a variabilidade limitada, converte de formatos proprietários para formatos abertos e assim por diante.

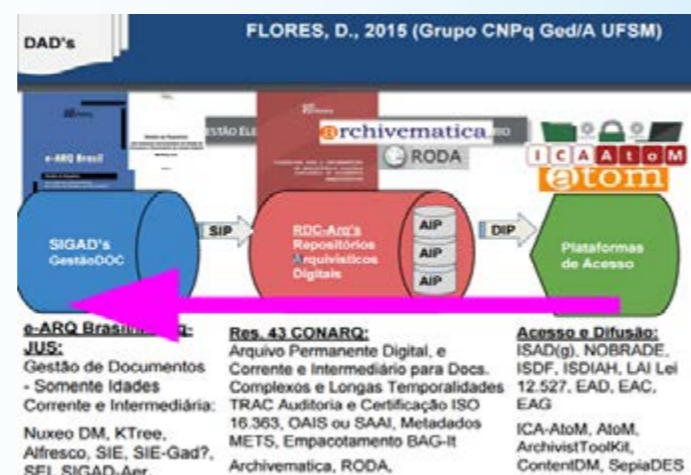
Por sua vez, o ICA-AtoM (AtoM) é um *software* arquivístico destinado à descrição arquivística e baseado nas normas de descrição do CIA. O "AtoM" é um acrônimo para "Acesso à memória", disponibilizando acesso ao público. Consiste em um *software* livre de código fonte aberto, desenvolvido pela empresa Artefactual Systems.

O ICA-AtoM (AtoM), que é um *software* que visa disponibilizar as descrições arquivísticas online, promovendo o acesso e a difusão dos conjuntos documentais.

O *software* de descrição ICA-AtoM (AtoM) coaduna com a tendência e com a necessidade de disponibilização de descrições arquivísticas, aproximando as instituições arquivísticas dos seus usuários.

O Archivemática e o ICA-AtoM (AtoM) são softwares essenciais no auxílio à construção da cidadania. A sua utilização deve ser incentivada nas universidades, nos centros de pesquisa, nas instituições arquivísticas, visto que são unidades fomentadoras de conhecimento e se alinham a uma política governamental que estimula a utilização de *software* livre. Esses sistemas propiciam às instituições arquivísticas, a transferência de tecnologia, o empoderamento do setor, órgão ou unidade no domínio e na implementação de políticas de preservação e acesso de documentos arquivísticos digitais.

Figura 02: Esquematização dos ambientes de gestão, preservação e acesso e difusão. Fonte: FLORES, 2015.



FLORES (2015) demonstra uma esquematização dos ambientes de gestão, de preservação e de acesso, conforme figura 02. O autor desmembra os Ambientes em três plataformas (Gestão, Preservação e Acesso). Essa figura representa as legislações e os *softwares* que devem ser usados especificamente em cada ambiente. Como o foco deste artigo constitui-se na descrição dos ambientes de preservação e acesso e difusão, são detalhados aspectos concernentes aos mesmos. O primeiro é exemplificado com a utilização do *software* de preservação, a citar Archivemática e RODA; e o segundo é exemplificado por meio da utilização do ICA-AtoM (AtoM), ArchivistToolkit, ContentDM, SepiaDES, etc.

Nessa perspectiva, os conjuntos documentais de valor primário ficam no ambiente de SIGAD no arquivo corrente e intermediário, abrangendo a fase de gestão documental (produção, tramitação, utilização e arquivamento até sua destinação final). No arquivo permanente digital, corrente e intermediário para documentos complexos e longas temporalidade os conjuntos documentais são armazenados no RDC-Arq, que, posteriormente por meio do pacote DIP, disponibiliza-os para acesso e difusão.

Desta forma, o que se apresenta é um andar de uma cadeia de custódia focada nos documentos arquivísticos digitais. É uma abordagem ampliada da de Jenkinson (1922), quando apresentou uma definição de uma cadeia de custódia ininterrupta de documentos arquivísticos analógicos, em papel, prevendo um andar do produtor ao preservador. Hoje, com a complexidade do documento digital, com as possibilidades de adulteração de um documento arquivístico em meio digital, precisamos, além dos custodiadores, desta lista ininterrupta e cronológica das instituições produtoras e arquivísticas, precisamos de um andar ininterrupto entre os sistemas informatizados arquivísticos de gestão, preservação e acesso, então, do SIGAD, ao RDC-Arq, este último um ambiente que se divide entre as plataformas de preservação e a de acesso e difusão.

CONCLUSÃO

Os documentos digitais trouxeram um novo paradigma à Arquivologia, visto que a preservação, acesso e difusão sofreram modificações, pois a autenticidade, integridade e

a confiabilidade precisam ser mantidas e isso deve ser feito por meio de ambientes autênticos, confiáveis, sem interrupção de uma cadeia de custódia para estes documentos arquivísticos digitais (do SIGAD ao RDC-Arq). A elaboração de políticas arquivísticas de preservação documental pautada em base legal e técnica nas instituições é uma institucionalização do direito à memória e ao patrimônio cultural documental. Essa política visa assegurar a preservação e o acesso a longo prazo dos documentos digitais e deve ser pensada conforme missão e visão das organizações, devendo ser realizada a priori, ou seja, antes do acúmulo documental.

Em documentos arquivísticos digitais, se não garantimos a presunção de autenticidade na gênese, na produção, não teremos documentos autênticos, e mais adiante, deveremos autenticar, ou seja, elaborarmos declarações de autenticidade, autenticações, algo menor que documentos autênticos, como é preconizado na Resolução nº 37 do CONARQ sobre a Presunção de Autenticidade.

O uso de ferramentas tecnológicas, como o ICA-AtoM (AtoM) e o Archivemática, possibilita a ampliação e o alcance do potencial do arquivo, abrangendo um maior número de usuários. Pode ser considerada uma possibilidade de ampliação do uso social do arquivo. Esses dois *softwares* livres quando interconexos garantem a autenticidade, oferecem um acesso e uma difusão autenticada e referenciada ao repositório arquivístico digital Archivemática, acesso a longo prazo construindo-se em uma estratégia de preservação e manutenção da cadeia de custódia dos documentos arquivísticos.

O arcabouço teórico permite o conhecimento do *software* ICA-AtoM (AtoM) e o Archivemática em termos de aplicabilidade nas instituições, apresentando novas possibilidades de manutenção de preservação, acesso e de difusão de seus acervos, constituindo-se em um passo efetivo e decisivo para a segurança e acessibilidade dos arquivos.

Além dos custodiadores, precisa-se desta lista ininterrupta e cronológica das instituições produtoras e arquivísticas (do produtor ao preservador), precisamos de um andar ininterrupto entre os sistemas informatizados arquivísticos de gestão, preservação e acesso, então, do SIGAD, ao RDC-Arq, este último, um ambiente que se divide entre as plataformas de preservação e a de acesso e difusão.

Todavia, sem perdermos que a chegada dos documentos arquivísticos no ambiente de preservação e acesso, também deve ser autêntico, deve ser pela mesma cadeia de custódia, então via pacotes OAIS SIP, vindos de um ambiente de Gestão de Documentos, autêntico, o SIGAD, considerando os requisitos necessários, obrigatórios e fundamentais para a produção e gestão de documentos arquivísticos conforme o Modelo de Requisitos e-ARQ Brasil. Temos de parar de usar sistemas de GED e cobrarmos urgentemente a necessidade de transformação das ferramentas de GED, que não garantem a autenticidade para SIGAD's que se interconectam aos RDC-Arq.

REFERÊNCIAS

CONARQ. **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015.** Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/335-resolucao-n-43,-de-04-de-setembro-de-2015.html>. Acesso em: 03 out. 2016. (a)

_____. Cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD. **Orientação Técnica**, nº 3, novembro de 2015. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/orientacoes-tecnicas/456-cenarios-de-uso-de-rdc-arq-em-conjunto-com-o-sigad.html>. Acesso em: 04 out. 2016. (b)

FLORES, Daniel. **Estudos sobre o SEI e suas necessidades de melhorias: considerações do GT SEI avaliação do AN, CTDE CONARQ e do Grupo CNPq GED/A.** Goiânia, GO. 2016. 30 slides. Material elaborado para a palestra na Universidade Federal de Goiás, UFG- Centro de informação, documentação e arquivo. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/dfloresbr/estudos-sobre-o-sei-e-suas-necessidades-de-melhorias-consideraes-do-gt-sei-avaliacao-do-an-ctde-conarq-e-grupo-cnpq-ufsm-geda>. Acesso em: 04 set. 2016.

FONTANA, Fabiana Fagundes. Archivematica como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 62-82, 2014. 72. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/457>. Acesso em: 04 out. 2016.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação digital na gestão da informação:** um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo (2014). Da preservação de documentos à preservação da informação. In DUARTE, Zeny (Org.). **Preservação de documentos.** Salvador, Bahia: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2014.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação arquivística.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015.

ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

OS ARQUIVOS NA ERA DIGITAL



José Ricardo Marques
Diretor-Geral do Arquivo Nacional

Um grande desafio que se coloca para os Arquivos é a atualização diante das demandas oriundas da Era Digital em que vivenciamos. O Arquivo Nacional do Brasil aceitou esse desafio e pretende se posicionar em condição de destaque no novo cenário tecnológico.

Como Diretor-Geral do Arquivo Nacional do Brasil, estive nos últimos dias em Portugal, participando de uma extensa agenda sobre a temática do ambiente digital, com a missão de reforçar a nossa competitividade através das novas tecnologias digitais.

Portugal é o terceiro país do mundo com melhores velocidades de acesso à internet e o décimo segundo país com a maior penetração de tecnologias de fibra ótica por subscritores de serviços de banda larga. Portugal é também líder europeu na sofisticação e na disponibilidade de serviços públicos online.

Na minha incursão, visitei o Arquivo Nacional de Portugal Torre do Tombo, os Arquivos da Câmara de Braga, da Universidade de Coimbra, da Universidade do Minho e de Lisboa, além da recém-inaugurada Biblioteca de Caminha.

O meu objetivo, além de conhecer o modelo dos arquivos mais requisitados de Portugal, foi desenvolver um projeto inédito e inovador em relação aos Arquivos Públicos no mundo: Ser o cabeça do sistema de arquivos dos Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste sentido, houve total êxito. O 'staff' das instituições visitadas entenderam a proposta e se convenceu da importante contribuição que o Arquivo Nacional Brasileiro poderá dar para a formação da estrutura dos arquivos nos países de língua portuguesa.

Em 2017, as comemorações dos 180 anos do Arquivo Nacional serão sem dúvida um dos fatos marcantes para a comunidade arquivística nacional. Comemoraremos com este novo desafio, que nos coloca definitivamente inseridos em um dos projetos mais audaciosos da

atual gestão: integrar uma rede de informação pública e estratégica através dos arquivos instituídos. Para isso, já assinamos propostas de acordo com Moçambique e São Tomé e Príncipe, que serão os pilotos desta iniciativa.

Em 2017, as comemorações dos 180 anos do Arquivo Nacional serão sem dúvida um dos fatos marcantes para a comunidade arquivística nacional. Comemoraremos com este novo desafio, que nos coloca definitivamente inseridos em um dos projetos mais audaciosos da atual gestão: integrar uma rede de informação pública e estratégica através dos arquivos instituídos. Para isso, já assinamos propostas de acordo com Moçambique e São Tomé e Príncipe, que serão os pilotos desta iniciativa.

Ao mesmo tempo, em conversas com membros das mais importantes universidades lusitanas, criamos oportunidades de acordos de cooperação técnica, que permitirão troca constante de informações e tecnologias.

Com o Arquivo Torre do Tombo, revitalizaremos acordos e a comissão luso brasileira, além da programação da agenda para o Fórum dos Arquivos Lusófonos.

Mesmo com tantas notícias importantes, pude verificar que os arquivos visitados demonstram fadigas do tempo, além de pouco ou quase nenhum investimento nas suas atividades e estrutura. São na grande maioria equipamentos obsoletos, infraestrutura arcaica e desprovida de controle digital. Estas marcas constantes, inclusive na Torre do Tombo (que tem espaços generosos e arquitetura moderna), deixam as instituições distantes de ter mecanismos que anunciem órgãos que deveriam, além de preservar a memória e história, ter atuação destacada na estratégia do país que apresenta números irrefutáveis na dinâmica digital.

Vivenciamos a era digital, não sendo mais possível fugir das demandas e especificidades apresentadas às instituições de arquivos. Necessitamos, portanto, de investimentos, capaci-

tação de pessoal, modernização da infraestrutura, entre outros, para atender a tais demandas. É imprescindível alinhar a gênese arquivística a inovações e empreendedorismo trazidos pela era digital.

Lanço assim, neste ano de comemorações, o Arquivo 4.0, programa que espera criar oportunidade para aumentar a nossa eficiência e nosso conhecimento, beneficiando principalmente o cidadão e o desenvolvimento do país.

Quero especialmente agradecer ao Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que compreendeu esta proposta, vislumbrando um Arquivo Nacional com missão mais alinhada com estratégia e cidadania.

Volta a enfatizar que em 2017 entramos nas comemorações dos 180 anos do Arquivo Nacional do Brasil. Desta forma, quero saudar e cumprimentar a todos aqueles que cumpriram e cumprem com zelo amor a tarefa de fazer desta instituição uma das mais importantes do país, onde o futuro se fará presente.

Despeço-me deixando a frase de Vítor Hugo e que tomo como mantra: “Nada tão poderoso como uma ideia que o tempo chegou”.



Arquivo Nacional

SUBDIVISÃO DE ARQUIVOLOGIA – GESTÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA



2º Ten QOCON AQV Fernanda Maria de Andrade Ferreira
Mestranda Gestão de Documentos e Arquivos
2º Ten QOCON AQV Ana Domingos de Souza
Pós-graduada em Administração da Qualidade pela AVM

O CENDOC é o órgão central do Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica (SISDOC), que possui a finalidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

O SISDOC foi instituído pela Portaria nº 40/GM3, de 3 de abril de 1975 e em 25 de janeiro de 2017 foi reformulado pela Portaria nº 171/GC3, abrangendo as atividades relacionadas com a gestão de documentos arquivísticos e bibliográficos, estabelecidas na Política Específica de Documentação da Aeronáutica (DCA14-6).

O SISDOC tem a finalidade de planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Dentre as atividades estabelecidas na instituição do SISDOC, compete ao CENDOC vincular-se ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, da Administração Pública Federal - SIGA, criado pelo Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003.

O Art. 18 do Decreto n.º 4.073, de 3 de janeiro de 2002 que regulamenta a Lei nº 8.159 determina que:

Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor (BRASIL, 2002).

Em cumprimento ao estabelecido acima, em 2003 foi instituída, através da Portaria nº 732/GC3, de 12 de agosto de 2003, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

da Aeronáutica (CPADAER), que é o órgão máximo de avaliação de documentos no âmbito do COMAER.

A CPADAER é o órgão responsável por orientar o processo de análise, avaliação, seleção e arquivamento de documentos no âmbito da Aeronáutica e é assessorado pelo CENDOC.

A CPADAER deve ser composta por membros efetivos e membros suplentes. Dada a complexidade e responsabilidade de avaliar os documentos, é necessária a participação de militares de diversas áreas de atuação no âmbito das estruturas organizacionais das suas respectivas Organizações Militares.

Devido ao grande número de Organizações Militares do COMAER, que dificulta a operacionalização da avaliação de documentos, foi estabelecido na mesma portaria que cria a CPADAER, que cada OM deve instituir sua Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (SPADAER), através de portaria interna assinada pelo Comandante, chefe ou diretor da OM.

As SPADAER são órgãos responsáveis por orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção de documentos de arquivo produzidos e recebidos nas OM a que pertencem com o assessoramento técnico do CENDOC.

De acordo com a NSMA 214-1, de 1993, por constituição regimental, toda Organização Militar (OM) do Comando da Aeronáutica deve ter um arquivo geral, para arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária.

Nesse viés, as atividades inerentes à Normatização, Assessoramento e Capacitação Técnica objetivam-se em fornecer subsídios que estimulem a dinâmica Institucional necessária à execução de diversas atividades da Arquivologia no Comando da Aeronáutica, tais como o gerenciamento das SPADAER;

confeção e análise de LED; adequação das normas do COMAER a luz das atualizações normativas e acadêmicas no ramo da Arquivologia; assessorar tecnicamente o desenvolvimento de projetos institucionais que envolvam a Arquivologia no âmbito do COMAER; planejar e criar cursos relativos à gestão e à preservação de documentos arquivísticos, bem como ministrar instruções e palestras nas OM Protocolizadoras.

REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto n.4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a lei nº 8159 de 08 de janeiro 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 1991. Seção 1, P. 455.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria n.171, de 25 de janeiro de 2017. Regulamenta o sistema de documentação do Comando da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, RJ, n.019, 02 fev. 2017, p.1104.

_____. Ministério da Defesa. Comando Aeronáutica. Comando Geral do Pessoal. Portaria nº 1.621/CPADAER, de 19 de agosto de 2016. Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre a classificação e avaliação de documentos de arquivos no âmbito do Comando da Aeronáutica. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, RJ, nº 142, 23 ago. 2016. p. 6594.



CONECTANDO A BIBLIOTECA DE PESQUISA À ESCIENCE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES



Luís Fernando Sayão
Doutor em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT

Luana Farias Sales
Doutora em Ciência da Informação pela UFRJ/IBICT

RESUMO

Uma discussão se faz necessária diante das novas estratégias intelectuais de geração de conhecimento científico estabelecido pela eScience: como as bibliotecas de pesquisa poderão se reposicionar para enfrentar os desafios dessas mudanças globais, especialmente, as decorrentes do novo paradigma científico pautado na geração, uso e compartilhamento intensivo de dados? Nessa direção, o presente ensaio tem como objetivo discutir os principais elementos que devem ser considerados na reconfiguração das bibliotecas de pesquisa inseridas nos cenários em transição da pesquisa contemporânea. Para tal, identifica as principais forças desencadeadas pelo avanço das tecnologias digitais que impactam as bibliotecas de pesquisa, como a emergência de um novo modo de fazer ciência, as mudanças no padrão de publicação acadêmica e de comunicação científica, a disponibilização de informações livres e de qualidade na *Web* e o surgimento de novos concorrentes para biblioteca no fornecimento de informações para a pesquisa. Em seguida analisa os elementos que devem ser pensados na proposição de um novo modelo de biblioteca de pesquisa que possa estar subjacente às ciberinfraestruturas voltadas para pesquisa orientada por dados. Conclui que, mesmo diante das mudanças que se configuram neste momento significarem para os bibliotecários grandes desafios e o fim de alguns ciclos seculares, elas abrem também inúmeras oportunidades para a renovação das bibliotecas de pesquisa, inserindo-as em colocando-as num patamar relevante no mundo da eScience.

Palavras-chave: Biblioteca de Pesquisa; eScience; e Dados de Pesquisa.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias digitais vem transformando de uma forma contundente a produção de conhecimento científico, a editoração e a comunicação, assim como vários outros domínios importantes para o mundo da ciência, caracterizando uma era de grandes novidades cujos desdobramentos ainda são imprevisíveis. A mudança mais significativa para a pesquisa científica contemporânea deu-se com foi o surgimento e a evolução de um novo padrão intelectual de se produzir conhecimento científico – conhecido como o Quarto Paradigma Científico ou eScience – que é caracterizado pela produção e uso intensivo de dados e pelo compartilhamento e colaboração baseados em rede de computadores de alto desempenho.

Os principais atores no domínio da pes-

quisa científica – pesquisadores, as instituições de ensino e pesquisa e as agências governamentais de fomento à pesquisa – começam a compreender a importância dos dados como objetos intelectuais de primeira grandeza e a necessidade da inserção formal desses recursos nas infraestruturas informacionais e de pesquisa, para que sejam arquivados, preservados, passem por processos de curadoria e, por fim, sejam reusados por outros pesquisadores. Esses recursos informacionais, por suas peculiaridades, começam a demandar uma Bibliotecomia voltada para dados.

A ciência baseada em dados impõe desafios críticos para a centralidade histórica do papel das bibliotecas científicas nos fluxos de produção de conhecimento científico, dado que,

por um lado, a gestão e a curadoria do volume crescente de dados de pesquisa parecem ser uma extensão natural das funções dessas bibliotecas; porém, por outro lado, essas instituições não estão plenamente aparelhadas dando margem ao surgimento de novos modelos de serviços de dados oferecidos por diferentes organizações, ou combinações de instituições (WANG, 2013), como são, por exemplo, os centros nacionais de dados.

Assim sendo, o presente ensaio tem como objetivo analisar o papel renovado da biblioteca nas infraestruturas informacionais voltadas para a ePesquisa, bem como mapear as novas oportunidades e as ameaças que se delineiam com o aparecimento de novos modelos de sistemas de informação voltados para as atividades científicas. Para tal, considera como biblioteca de pesquisa as bibliotecas que reúnem coleções de materiais em uma ou mais disciplinas, para apoiar a pesquisa científica e acadêmica por meio de atendimento às necessidades de informação de comunidades de pesquisadores. Esse tipo de biblioteca mantém coleções permanentes próprias e oferece acesso a fontes externas para todos os tipos de materiais necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica.

A questão chave que oriente as reflexões sobre o problema talvez seja: **Quais são as funções críticas que devem ser desempenhadas pelas bibliotecas de pesquisa em um ambiente de produção, uso e compartilhamento intensivo de dados?** Na tentativa de responder à questão colocada, o estudo considera dois eixos principais: no primeiro deles procura identificar a diversidade de forças que coletivamente redirecionam os rumos das bibliotecas de pesquisa neste começo de século; no segundo, propõe, como resultado, alguns elementos para a construção de uma concepção renovada de uma biblioteca voltada para as exigências da pesquisa científica atual, que esteja, porém, ancorada na sua identificação secular de reunir e integrar informações dispersas no tempo e no espaço.

Por fim, é necessário enfatizar que este ensaio é uma síntese dos principais pontos do artigo publicada anteriormente pelos autores, intitulado “Há futuro para as bibliotecas de pesquisa no ambiente de eScience” (SALES; SAYÃO, 2015).

FORÇAS QUE ESTÃO IMPACTANDO AS BIBLIOTECAS DE PESQUISA

São muitos os vetores de mudanças que incidem sobre as bibliotecas de pesquisa, posto que o ambiente onde elas estão situadas é movido por pensamentos e ações inovadores que desafiam as suas práticas a todo momento. No presente estudo, a revolução das tecnologias digitais e o seu poder de reordenamento é considerado o principal vetor de mudanças por si mesmo e por desencadear continuamente novas e diferentes forças que atuam sobre a biblioteca de pesquisa.

Avanço das Tecnologias Digitais

A tecnologia sobre a qual as bibliotecas se basearam para atender aos seus usuários durante a última metade do milênio passado está se desvanecendo, assim como o modelo de usuário para o qual os seus serviços estavam projetados. “A impressão – como desenvolvida no século XV e industrializada no século XIX – moldou o que a biblioteca é hoje” (LEWIS, 2006, p. 2); numa suposição arriscada, serão as tecnologias digitais, aliadas aos fenômenos que elas desencadeiam quando recompõem o fluxo da geração de conhecimento científico, que irão definir o que a biblioteca de pesquisa deverá ser quando dobrarmos a próxima esquina do futuro.

A rápida incorporação das tecnologias digitais por todos os segmentos sociais e, particularmente, pelos sistemas educacionais e de pesquisa, são as mais avassaladoras fontes de novos desafios para os sistemas de bibliotecas de pesquisa (DEFF, 2009). É importante notar que a amplitude dessas tecnologias e o seu poder pervasivo reconfiguram ou fazem emergir outras forças que induzem as transformações que agem sobre as bibliotecas, como por exemplo, a transição das publicações impressas para formulações digitais. Seu poder de reordenamento sobre a biblioteca desafia os nossos pressupostos de longa data sobre como coletamos, organizamos, preservamos e oferecemos acesso ao conhecimento científico.

Para cumprir o seu papel ancestral a biblioteca sempre lançou mão das mais avançadas tecnologias disponíveis, e vem, continuamente, evoluindo no ritmo dos seus avanços. Assim foi com o papel, com a tecnologia de microfilme, com a computação e agora com a web.

Portanto, as condicionantes tecnológicas sempre fizeram parte do que molda a ideia de biblioteca. No decorrer da sua longa história ela tem se defron-web. Portanto, as condicionantes tecnológicas sempre fizeram parte do que molda a ideia de biblioteca. No decorrer da sua longa história ela tem se defrontado com uma variedade de tecnologias disruptivas (LEWIS, 2004) que, continuamente, vão transformando-a na medida em que essas tecnologias são incorporadas às suas estruturas e práticas. Dessa forma, a biblioteca evolui, tecnologicamente, ancorada nos seus pressupostos milenares de reunir a informação dispersa no tempo e no espaço, organizando-a e tornando-a disponível para seus usuários.

Muitos fatos caracterizam essas transformações, mas dois fenômenos, proximamente relacionados, mudam drasticamente a interação entre a biblioteca e o pesquisador. O primeiro deles é a transição dos sistemas referenciais para os sistemas que entregam o texto completo on-line. O poderio das redes de computadores aliado à redução drástica do custo do armazenamento on-line e ainda à interoperabilidade dos sistemas de informação possibilitaram essa transição, que se desdobra no segundo ponto de inflexão: o fenômeno da “desintermediação”, que proporciona aos usuários acesso direto à informação que deseja sem necessidade de um balcão de referência ou de serviços de apoio bibliográfico. Esses pontos de ruptura estão mudando definitivamente a relação entre os usuários e as bibliotecas e criando uma desconexão inevitável entre biblioteca física e suas representações virtuais, e entre a biblioteca e os novos modelos de serviço de informação para a pesquisa.

A partir desse ponto, as transformações sobre as bibliotecas de pesquisa se dão por meio de vários eventos e fenômenos que se refletem sobre as suas práticas, tais como: o surgimento e a popularização dos periódicos eletrônicos e e-books e a nova economia associada a essas manifestações. Alguns desses fenômenos serão discutidos rapidamente a seguir na tentativa de reunirem-se subsídios que contribuam para a construção de um novo modelo de biblioteca de pesquisa.

O Surgimento de um Novo Modo de Fazer Ciência

A convergência de tecnologias de com

experimentais e sensores cada vez mais sofisticados e ao uso intensivo de simulações, desloca a pesquisa científica contemporânea na direção de uma ciência orientada por dados, em que o maior problema não é a escassez, mas sim o excesso de dados e a capacidade de interpretar seus padrões ocultos na forma de conhecimento e novas descobertas. Esse mesmo cenário exige, como condição essencial do seu *modus operandi*, que a comunidade científica estabeleça formas intensivas de socialização e de colaboração - que se realizam em larga escala e são distribuídas globalmente - que vão delineando uma nova forma de fazer ciência conhecida como eScience ou Quarto Paradigma Científico.

O potencial de mudanças da eScience está relacionado a sua capacidade de trabalhar em escala e intensidade muito maiores do que as metodologias convencionais, viabilizada pelas redes distribuídas, laboratórios, computação em grade e ferramentas poderosas de análise e visualização. Os pesquisadores, dessa forma, estão engendrando novas questões e desenvolvendo novos enfoques metodológicos e estratégias intelectuais, que geram produtos de pesquisa inteiramente novos e que estão distantes das publicações convencionais, como simulações, multimídias, modelos tridimensionais e, sobretudo, coleções de dados que se manifestam em diversas formas. “Tudo isso tem profundas consequências para as publicações acadêmicas: é difícil imaginar livros e periódicos impressos adequadamente capturando estes novos enfoques” (PART I, 2008).

Somados ao fenômeno do surgimento da eScience, e tomados como fatores primordialmente comportamental, sociológico e ideológico na condução e no compartilhamento do saber científico, estão os pressupostos da Ciência Aberta baseados na ideia do saber científico como um bem da humanidade e que estende o movimento do livre acesso aos demais produtos de pesquisa: dados, metodologias, cadernos de laboratórios, software, instrumentos. Nessa direção, mudam também os esquemas de reconhecimento e recompensa moldados secularmente pelos periódicos científicos (SAYÃO; SALES, 2014).

Ciberinfraestrutura: O Novo Ambiente de Pesquisa

A eScience se desenrola tendo como

substrato uma geração avançada de tecnologias que coletivamente se articulam para formar ambientes virtuais distribuídos, conhecidos como “ciberinfraestrutura”. Compreende-se ciberinfraestrutura como “uma nova forma de cultura científica que se sustenta em uma robusta infraestrutura tecnológica de alto nível” (PÉREZ-GONZÁLES, 2010, p.3). A geração de conhecimento nesses ambientes é conduzida por equipes multidisciplinares que, e distribuídas em escala mundial, estão voltadas que se voltam para problemas que só se tornaram solúveis nos anos recentes, com o desenvolvimento de coleções de dados de pesquisa e de metodologias computacionais de alto desempenho que tornaram possíveis a análise e identificação de padrões ocultos nesse acúmulo de dados (LUCE, 2008). “É um meio que permite acesso e circulação de conhecimento distribuído, em que colaboram e se comunicam diferentes comunidades e disciplinas, rompendo fronteiras culturais, geográficas e temporais”, complementa Pérez-González (2010, p.3).

Mudanças no Padrão de Publicação Acadêmica e na Comunicação Científica

As novas formas de disseminação de resultados de pesquisa começam a romper os compromissos de similaridade que publicações digitais mantinham com o modelo impresso. Inicialmente, o digital era apenas um simulacro do impresso, como é, por exemplo, um documento em formato PDF. Cada dia mais os resultados de pesquisa têm sido comunicados em mídias e formatos diversificados, que vão rompendo com os modelos tradicionais; além do mais, com muito mais frequência os resultados de pesquisa têm sido publicados fora do mundo das editoras científicas, criando um ponto de inflexão na longa trajetória dos periódicos científicos. Essa tendência avassaladora, trazida pela pesquisa contemporânea, vai moldando novos padrões de comunicação científica que se refletem nos modelos de publicações acadêmicas que começam a se reinventarem para capturar, pelo menos, parte da não linearidade e da capacidade de agregações e de múltiplas conexões dos novos objetos informacionais.

No outro ponto do ciclo de comunicação científica, a revisão por pares – fundamental para a validação das contribuições ao avanço científico – também sofre mudanças. As formas

tradicionais de avaliação que têm sido focadas exclusivamente em publicações acadêmicas na sua forma final e fixa no tempo, parecem não serem mais suficientes, pois os produtos da pesquisa são hoje extremamente variados e nem sempre são apresentados na forma, por exemplo, de um artigo ou de uma tese. Novos modelos que sejam capazes de lidar com essa pluralidade estão em construção. Esses modelos têm de incluir, por exemplo, coleções de dados, links, comentários e anotações e contribuições de outros pesquisadores. Isso pressupõe expor os produtos de pesquisa à crítica de uma comunidade muito mais ampla do que é possível com a revisão tradicional (PART I, 2008).

O meio clássico de comunicar o resultado de pesquisa por publicação em periódicos científicos bem estabelecidos continua plenamente válido, entretanto, a diversidade que extrapola os limites do texto e a atemporalidade que desconstrói o ciclo tradicional de comunicação científica são determinantes para que muitas outras formas de comunicação comecem a ser usadas para tornar ideias preliminares, modelos, conceituações e os diversos percursos da pesquisa disponíveis (DEFF, 2009).

Disponibilidade de Informações Livres e de Qualidade na Web

A transição da informação científica do padrão impresso para formulações digitais é um fenômeno claro e seus desdobramentos já foram quase todos estudados e analisados por diversos ângulos. Entretanto, concordando com Lewis (2006), existe uma segunda – e igualmente importante –, transição cujo impacto ainda não foi completamente reconhecido: a transição do conteúdo comprado para o conteúdo de acesso livre. “Esta segunda transição fará mais para redesenhar o que a biblioteca irá fazer no futuro do que a primeira transição” afirma Lewis (2006, p.10), de forma categórica.

Passados dez anos, essas mudanças se tornam mais nítidas e, conseqüentemente, mais fáceis de serem avaliadas em termos comportamentais e de percepção dos usuários. Apesar do seu potencial de mudar o modelo de funcionamento e as estratégias gerenciais da biblioteca de pesquisa, o fato de haver uma disponibilidade imensa de recursos informacionais de acesso aberto não foi ainda cuidadosamente considerado ou amplamente discutido como um fator de re-

ordenamento dos fluxos de trabalhadas bibliotecas e uma base importante para novos serviços.

Os Usuários Que Não Conhecem o Mundo Sem Internet

Enquanto as bibliotecas de pesquisa se movem com cuidado, os usuários pesquisadores se movem no mesmo passo das tecnologias que envolvem as suas descobertas e em sincronia com os ambientes em que elas se realizam. Isso significa que os desafios enfrentados pelas bibliotecas de pesquisa, face às rupturas tecnológicas, são diferentes e mais urgentes que os desafios colocados para as demais bibliotecas.

Pesquisadores e estudantes estão se tornando consumidores de informação digital tecnicamente muito capacitados e possuem alta expectativa em relação aos formatos, funcionalidade e entrega dos produtos intelectuais que demandam para seus projetos. Grande parte dos usuários pesquisadores não conhece o mundo sem Internet e muitos deles passam a sua vida profissional submersos na *web*. Isso torna essencial que se redefinam com mais precisão os papéis das bibliotecas de pesquisa, dos editores científicos e demais fornecedores de conteúdos científicos (WITTENBERG, 2008).

Tudo indica que a biblioteca precisa se aproximar-se dos usuários, de onde eles estão – nos seus laboratórios, escritórios ou nos ambientes virtuais de pesquisa, competindo com outros mediadores que vão surgindo nos cenários múltiplos da comunicação científica (MACEVICIUTE, 2014). Isso pode significar que a biblioteca de pesquisa não seja necessariamente um espaço físico, mas que tenha o formato de um arcabouço que integra serviços informacionais distribuídos por todo o ambiente, em que alguns usuários estejam conscientes das funções da biblioteca, apesar de um número crescente de usuários usá-la como entidade invisível.

Concorrentes: A Biblioteca Não é Mais o Fornecedor Exclusivo

A biblioteca de pesquisa não é mais um fornecedor exclusivo e não tem mais um mercado cativo quando se trata de informação para a pesquisa. Ela não é a única fonte a que o pesquisador pode recorrer, e, provavelmente, não é a primeira. O fato desconcertante de que estudantes e professores de nível universitário usam

as ferramentas de busca como o seu principal recurso para descoberta de informação, indica que uma mudança no comportamento de quem busca informação acadêmica está em curso e que novos atores estão em cena. Assim como a tecnologia muda vão surgindo novos mecanismos para fornecimento de subsídios na disseminação e acesso à informação científica. Os novos atores e seus empreendimentos podem lançar-se sobre algumas das funções que sempre foram tradicionalmente desempenhadas pelas bibliotecas; ou ainda desenvolverem e explorar serviços de informação que não foram vislumbrados oportunamente pelos bibliotecários.

Expansão do Sistema de Pesquisa: A Ciência Interessa a Toda Sociedade

A ampliação do sistema de pesquisa e a sua crescente importância econômica – principalmente como motor da inovação tecnológica – é um dos desafios da expansão da ciência. Essa tendência implica no crescimento da educação para a pesquisa, particularmente na formação de novos doutores (DEFF, 2009).

Por outro lado, um movimento pervasivo de cientificação vai instalando em todas as esferas sociais uma racionalidade científica que atinge também domínios não científicos. Esse fator comportamental e de valorização do fazer científico coloca os pesquisadores sobre uma pressão crescente - por parte das instituições de pesquisa e agências de fomento - para disponibilizar os seus resultados para uma audiência mais ampla de stakeholders.

Nessa mesma direção existe, principalmente nos países mais desenvolvidos, uma intenção explícita de tornar as instituições e serviços, incluindo os serviços de informação, que estão subjacentes aos sistemas de pesquisa e de educação para a pesquisa, mais presentes e dotados de maior grau de interlocução com diversas esferas sociais. Esse fator tem um rebatimento perceptível no modelo de funcionamento das bibliotecas de pesquisa e traz o desafio de adequar os conteúdos científicos para novas audiências, como por exemplo, para a grande imprensa.

BIBLIOTECA DE PESQUISA COMO BIBLIOTECA DE DADOS: ALGUNS FATORES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS

Partindo do pressuposto de que as bibliotecas de pesquisa devem consolidar o seu valor social como uma infraestrutura e também como uma parceira no processo de criação de conhecimento científico, o relatório DEFF, nas suas análises sobre o que deve ser a biblioteca de pesquisa no futuro, considera três diferentes modalidades de funções que devem ser desempenhadas por essas bibliotecas. Essas funções são chaves para delinear cenários potenciais de ação e de formulação de uma nova significação para as bibliotecas nos ambientes científicos contemporâneos. São elas: 1) a biblioteca como um centro de aprendizagem focada em provisionar materiais e suporte para os processos de aprendizagem; 2) a biblioteca como centro de conhecimento, tornando-se cocriadora na produção de conhecimento científico, proximamente atrelada às atividades dos grupos de pesquisa; 3) a biblioteca como uma instituição de meta-conhecimento ou de representação de conhecimento, trabalhando como um catalisador para a síntese, organização, mapeamento, avaliação, consolidação e agregação do conhecimento (DEFF, 2009).

O que se espera, portanto, é que o ideal da biblioteca de pesquisa seja a representação universal do conhecimento existente – presente fisicamente em átomos e moléculas e digitalmente em *bits e bytes* – na forma de livros, coleções de periódicos, coleções de dados de pesquisa, e virtualmente na forma de instrumentos de representação e de tecnologias que sistematizem e criem visões do conhecimento total de um domínio e de suas conexões com outras disciplinas. Nessa perspectiva, a biblioteca de pesquisa deixa de ser tão somente um lugar onde os livros, periódicos e outros materiais pertencentes à universidade e institutos de pesquisa são custodiados, mas é principalmente uma instituição onde o conhecimento de um determinado domínio está ordenado, organizado e representado.

A biblioteca de pesquisa se torna, então, menos presente como estrutura física e mais relevante como uma presença subjacente e integrada aos fluxos de pesquisas, ciberinfraestruturas e canais de comunicação na disponibilização e entrega de seus serviços. A infraestrutura de

pesquisa em que a biblioteca está inserida será expansiva, ubíqua e capaz de suportar uma multiplicidade de domínios acadêmicos, dada a natureza interdisciplinar da ePesquisa. A próxima geração de bibliotecas deve estar inserida nesta infraestrutura, porque esta será a plataforma na qual os pesquisadores irão ganhar acesso aos recursos informacionais de forma customizada. As reflexões acima vão dar base às discussões sobre como pode atuar a biblioteca de pesquisa ante os desafios que são colocados pela eScience.

Dados de Pesquisa: A Necessidade de Gestão Pré e Pós Publicação

Gerenciar e fazer a curadoria da quantidade cada vez maior de dados parece ser uma extensão natural das funções de uma biblioteca de pesquisa, visto que, cada vez mais a ciência produz e usa esses ativos informacionais nas formulações e provas de suas hipóteses. Essa nova atividade cria uma oportunidade inédita para a biblioteca de pesquisa ampliar o seu espaço de articulação com os laboratórios e grupos de pesquisa. Porém, quando refletimos sobre a biblioteca como cocriadora de conhecimento mais proximamente integrada ao trabalho científico, nos deparamos com uma dificuldade atávica das bibliotecas de pesquisa: a maioria delas e de seus bibliotecários são menos familiares com as fases iniciais do ciclo de comunicação científica – por exemplo, com as fases de concepção, modelagem e planejamento – e estão mais próximos das atividades de pós-pesquisa, como de reportar, comunicar e publicar. Bibliotecários, em particular, não estiveram tradicionalmente envolvidos na produção de informação científica antes da publicação dos resultados (GOLD, 2007a; GOLD, 2007b). Essa questão tem de ser considerada quando se discute a inserção da biblioteca de pesquisa na gestão do complexo fluxo de dados de pesquisa.

Enquanto muitos dos processos e metodologias exigidos para apoiar a curadoria digital de dados de pesquisa são similares aos necessários para a gestão de documentos digitais, existem diferenças importantes que provavelmente terão fortes impactos nos fluxos das bibliotecas. Isso vai demandar que as bibliotecas estejam apoiadas por estruturas especiais, como repositórios confiáveis que respondam ao modelo conceitual definido pela norma OAIS

(Open Archive Information System) e por especialistas com conhecimentos específicos.

Infraestrutura Distribuída e Integrada ao Ambiente de Pesquisa

A evolução das infraestruturas gerenciais e tecnológicas das bibliotecas de pesquisa é, em grande parte, determinada pelas transformações que passam os seus estoques informacionais. Livros manuscritos e dados em formato multimídia – tomando, por exemplo, dois extremos – exigem infraestruturas tecnológicas e estratégias gerenciais diferentes para preservação, acesso e disseminação.

As mudanças infraestruturais da biblioteca de pesquisa no âmbito da eScience precisam refletir, além da evolução dos meios de registro e armazenamento dos conteúdos, as necessidades de apoio à pesquisa. Nessa dualidade, há necessidade de considerar o fato quase axiomático de que os conteúdos multimídias serão os formatos dominantes de disseminação de resultados de pesquisa; e que as relações de compartilhamento de informações e as articulações em torno de pesquisa colaborativas – que são condições essenciais da eScience – realizam-se nos espaços multidimensionais e interdisciplinares definidos pelas ciberinfraestruturas voltadas para a ePesquisa. Os pesquisadores precisam acessar informação nesses espaços virtuais talhados para os propósitos de grupos de pesquisa e também de pesquisadores individuais. O modelo exato de gestão e disseminação de informação na ciberinfraestrutura será determinado pela evolução das práticas dos domínios específicos.

Material Multimídia: Porque o Texto Não Conta Toda a História

A maioria dos serviços das bibliotecas de pesquisa está fundamentada na gestão e entrega de conteúdos baseados em texto, já na sua forma final, seja na forma impressa ou em formatos digitais. Entretanto, os materiais textuais já não são capazes de comunicar a multiplicidade de manifestações dos produtos de pesquisa que começam a ser divulgadas já nos estágios iniciais do ciclo de geração de conhecimento científico. Os resultados da pesquisa contemporânea se manifestam em objetos digitais complexos como modelos tridimensionais,

simulações e publicações ampliadas que agregam ePrints, metadados e dados de pesquisa (SALES, 2014). Isso indica que os conteúdos multimídias serão, em curto prazo, os formatos dominantes de disseminação de resultados de pesquisa, além do mais, eles podem não estar na sua forma final, podem variar com o tempo, ser versionados, anotados e agregados a outros recursos. Isso implica o desenvolvimento de modelos sofisticados de dados para os repositórios de dados, que extrapolem os modelos estáticos e autocontidos dos repositórios institucionais, aliados a uma gestão mais dinâmica e atenta às mudanças.

Linking: Porque os Produtos de Pesquisa Precisam Estar Agregados

A agregação de dados e outros produtos de pesquisa por meio de links tendo como perspectiva a contextualização estrutural e semântica e a construção de novas conexões e visões sobre um conhecimento consolidado irá exigir uma compreensão completa do domínio. A cartografia do domínio inclui uma documentação detalhada sobre a proveniência dos dados, o desenvolvimento de ontologias, anotações especializadas e análises que vão demandar dispositivos de mapeamento e representação de conhecimento que devem ser incorporados às interfaces das novas bibliotecas científicas. Isso pode significar que o centro de gravidade dos serviços disponibilizados pelas bibliotecas deve se deslocar da entrega de objetos informacionais isolados para a entrega de agregações e relacionamentos. Isso porque os dados de pesquisa isoladamente perdem significado e contexto.

Integração das Fontes de Informação

A ideia milenar de uma biblioteca totalizante que cumpra o desejo ancestral de concentrar em um único lugar todos os conhecimentos de uma determinada área ou disciplina – como o Aleph do Borges, no campo da ficção ou a Biblioteca de Alexandria no campo do real – continua válida. Entretanto, com o desenvolvimento das redes globais e dos documentos eletrônicos, as informações podem estar reunidas sem estar necessariamente no mesmo lugar. Esse é o ponto de partida das metáforas agregadoras das máquinas de busca e um princípio impor-

tante para ser retomado pelas bibliotecas de pesquisa. A disponibilidade de informação livre e de qualidade na internet coloca para as bibliotecas de pesquisa a oportunidade de ampliarem virtualmente os seus acervos e estenderem a amplitude dos seus serviços. Para isso ela tem de vencer o desafio de dar sentido e contexto às fontes de informação que estão disponíveis de forma fragmentada na *web*, ao mesmo tempo em que as integra aos fluxos locais na forma de serviços unificados e, idealmente, personalizados. Isso pode significar deslocar o foco de atenção do desenvolvimento de coleções próprias para a construção de representações de domínios capazes de mapear as fontes de informações abertas organizando-as e reconfigurando-as segundo os diversos interesses e disciplinas locais, e, a partir daí, estabelecer bases confiáveis para o desenvolvimento de dispositivos avançados que explorem a descoberta de recursos distribuídos.

A Comunicação Científica Tem Outros Caminhos

A publicação acadêmica tradicional geralmente comunica os resultados finais da pesquisa, deixando de lado, por exemplo, o que não deu certo. Cada vez mais é atribuído menos valor na publicação que reporta os resultados finais de um projeto de pesquisa e mais valor nas fases de modelagem e de geração e preparação dos dados, que ocorrem mais cedo no ciclo de vida da pesquisa; a ciência dos dados exige uma ênfase no relato do percurso de erros e acertos do desenvolvimento da pesquisa. Esse deslocamento para um modelo mais dinâmico e colaborativo de fazer ciência tem conduzido os pesquisadores para meios menos formais de comunicação científica.

Dar apoio a essas mudanças exige da biblioteca estratégias que enfatizem e deem sustentação aos processos fluidos de comunicação em detrimento das ações convencionais de simplesmente arquivar os resultados finais registrados em publicações formais. Nessa direção, os bibliotecários científicos devem envolver-se nos estágios iniciais da ePesquisa – isto é, nas fases de pré-publicação – e otimizar os dispositivos sociológicos e tecnológicos de comunicação necessários para comunicar os resultados parciais que vão se revelando. Fica claro que o sucesso nessas ações exige um engajamento

mais dinâmico e proativo do que o atual modelo de sistemas de biblioteca que é voltado para a disseminação de recursos formais e acabados.

Preservação do Conhecimento Transiente

No reposicionamento da biblioteca para apoiar a ePesquisa, preservar o conhecimento científico é um dos fundamentos mais importantes dentre tantos outros que devem ser considerados. Entretanto, esse fundamento é o que sofre as mudanças mais contundentes dentre todos os papéis que a biblioteca de pesquisa tem de desempenhar nos novos ambientes de pesquisa (LUCÉ, 2008). Isso porque as tecnologias digitais e as redes de computadores deram margem ao surgimento de uma concepção transiente de produção e uso de conhecimento.

Antes as bibliotecas tinham de preservar o conhecimento registrado em meios com contornos bem definidos como livros e periódicos, que tinham lugar em sistemas formalizados, como os sistemas de gestão de biblioteca. Hoje o conhecimento é fluido e fragmentado, mas, mesmo imperfeito, porém, porta tanto valor quanto o conhecimento que é estático e intacto. Dados de pesquisa, por exemplo, podem ser reformata- dos, mixados, agregados para propósitos de formulação de novas hipóteses e de descobertas e certamente não podem ser hospedados em sistemas mais convencionais.

Preservar a memória científica das instituições de pesquisa neste século se torna cada vez uma tarefa sofisticada, na medida em que envolve o arquivamento de dados heterogêneos, constituídos de objetos digitais complexos, como ambientes virtuais, que variam no tempo e que se conectam com vários outros objetos de diferentes disciplinas. Ao invés de simplesmente armazenar objetos de diversos tipos de forma fragmentária, a biblioteca precisa refletir os ambientes de pesquisa interdisciplinares e criar as agregações semânticas entre os recursos. Essa realidade introduz uma grande e significativa complexidade para a captura, curadoria e preservação de objetos digitais informacionais (LUCÉ, 2008).

Os Usuários Chegam à Biblioteca Pelo Google e Pelos Ambientes Virtuais

A *web* permite aos pesquisadores e aos

estudantes mais autonomia como criadores e consumidores de informação e dessa forma redefinem os espaços de atuação da biblioteca como ponto de referência informacional. Poucos usuários, pesquisadores, precisam de contato direto com a biblioteca. Interessa pouco a eles o acesso a originais – quando estes existem –, pois os representantes digitais são suficientes para a maioria dos seus empreendimentos. Os usuários remotos chegam à biblioteca pelo Google ou pelas redes sociais; porém, os pesquisadores desejam que a biblioteca de pesquisa chegue a eles como um recurso distribuído integrado aos seus sistemas de pesquisa, o que indica que “a biblioteca do século 21 será mais uma abstração do que uma presença tradicional. A biblioteca não precisa ser necessariamente um espaço físico, não precisa ser uma coleção. Ela pode tomar a forma de um projeto distribuído”. (PART I, 2008, p.7). Assim sendo, os bibliotecários precisam compreender como os pesquisadores criam, descobrem e avaliam informação; precisam compreender também os ambientes multidisciplinares, reais e virtuais nos quais os pesquisadores realizam seu trabalho acadêmico. Essas condições se tornam imprescindíveis para o planejamento da comunicação científica e das estratégias de ePublicações para o futuro.

Por outro lado, a expansão do interesse da pesquisa científica por segmentos sociais não acadêmicos – como, por exemplo, governo, imprensa, professores secundários – cria uma nova demanda para as bibliotecas de pesquisa, que consiste em desenvolver serviços digitais voltados para esses segmentos mais difusos. Isso requer que as bibliotecas se tornem mais responsivas, mais atentas às diferenças de demanda dos usuários, em vez de lidarem com a ideia previsível dos desejos de um usuário padronizado.

Personalização: Uma Biblioteca Para Cada Usuário

As bibliotecas, no seu papel de uma instituição de patrimônio, sempre foram ambientes submetidos a elevados graus de controle, assistidos por um número de sistemas concebidos por profissionais para manutenção da ordem na qual a biblioteca e seus conteúdos são disponibilizados e usados. O que se observa, porém, é que as novas gerações de usuários desejam interagir com a biblioteca segundo estilos próprios

e no seu próprio tempo; poucos deles querem lidar com sistemas que requerem “treinamento do usuário”, que usam códigos específicos e distantes dos sistemas – normalmente *web* – utilizados por eles profissionalmente e para entretenimento (HUNTER; BROWN, 2010).

As bibliotecas precisam estar mais representadas por suas interfaces *web* do que por sua presença em tijolo, cimento e móveis. As interfaces e sua capacidade de interação e adaptação são as metáforas virtuais que falam pelas bibliotecas de pesquisa e que, por sua vez, precisam modelar com precisão os seus usuários e criar representações dos domínios de conhecimento que permeiem seus serviços. Os dispositivos – síncronos e assíncronos – presentes nas interfaces devem permitir a definição de filtros que delimitem interesses, que sugiram fontes de informação e ofereçam dispositivos de linking – que podem ter valor semântico – para que o próprio pesquisador componha as agregações entre publicações, projetos, dados, laboratórios, entre outros, de seu interesse e de sua equipe, e criem e mantenham suas redes de relacionamento que estejam integradas às redes sociais e aos novos fluxos definidos pelas mudanças na comunicação científica.

A Biblioteca como Parceira nos Processos de Inovação

Uma razão importante para o investimento em pesquisa é o seu potencial de contribuir para a inovação, portanto ela é vista como um motor essencial no avanço da economia do conhecimento; além do mais, muitas equipes e grupos de pesquisa pertencentes à universidade e centros de pesquisa estão comprometidos com processos de inovação em suas próprias instituições, muitas vezes em colaboração com setores do governo e da iniciativa privada. Esses fatos reforçam a ideia de que a convergência entre os sistemas de pesquisa e de inovação fazem parte da matriz de elementos que movem a ciência.

A inovação é altamente dependente de troca e de compartilhamento de informações; não obstante a diversidade dos fluxos científicos e de inovação, uma parte dessa demanda pode ser respondida na forma de acesso aos serviços da biblioteca de pesquisa. Portanto, dar apoio aos processos de inovação é um novo e importante desafio para os sistemas de informação e

de conhecimento e, especialmente, uma função ou tarefa que pode ser assumida pelas bibliotecas de pesquisa (DEFF, 2009).

A Biblioteca Como Laboratório: A Necessidade de Experimentação e Inovação

A componente de inovação e experimentação da biblioteca de pesquisa tem duas vertentes importantes: em primeiro lugar a biblioteca deve ser um laboratório voltado para a compreensão de como a nova geração de pesquisadores, professores e alunos de pós-graduação fazem o seu trabalho de pesquisa, ensino e aprendizagem de pesquisa e como se configuram os novos ambientes e metodologias da eScience; a segunda vertente diz respeito à biblioteca de pesquisa como parceira dos grupos de pesquisa e coautora na geração de conhecimento científico, reconfigurando-se como um laboratório voltado mais para os processos informacionais do que para os produtos e serviços biblioteconômicos. Por exemplo, na área das ciências nucleares, a questão da gestão do conhecimento nuclear, com diversas vertentes de estudo e pesquisa, tornou-se uma área crítica assumida pelas bibliotecas, em cooperação com as áreas finalísticas, em âmbito internacional.

Pessoal: A Necessidade de Compreensão do Domínio da Pesquisa

A biblioteca de pesquisa tem sido estruturada na formação de equipes em torno de disciplinas específicas, como por exemplo, ciências médicas ou economia. Em contraste, o que caracteriza a ePesquisa é o seu enfoque interdisciplinar, ou seja, a sua capacidade de criar conexões produtivas entre áreas de conhecimento. Essa interlocução requer, com frequência, equipes formadas dinamicamente e remotamente. Essas constatações implicam na necessidade de a biblioteca formar equipes também multidisciplinares, que não precisam estar exatamente na biblioteca, mas, talvez, distribuída em seus laboratórios ou escritórios. A biblioteca vai precisar ultrapassar os limites institucionais em busca das expertises adequadas.

O problema de coletar, organizar, indexar, arquivar e disseminar grandes coleções de dados – embora não seja um problema novo – é amplificado de forma extraordinária nos limites

da eScience. Curadores de dados provenientes das bibliotecas especializadas, dos arquivos e das áreas de tecnologia da informação são capazes de gerir, inserir nos sistemas e preservar coleções de dados de pesquisa, entretanto são os especialistas em assunto que serão capazes de fazer as análises necessárias à reinterpretação e ao reuso dessas coleções. Isso reforça a ideia de que é necessário compor equipes de curadoria que conjuguem dinamicamente expertises de natureza distinta (SAYÃO; SALES, 2013).

À GUIA DE CONCLUSÃO

A biblioteca de pesquisa do século 21 vai ter de espelhar as mudanças fundamentais de como os cientistas trabalham e evoluir no mesmo passo das novas estratégias intelectuais de pesquisa e dos ambientes em que elas se realizam; além do mais, precisará refletir as mudanças sociais que tornam a ciência mais presente no cotidiano do cidadão comum. O futuro das bibliotecas de pesquisa não pode ser considerado apartado do futuro da pesquisa científica, como não pode estar apartado do ambiente social, político e do mundo dos negócios. Fica claro que a resposta a essas mudanças disruptivas desencadeadas principalmente pela revolução das tecnologias digitais exigem pensamentos e soluções inovadoras e igualmente disruptivas (LUCE, 2008).

Em oposição a tantas considerações contrárias, a biblioteca tem demonstrado capacidade de resposta – no seu passo cuidadoso – às mudanças, e vem evoluindo em sintonia com as incessantes transformações tecnológicas, científicas e comportamentais a que historicamente a desafiaram. A mudança que se configura nesse momento pode ser a mais contundente de todas para os bibliotecários científicos, pois pode significar o fim de alguns ciclos seculares, não obstante abre oportunidades extraordinárias de renovação que coloca a biblioteca num patamar mais elevado no mundo das ciências. Isso fica mais claro quando pensamos nas transições trazidas pela eScience, em que a biblioteca física pode perder importância no fornecimento de serviços de informação, mas a sua atuação integrada aos ambientes virtuais de pesquisa será muito mais intensa e presente pois estará onde o pesquisador realiza o seu trabalho, em contrapartida vai exigir uma Biblioteconomia avançada,

precisa e muito melhor praticada.

REFERÊNCIAS

DEFF. **The future of research and research library**. Copenhagen: DEFF, 2009. Disponível em: <http://www.deff.dk/fileadmin/user_upload/DEFF/publikationer/Oevrige/The_Future_of_Research_and_the_Research_Library.pdf>. Acesso em: 26/01/2017.

GOLD, Anna. Cyberinfrastructure, data, and libraries, Part 1: A Cyberinfrastructure Primer for Librarians. **D-Lib Magazine**, v. 13, n. 9/10, 2007a. <<http://www.dlib.org/dlib/september07/gold/09gold-pt1.html>>. Acesso em: 26/01/2017

GOLD, Anna. Cyberinfrastructure, data, and libraries, Part 2: Libraries and the Data Challenge: Roles and Actions for Libraries. **D-Lib Magazine**, v. 13, n. 9/10, 2007b. <<http://www.dlib.org/dlib/september07/gold/09gold-pt2.html>>. Acesso em: 26/01/2017

HUNTER, David; BROWN, Karen. **Thriving or surviving?: National Library of Scotland in 2030**. Edinburgh: National Library of Scotland, 2010.

LEWIS, David W. **A model for academic libraries 2005 to 2025**. 2006. Disponível em: <http://medarbejdere.au.dk/fileadmin/www.medarbejdere.au.dk/viden/Moede_3/Bilag_4_-_A_Model_Academic_Libraries_2005_to_2025.pdf>. Acesso em: 26/01/2017.

LUCE, Richard E. A new value equation challenge: the emergence of eResearch and roles for research libraries. In: **No Brief Candle: Reconceiving Research Libraries for the 21st Century**. 2008. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub142/contents.html>>. Acesso em: 26/01/2017.

MACEVICIUTE, Elena. Research libraries in a modern environment. **Journal of Documentation**, v.70. n.2, p. 282-302, 2014.

PART I: A continuing discussion on research libraries in the 21st century. In: **No Brief Candle: Reconceiving Research Libraries for the 21st Century**. 2008. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub142/contents.html>>. Acesso em: 27/01/2017.

PÉREZ-GONZÁLEZ, Lourdes. **Modelo/s de coste para la preservación de los datos científicos em la e-ciencia. 2010**. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8555/1/Perez.pdf>>. Acesso em: 01/10/2016.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luis Fernando. Há futuro para as bibliotecas de pesquisa no ambiente de eScience. **Informação & Tecnologia (ITEC)**: Marília/João Pessoa, v.2, n.1, p.30-52, jan./jul., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/26029>>. Acesso em: 27/01/2017.

SALES, Luana Farias. **Integração semântica de publicações científicas e dados de pesquisa**: proposta de modelo de publicação ampliada para a área de Ciências Nucleares. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de PósGraduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2014.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Dados abertos de pesquisa: ampliando os conceitos de acesso livre. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Saúde**. v. 8, n. 2, p. 76-92, 2014. Disponível em: <<http://www.reciis.ict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/611>>. Acesso em: 01/10/2015.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. **Dados de pesquisa: contribuições para o estabelecimento de um modelo de curadoria de dados para o país**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 6, n 1, 2013. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/102/146>>. Acesso em: 10/01/2017.

WANG, Minglu. **Academic library, science/e-research, and data services in a broader context**. 2013. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/conferences/confsandpreconfs/2013/papers/Wang_AcademicLibrary.pdf>. Acesso em: 27/01/2017.

WITTENBERG, Kate. The role of the library in 21st-century scholarly publishing. In: **No Brief Candle: Reconceiving Research Libraries for the 21st Century**. 2008. Disponível em: <<http://www.clir.org/pubs/reports/pub142/contents.html>>. Acesso em: 01/10/2015.

DE DIRDOC A CENDOC: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Ten Cel R1 MARIA LUIZA CARDOSO
Pós-doutora em Educação pela USP

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar as atribuições que o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) foi adquirindo, desde a sua origem. Ele foi criado em 1977, a partir da Instituição que o antecedeu, a Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC) (1969-77). Essa Diretoria era a Organização do Ministério da Aeronáutica (M. Aer), que tinha a finalidade de tratar dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliologia, de histórico, de museologia, de cerimonial, e das atividades ligadas à imprensa e às publicações do M. Aer. Apesar do rebaixamento do nível do seu Comando (Oficial General para Oficial Superior), o Centro continuou a desempenhar as atribuições da antiga Diretoria. Todavia, em meados da década de 1980, deixou de ser o órgão central do sistema de museologia do M. Aer. e, em 2013, foram-lhe retiradas as suas atividades referentes à normatização dos cerimoniais e à pesquisa histórica. Sem museólogos nem historiadores, com um bibliotecário e com sete arquivistas, concluímos que a sua finalidade mudou drasticamente. Quanto às fontes, a investigação se baseou no Livro Histórico da Instituição e nos Regulamentos e Regimentos Internos da Diretoria e do Centro, desde 1969. O texto traz informações sobre a finalidade, a organização e as competências dos setores da DIRDOC e do CENDOC ao longo dos anos, e os desafios a serem enfrentados para torná-lo um acervo documental acessível, que possa realmente contribuir para a preservação da memória e da identidade nacional.

Palavras-chave: Centro de Documentação da Aeronáutica; Arquivos permanentes; Acervos documentais; e História da Aeronáutica no Brasil.

No Comando da Aeronáutica, a Organização Militar que se dedica à normatização e ao controle das atividades relacionadas à arquivologia, à biblioteconomia, à imprensa (principalmente, à edição e divulgação do Boletim do Comando) e à correspondência oficial, é o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC). Também faz parte da sua missão guardar a documentação permanente de “valor histórico, probatório e informativo” dessa Força Armada, como pude comprovar trabalhando no Centro, nos primeiros quatro meses do ano de 2015.

Todavia, o CENDOC teve uma missão muito mais abrangente: resguardar a memória da Força Aérea nos campos da museologia, da biblioteconomia, da arquivologia e da história; além de cuidar da normatização, do controle e

da divulgação de documentos administrativos e da correspondência oficial.

Este trabalho de pesquisa surgiu em função do que observei, quando fui convidada pelo atual Chefe, Cel Int Carlos Alberto Leite da Silva, a montar a Seção de Acesso e Divulgação da Documentação, que o Centro nunca teve, de acordo com os registros consultados.¹ Seu objetivo foi analisar as atribuições que o CENDOC foi adquirindo ao longo do tempo, desde a sua origem.

Quanto às fontes, a investigação se baseou no Livro Histórico da Instituição e nos Regulamentos e Regimentos Internos que re-

¹ Até então, os poucos pesquisadores que frequentaram o CENDOC foram recebidos nas salas onde trabalhavam os militares e civis do Centro.

gulamentaram as atividades do Centro e da Organização Militar que o antecedeu.

O CENDOC foi criado no dia 07 de dezembro de 1977², a partir da Instituição que o precedeu: a Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC).

Três anos após a Revolução de 1964, o então Ministério da Aeronáutica estabeleceu a sua estrutura básica (Decreto nº 60.521, de 31/03/1967), a fim de adequar-se ao Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, que reorganizou a administração federal e estabeleceu diretrizes para uma Reforma Administrativa. No Decreto de março, constava uma Diretoria de Acervo Histórico, subordinada ao Comando Geral do Pessoal (COMGEP).

Todavia, em 02/05/1969, no Decreto nº 64.451, que aprovava o Regulamento desse Grande Comando, a Diretoria de Acervo Histórico surgiu com a denominação de Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC).

De acordo com o Livro Histórico, essa Diretoria era a “Organização do Ministério da Aeronáutica que tem [tinha] por finalidade o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliologia³, de histórico, de museologia e de cerimonial.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 02). Igualmente, cabiam à DIRDOC as atividades relacionadas à imprensa e às publicações, “incumbindo-lhe também identificar e solucionar os problemas que eventualmente emperrem a burocracia, [...]” (Grifo nosso. LIVRO HISTÓRICO, p. 02).

Segundo a conferência proferida pelo Ministro da Aeronáutica, Marechal-do-Ar Márcio de Souza e Mello, na Escola de Guerra Naval (EGN), no dia 23/09/1971,

[...] foram cometidos à Diretoria de Documentação e Histórico, entre outros, os trabalhos e as responsabilidades de pesquisar os fatos, consolidar notícias, concatenar dados e reunir documentação e materiais esparsos relacionados com a vida pretérita da corporação e de quantos a ela se ligam, direta ou indiretamente. Essa atribuição destina-se a cultivar as

² Decreto nº 80.965.

³ A bibliologia é a ciência do livro. “Se o livro fosse um ser humano, a Bibliologia seria a ciência do corpo, expressa nos suportes e nas composições de imagem e texto utilizados para o registro da informação.” (PINHEIRO, 2002, apud RODRIGUES; CALHEIROS; COSTA, 2003, p. 3-4).

tradições aviatórias, tendo em mente que a história de uma corporação, como a de um povo, escrita para si mesmo, tem que registrar as narrativas do acontecido, enriquecidas com a transmissão dos valores espirituais carreadas de geração em geração.[...]

A manutenção das tradições [...] por todos os motivos de alta conta, conduziram-nos a concluir que, [...] deixava a cada órgão guardá-las de per si, era preciso e chegara o momento de encarregar uma Diretoria de centralizar os dados esparsos e incorporá-los numa contextura maior, de toda a corporação, reunindo os subsídios, criando os cerimoniais, coordenando as manifestações, fortalecendo-as, exaltando, em suma, a herança honrosa do nosso pioneirismo na mais complexa e arrojada conquista do gênio humano da mesma forma que a nossa predestinação de triunfar no ar.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 2-4).

Pela Portaria nº 38/GM7, de 20/05/1969, foi criado o Núcleo da Diretoria de Documentação e Histórico, que passou a ficar subordinado, como já referido, ao COMGEP. Esse Núcleo teve dois Chefes: o **Maj Brig Eng Ewerton Fritsch** (Maio/1969) e o **Brig Ar Délio Jardim de Mattos** (set/1970).

Em **12/11/1970** (Decreto nº 67.555), a Diretoria foi finalmente ativada e aprovado o seu Regulamento. Seu primeiro Diretor (Interino) foi o **Brig Ar João Paulo Moreira Burnier**.

Infelizmente, quase dois anos depois, ainda na gestão desse primeiro Diretor Interino, a DIRDOC foi **temporariamente** desativada (Portaria nº 028/GM3, de 20/03/1972, e Decreto nº 72.553, de 31/07/1973). As causas dessa tragédia foram mencionadas na Ordem do Dia que será citada mais adiante. Entretanto, a principal, certamente, foi a falta de pessoal qualificado para trabalhar na nova Organização Militar. Cabe ressaltar que o Decreto de julho de 1973, também criou o **Núcleo do Museu Aeroespacial**, que ficava, da mesma forma, subordinado ao COMGEP.

Em **17/08/1973** (Decreto nº 72.636), a DIRDOC foi, enfim, reativada e o Núcleo do Museu Aeroespacial passou a subordinar-se a essa Diretoria. Seu primeiro Diretor foi o **Maj Brig Ar Ext Paulo de Vasconcellos Sousa e Silva**, no-

meado no dia 04/09/1973, que proferiu as seguintes palavras, em 01/10/1973, na sua Ordem do Dia:

Assumi, nesta data, o cargo de Diretor de Documentação e Histórico, [...].

Seria temerário antecipar planos, [...], vez que a DIRDOC esteve desativada durante mais de ano e meio, circunstância de que decorreram naturais dificuldades relativas à formação das equipes, ao preparo das instalações e ao levantamento das atividades levadas a efeito tanto durante o funcionamento da Diretoria, como durante o período em que esteve desativada, fase em que os seus encargos foram transferidos para outros órgãos do COMGEP. Além disso, há que considerar que a DIRDOC é Órgão Central dos sistemas das atividades que lhe são peculiares – aspecto esse que impõe cautela e prudência, para que as normas, princípios, critérios e programas, atinjam, efetivamente, os objetivos colimados que visam assegurar aos órgãos integrantes do sistema a orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica imprescindíveis ao eficiente funcionamento das Organizações.

[...] ao mesmo tempo em que lhe cabe zelar pela tradição, aprimorando o cerimonial e cuidando da preservação das coisas, fatos e lembranças pretéritas, que serão legadas às gerações futuras – compete-lhe, também, dinamizar o funcionamento da máquina administrativa, assegurando ritmo harmonicamente acelerado ao tráfego dos expedientes que são o próprio sangue que alimenta os órgãos formadores da vasta estrutura da Aeronáutica [...]. E porque não perco de vista a grandeza da missão [...], tenho a clara consciência da urgência requerida para a implantação das medidas que possibilitem o funcionamento da DIRDOC [...], a despeito da precariedade da situação, [...]. (LIVRO HISTÓRICO, p. 6-7).

A julgar pelo discurso do seu primeiro Diretor, parecia que se havia encontrado “o homem certo para ocupar o lugar certo”, uma vez que demonstrava estar preparado para desempenhar as funções requeridas para o cargo.

O primeiro Diretor do Núcleo do Museu Aeroespacial foi o Maj. Esp. Av. R/R João Maria Monteiro, empossado no dia 01/10/1973, data em que o Diretor da DIRDOC proferiu a sua Ordem do Dia. Somente em 18/10/1976, o Museu seria inaugurado.

A posse do Maj Brig Sousa e Silva ocorreu no Gabinete do Comandante Geral do Pessoal. Isso porque entre a reativação da Diretoria e a conclusão das obras no prédio que iria ocupar⁴ – o Pavilhão Van Ness, no Campo dos Afonsos – a DIRDOC funcionou em vários locais, principalmente no edifício do então Ministério da Aeronáutica, localizado na Av. Churchill, no Centro do Rio.

Quanto ao Museu Aeroespacial, este ficou sitiado também no Campo dos Afonsos, no prédio nº 25, que alojava a antiga Divisão de Instrução de Voo (DIV), no tempo em que a Academia da Força Aérea (AFA) ocupava o local, e nos 05 hangares que lhe eram adjacentes.

Nessa época, a DIRDOC possuía a seguinte estrutura:

- 1 – Diretor;
 - 2 – Subdiretoria de Documentação;
 - 3 – Subdiretoria de Histórico e Cerimonial;
 - e
 - 4 – Gabinete.
- (BRASIL, 1970, p. 3527).

À Subdiretoria de Documentação cabia o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e a normatização das atividades de expediente e de bibliologia no âmbito do Ministério. Ela era o Órgão Central do Sistema de Documentação da Aeronáutica e se constituía dos seguintes setores: **Divisão de Expediente; Divisão de Biblioteconomia; Divisão de Publicações; e Imprensa da Aeronáutica.**

A **Divisão de Expediente** tinha como atribuições “o estudo referente à forma, elaboração, tramitação e controle da correspondência oficial do Ministério da Aeronáutica.” (BRASIL, 1970, p. 3529).

A **Divisão de Biblioteconomia** tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos às bibliotecas, no âmbito do Ministério [...]” (BRASIL, 1970, p. 3529). Inclusive, estava prevista a criação da **Biblioteca Central da Aeronáutica**, que estaria vinculada a essa Divisão.

Quanto à **Divisão de Publicações**, esta

⁴ Dia 05/07/1974.

tinha como atribuição o estudo das normas para as atividades de publicações e traduções, na esfera do Ministério da Aeronáutica.

A **Imprensa** da Aeronáutica tinha como finalidade a publicação da documentação necessária ao Ministério.

À **Subdiretoria de Histórico e Cerimonial** cabia o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento de normas para as “atividades de histórico, arquivologia, museologia e cerimonial [...]” (BRASIL, 1970, p. 3529-3530). Essa Subdiretoria era constituída dos seguintes setores: **Divisão de Histórico; Divisão de Cerimonial; Arquivo da Aeronáutica; e Museu Aeroespacial.** Vale notar que a arquivologia não estava ligada à área dos documentos administrativos, mas, à dos históricos...

Eram atribuições da Divisão de Histórico eram: “pesquisar e registrar metodicamente a História da Aeronáutica Brasileira.” (BRASIL, 1970, p. 3530).

À Divisão de Cerimonial cabia propor os procedimentos individuais e coletivos (normas de etiqueta militar) a serem adotados nas cerimônias, no âmbito da Aeronáutica.

O Arquivo da Aeronáutica tinha como finalidade “prestar informações sobre os fatos e ocorrências passadas na vida administrativa das organizações do Ministério da Aeronáutica e de seu pessoal, obtidas de documentação judiciosa e devidamente preservada.” (BRASIL, 1970, p. 3530). Como podemos verificar, havia a preocupação com a preservação da memória de **todas** as Organizações Militares.

Com relação ao **Museu Aeroespacial**, este foi criado com a finalidade de “preservar o passado histórico da Aeronáutica Brasileira, através da exposição do seu acervo histórico.” (BRASIL, 1973, p. 1489). Observem que o seu objetivo era a preservação do passado **aero-náutico**, e não, do Ministério da Aeronáutica.

No ano de **1974**, o **Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica** (SGE-AAER) passou a ficar subordinado, também, à DIRDOC (Portaria nº 80/GM3, de 26 de setembro).

Depois que soube da não inclusão de seu nome não foi, sequer, incluído na Lista de Escolha organizada para as promoções ao posto de Tenente Brigadeiro (apesar de ser o Major Brigadeiro mais antigo da Aeronáutica, na época), **sem justo motivo**, o Maj. Brig. do Ar Sousa e Silva, Diretor da DIRDOC, passou, a pedido,

para a Reserva Remunerada, em 02 de abril de 1976.

O Subdiretor de Documentação, **Cel Av Armando Sequeira Ferreira**, que estava ocupando este cargo interinamente, uma vez que se destinava a um Brigadeiro, teve que assumir a Direção da DIRDOC, até que fosse nomeado novo Diretor. Isso aconteceu no dia **05 de agosto de 1976**, quando o **Maj Brig do Ar Walter Feliu Tavares** assumiu essa função. Também ficou sob a responsabilidade desse Oficial General, o Comando de toda a Guarnição de Aeronáutica do Campo dos Afonsos.

Pouco mais de um ano após a posse do novo Diretor, a DIRDOC foi extinta e em seu lugar foi criado o **Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica** (CENDOC) (Decreto nº 80.965, de 07/12/1977), cujo **Diretor, agora, seria um Brigadeiro, da Ativa**, posto inferior ao de Major Brigadeiro.

Quando da transmissão do cargo de Diretor (13/04/1978), o Maj Brig Walter Feliu Tavares citou as atividades que foram realizadas sob o seu comando, na sua Ordem do Dia:

[...]

5) A consolidação do Sistema de Documentação com o desencadeamento de diversas ações administrativas sobre as Organizações Militares do

7

Ministério da Aeronáutica, visando obter o conhecimento e aplicação devida das Normas do Sistema de Documentação [...]: NSMA 5-1 (Confecção e Controle de Publicações) e NSMA 5-2 (Numeração de Publicações).

6) A renovação e atualização, com assinatura de um contrato, entre a Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC) e o Serviço de Correspondência Agrupada (SERCA) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), visando uma utilização coordenada através de malas-postais, de Correspondência Oficial de todas as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica, com supervisão direta do Serviço Geral de Expediente e Arquivo, órgão executivo, diretamente subordinado à DIRDOC.

7) A introdução de novos equipamentos [...] no Serviço Geral de Expediente e Arquivo [...] no velho edifício do antigo Mi-

nistério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, onde ocupa um andar e um subsolo.

8) A pesquisa histórica desenvolvida, no sentido de se efetivar um exemplar protótipo, pioneiro, referente a um “Resumo Histórico da Evolução Operativa e Tecnológica da Aviação Brasileira no Ministério da Aeronáutica, desde a sua criação, em 20 de janeiro de 1941, até a inauguração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, no Galeão, dia 20 de janeiro de 1977”, subdividido em 5 períodos, constituídos por inúmeros acontecimentos marcantes e fotografias selecionadas, alusivas. Esse Resumo Histórico foi concluído em maio de 1977, e apresentado pessoalmente ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, obtendo aprovação do mesmo e a determinação de sua continuidade através da implantação do 6º período, que já está em plena sequência de lançamentos, de eventos históricos, gravuras e fotos selecionadas.

9) Os trabalhos visando dotar o Ministério da Aeronáutica de uma IMA⁵ pertinente à observância da HERÁLDICA em todas as propostas de Estandartes, Brasões e Emblemas, para todas as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica; encargo [...] que nos foi [...] delegado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, sendo coroado de pleno êxito, com a aprovação ministerial da IMA 900-2, sobre o uso da Heráldica em nosso Ministério.

10) (a) Estudos apresentados ao Comando Geral do Pessoal preconizando a ativação de uma Subchefia de Informática no Estado-Maior da Aeronáutica, em Brasília, a fim de dinamizar os Sistemas de Estatística e Processamento de Dados, em nosso Ministério.

(b) Exposição de Motivos, apresentada ao Comando Geral do Pessoal preconizando a necessidade da ativação, em futuro próximo, de um Arquivo Geral para o Ministério da Aeronáutica, em Brasília, e de uma Imprensa Militar de Aeronáutica, para atendimento imediato a todas as Organizações Militares existentes em Brasília, com vistas a próxima ativação do Centro de Documentação e Histórico, [...].

11) A ordenação paciente e meticulosa de

um Cadastramento-Histórico, para todas as Organizações Militares do Ministério, através da criação de uma Ficha-Histórica para Cadastro-Histórico de Unidades e Sub-Unidades de nosso Ministério, com 14 itens, já com levantamento efetivado de mais de 60% das Organizações existentes, mediante aprovação do Grande Comando do COMGEP e seu encorajador estímulo.

12) O Decreto nº 80.965, de 07 de dezembro de 1977 extingue a Diretoria de Documentação e Histórico e cria o Centro de Documentação e Histórico, com as mesmas atribuições da DIRDOC e encargos específicos. O Regulamento para esse futuro CENDOC e sua respectiva TOL⁶ – Proposta, foram objeto de cuidadosa avaliação por esta DIRDOC e regular encaminhamento ao ESCALÃO-SUPERIOR, [...].” (LIVRO HISTORICO, p. 45-47).

Conforme o discurso anteriormente citado, podemos observar que se sentia a necessidade (ou vontade?) de se implantar, em Brasília: 1) um **Arquivo Geral**, que desse conta da documentação de todo o Ministério (provavelmente, daquela que estava nos arquivos dos tipos **corrente**⁷ e **intermediário**⁸ e, não somente, **permanente**), importando lembrar que o setor denominado **Arquivo da Aeronáutica**, da DIRDOC, estava inserido na **Subdiretoria de Histórico e Cerimonial**; e 2) um setor ou instituição que cuidasse da **Imprensa Militar** da Aeronáutica. Entretanto, como podemos observar, a DIRDOC, na sua estrutura administrativa, já possuía esse setor atrelado à **Subdiretoria de Documentação**. Será que ele não estava funcionando na DIRDOC? Será que a Direção achava que, em função da sua importância, ele deveria ser transferido para Brasília? E se fosse? Seria desvinculado da DIRDOC ou do CENDOC? Infelizmente, não temos a resposta.

No que se refere à preservação da memória e da história da Força Aérea, foram reali-

⁶ Acreditamos que seria uma tabela contendo o orçamento e a lotação do pessoal necessário para trabalhar na “nova” Organização Militar.

⁷ “Arquivo corrente – Conjunto de documentos em curso ou de uso frequente.” (PAES, 2004, p. 24).

⁸ “Arquivo intermediário – Conjunto de documentos procedentes de arquivos correntes, que aguardam destinação final.” (PAES, 2004, p. 24).

zadas as primeiras pesquisas sobre a evolução da aviação brasileira, desde que o Ministério foi criado, bem como um cadastro com o histórico das suas Organizações Militares.

Também, um novo campo de estudos e pesquisas surgiu na DIRDOC: a Heráldica.

De acordo com o Art. 2º, do Decreto que criou o CENDOC (nº 80.965, de 07/12/1977), a nova Organização tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliografia, de histórico e de cerimonial.” (LIVRO, p. 41). Vale notar que **as atividades de museologia foram retiradas, enquanto que as de bibliologia foram reduzidas a bibliografia**.

O CENDOC, que ficou subordinado diretamente ao COMGEP, como a DIRDOC, passou a ter a seguinte estrutura:

- 1 – Diretor;
 - 2 – Divisão de Documentação;
 - 3 – Divisão de Histórico e Cerimonial;
 - 4 – Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; e
 - 4 – Gabinete.
- (LIVRO, p. 42).

No dia 1º de junho de 1978, o **Brig Int Jorge Franco Bittencourt** assumiu o cargo de Diretor do CENDOC e, na sua Ordem do Dia, ele fez um resumo das realizações que deveriam ser creditadas à extinta DIRDOC. Citamos somente aquelas que não foram mencionadas anteriormente:

- Proposta para implantação do Sistema de Cerimonial;
- Elaboração de propostas de publicações sobre:
 - Introdução ao Cerimonial;
 - Despedida de Oficial-General; e
 - Embarque e Desembarque de Autoridades.
- Esboço de propostas de publicações sobre:
 - Investidura de Autoridades;
 - Bandeira Nacional; e
 - Ala de Polícia da Aeronáutica.
- Elaboração de Norma de Funcionamento da Comissão de Hinos e Canções Militares;
- Instalação formal e abertura dos trabalhos referentes à Comissão Julgadora de

Hinos e Canções Militares;

- Elaboração de proposta para implantação da Heráldica no Ministério da Aeronáutica, por intermédio da IMA 210-1 “Confecção, aprovação e uso dos brasões, estandartes e emblemas no Ministério da Aeronáutica”, já aprovada pelo Exmo. Sr. Ministro;

- Elaboração de um Folheto (FMA 210-1 “Noções de Heráldica”), a ser proximoamente impresso e difundido para toda a Aeronáutica;

[...]

- Estudos, pesquisas e propostas sobre providências e pareceres em defesa de acervos patrimoniais (“A Encantada” – Petrópolis; “Museu Aeronáutico” de São Paulo: Fundação Santos Dumont);

[...]

- Proposta para divulgação do Resumo Histórico da Evolução do Ministério, desde a sua criação (20 jan. 41) até a inauguração do Aeroporto Internacional do Galeão;

[...]

- Levantamento parcial do acervo patrimonial na área dos Afonsos, com finalidade de Tombamento Histórico no Ministério da Aeronáutica;

- Proposta à ECEMAR⁹ [...] para inclusão em Monografias, de assuntos voltados à História da Aeronáutica Brasileira, a fim de enriquecer nosso acervo histórico e conhecimentos de fatos relevantes;

- Elaboração, em GT (Grupo de Trabalho), de um anteprojeto de Regulamento para a Diretoria de Documentação e Histórico e, posteriormente, para o CENDOC, inclusive, estudos para instituição dos Sistemas de Histórico, de Museologia, de Arquivologia e de Cerimonial;

[...]

- Confecção, atualização, distribuição e controle dos indicadores de legislação militar – ILM (BMA-114), baseados nos Mensários de Legislação da Aeronáutica (BMA-113);

[...]

- Providências iniciais para a implantação da Imprensa de Aeronáutica, baseadas nas respostas ao RD DIFRAL 060/SU-DOC/040478;

⁹ Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

- *Providências iniciais para implantação de uma Biblioteca Central e da atividade normativa de Biblioteconomia no âmbito do Ministério da Aeronáutica.*” (LIVRO HISTORICO, p. 49-51).

Pouco antes de tornar-se CENDOC, a DIRDOC, já na década de 1970, ocupava-se de alguns assuntos atuais que merecem destaque neste texto: a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, da Força Aérea; o incentivo às pesquisas históricas e a divulgação dos conhecimentos acumulados, relacionados à história da Aeronáutica; e a implantação de sistemas no Ministério, nas áreas histórica, museológica, arquivística e de cerimonial, a serem administrados pela Diretoria, que seria o órgão central de todos eles, estabelecendo normas, supervisionando e apoiando os seus funcionamentos. Quanto à **Imprensa da Aeronáutica**, apesar do discurso do ex-Diretor, Maj. Brig. Walter Feliu Tavares, esta permaneceu na Diretoria.

Como DIRDOC ou CENDOC, faltava, no entanto, inaugurar o **Arquivo Geral** e a **Biblioteca Central**, a fim de realizar a integração das três áreas das Ciências da Informação (na década de 1970!), em torno do assunto Aeronáutica: a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia.

Em 17 de maio de 1978, o Decreto nº 81.677 aprovou um novo Regulamento para o CENDOC, uma vez que o anterior limitava muito as suas atividades. De acordo com o Art. 1º, o CENDOC passou a ter a seguinte finalidade: “o trato dos assuntos relativos às atividades de correspondência oficial, de publicação, de impressão, de arquivologia, de biblioteconomia, de histórico, de museologia e de cerimonial.” (LIVRO, p. 53).

Assim, o CENDOC passou a ter estas competências:

- 1- estudar e planejar as atividades do Ministério da Aeronáutica, relativas à documentação administrativa, gráfica, áudio-visual, histórica e de cerimonial;
 - 2 – propor o estabelecimento de normas, critérios, princípios e programas relativos aos assuntos de arquivologia, biblioteconomia, publicações, impressão, museologia, correspondência oficial, cerimonial e histórico;
- [...].
(LIVRO, p. 54).

O Centro continuou com a estrutura administrativa anterior: **Diretor; Divisão de Documentação; Divisão de Histórico e Cerimonial; Serviço de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; e Gabinete.**

A **Divisão de Documentação** tinha por finalidade “o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo das atividades de correspondência oficial, publicações, impressão, arquivologia e de biblioteconomia, [...], bem como as atividades de impressão¹⁰.” (Grifo nosso. LIVRO HISTORICO p. 54).

De acordo com o parágrafo único, do Art. 7º, do Decreto nº 81.677, “A Divisão de Documentação dispõe de uma Imprensa para executar as atividades de impressão atribuídas ao CENDOC.” (LIVRO HISTORICO, p. 54).

Percebe-se, então, que as atividades referentes à arquivologia migraram do setor histórico para o da documentação. Contudo, não podemos afirmar que a Divisão de Histórico e Cerimonial ficou sem o assessoramento de arquivistas. Também, a **Imprensa da Aeronáutica** foi mantida e expandida no Centro.

Com relação à **Divisão de Histórico e Cerimonial**, esta passou a ter por finalidade “o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo das atividades de histórico, museologia e cerimonial, no âmbito do Ministério da Aeronáutica.” (LIVRO, p. 55). **Portanto, as atividades de museologia retornaram ao CENDOC.** Cabe ressaltar que, no final da década, a Divisão estava mais envolvida com os trabalhos relativos à Heráldica do que à pesquisa histórica. Todavia, não se descuidou das tarefas relacionadas à proteção do patrimônio cultural da Aeronáutica, conforme Ordem do Dia alusiva à despedida do Brig Int Jorge Franco Bittencourt:

Ao campo histórico, também é creditada a desenvoltura com que se desdobrou para permitir um desfecho feliz ao chamado PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ou PROJETO PH, tendo por escopo dotar o Ministério de um documento destinado a proteger seu patrimônio histórico espalhado em todo o território nacional, por intermédio de medidas administrativas oficiais, conscientes e realísticas, orientadas por forma prática, de molde a perpetuar suas tradições pela conservação de obras, mo-

¹⁰ Pareceu-nos redundante esse complemento da frase.

numentos, sítios, áreas, instalações, documentos históricos – de bens móveis e imóveis, os quais, por sua conotação histórica relativamente ao Ministério da Aeronáutica devessem ser tombados, uma vez que obedecida a legislação específica e consagrada a este respeito.

Decisiva, neste particular, foi a cooperação do Centro de Documentação do Exército e do Serviço de Documentação Geral da Marinha, oferecendo-nos copiosa matéria legislativa, muito colaborando para o êxito do Projeto citado, afinal, concluído, pelo encaminhamento ao Exmo. Sr. Ministro da IMA 210-2 sob o título: “Tombamento de Bem Patrimonial Histórico e Cultural da Aeronáutica”, documento que, uma vez aprovado, tornará possível, oficialmente, a implantação de uma política destinada à preservação de nossas tradições, sempre presentes nos monumentos, áreas, documentos e instalações, consideradas históricas para o nosso Ministério.

Na realidade, os trabalhos aqui descritos, afora outros em plena desenvoltura, expressam um ciclo embrionário destinado à futura formação do que poderíamos denominar a MEMÓRIA AERONÁUTICA, em seu todo, enfeixando o HISTÓRICO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.” (LIVRO, p. 60-61).

Tanto que, no dia 12/11/1979, a IMA 210-2 “Tombamento de Bem Patrimonial Histórico e Cultural da Aeronáutica”, foi aprovada pela Portaria nº 831/GM3. Dois dias após a aprovação do seu novo Regulamento, o CENDOC perdeu a sua autonomia administrativa (Portaria nº 543/GM3, de 19/05/1978). Como o Centro estava sediado no Campo dos Afonsos, o Grupo de Apoio local (GAP AF) passou a prestar auxílio administrativo e de segurança ao CENDOC e, com isso, a administrar parte da sua verba.

Por outro lado, em 1979, quatro Portarias foram assinadas, no dia 05 de dezembro, implantando os Sistemas de Documentação (nº 1507/GM3), de Histórico (nº 1508/GM3), de Cerimonial (nº 1509/GM3) e de Museologia (nº 1510/GM3) na Aeronáutica, cujo Órgão Central, de todos eles, era o CENDOC.

Em cada Sistema, competia ao Órgão Central:

- 1 – a orientação normativa, a coordenação e o controle das atividades do Sistema;

2- a supervisão técnica das atividades do Sistema;

3 – a fiscalização específica do desempenho dos Órgãos e/ou Elementos Executivos;

4 – a coordenação do planejamento e da elaboração das propostas para os Orçamentos Plurianuais e Orçamentos-Programas anuais, necessários ao desempenho das atividades de [...];

5 – a direção, a coordenação, o controle e a supervisão do apoio logístico aos Órgãos e Elementos Executivos do Sistema de [...];

6 – a ligação com as Organizações congêneres das demais Forças Armadas, Instituições similares estranhas ao Ministério da Aeronáutica, Sociedades Científicas e universidades, a fim de acompanhar, continuamente, a evolução tecnológica nessa área.” (LIVRO, p. 63-64).

A ideia, com relação à área cultural, era incentivar a criação de museus, bibliotecas e centros de memória nas Organizações Militares da Aeronáutica, que seriam orientadas e fiscalizadas quanto às suas atividades (!!!). Havia, também, a preocupação em manter um intercâmbio técnico-científico com instituições congêneres, a fim de aperfeiçoar, cada vez mais, os conhecimentos acerca dos campos envolvidos.

Em junho de 1979, o Brig Int Jorge Franco Bittencourt passou a Direção do Centro para o **Cel Int Jorge Tupinacy Cavalcante**, e, em maio de 1980, esse militar, recém-promovido a Brigadeiro, passou a Direção do CENDOC para o **Cel Av Reynaldo Monteiro de Rezende**, que assumiu o cargo, interinamente.

De acordo com a Ordem do Dia do Brig Int Jorge Tupinacy Cavalcante, quando da sua despedida, o CENDOC tinha absorvido, também, na época, o acervo e o efetivo da “**Agência Central de Livros e Regulamentos** (ACLER), cuja finalidade é suprir, via reembolsável, publicações e material bibliográfico e didático, através da comercialização de itens de Suprimento Reembolsável.” (Grifo nosso. LIVRO HISTORICO, p. 70).

O Cel Av Reynaldo Monteiro de Rezende, enquanto esteve à frente da Direção do Centro, investiu os seus esforços, principalmente, no resgate da cultura imaterial, no que se refere aos Hinos e Canções Militares. Realizou, junto

com a sua equipe, uma pesquisa para levantar o acervo musical do Ministério da Aeronáutica, cuidando da sua organização e divulgação, da padronização de partituras, da criação de Bandas em cada Comando Aéreo Regional (COMAR), bem como da promoção de concursos entre estas. Também, procurou-se disseminar, por meio de palestras, os procedimentos a serem adotados pelas Bandas nos cerimoniais da Aeronáutica.

Em julho de 1980, o Brig do Ar Evônio Arouca foi nomeado o novo Diretor do CENDOC. Porém, como era de se esperar, sua gestão durou pouco tempo. Por infelicidade, a partir de abril de 1981, a missão da Unidade mudaria drasticamente. Nesse período, o Cel Av Waldemar Rodrigues assumiu, interinamente, a Direção do Centro.

Já em março de 1981, a ACLER passou a ficar subordinada diretamente ao GAP AF, transformando-se, mais tarde, em uma gráfica, o que acarretou a perda de toda a sua finalidade.

Pouco depois, o novo Diretor decidiu realizar uma série de visitas técnicas pelas Organizações Militares da Força Aérea espalhadas pelo Brasil, acompanhado de outros Oficiais, no período de 21 de abril até 26 de junho de 1981, retornando à sede do CENDOC em pequenos intervalos, nesse tempo.

No dia 11 de setembro daquele ano, o Cel Waldemar foi convidado pelo Comandante Geral do Pessoal a ministrar uma palestra sobre o CENDOC. Infelizmente, o Livro Histórico não possui o conteúdo da sua explanação. Entretanto, no dia 04/05/1982, três documentos foram expedidos, em função desse desastroso encontro: 1) o Decreto nº 87.148, que extinguiu o Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; 2) o Decreto nº 149, que alterou a finalidade do CENDOC; e 3) a Portaria nº 505, que aprovou o novo Regulamento do Centro.

De acordo com o Decreto nº 149, o CENDOC passou a ter por finalidade “o trato dos assuntos relativos à documentação, ao histórico e ao cerimonial do Ministério da Aeronáutica.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 79).

Também, segundo o Parágrafo único do Art. 2º, “A Chefia do Centro é de Coronel do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa.” (LIVRO HISTÓRICO p. 79).

Importa reparar que foram retiradas do Centro não somente as atividades de expe-

diente, mas, também, de museologia e de biblioteconomia!

Após esse período, o CENDOC nunca mais seria o mesmo...Anos mais tarde, contudo, o Centro recuperou as atividades relacionadas a biblioteconomia; porém, recentemente, no ano de 2013, excluíram-lhe, também, as atividades relacionadas à pesquisa histórica e aos cerimoniais, bem como os profissionais que trabalhavam nessas áreas...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Construir pode ser uma tarefa lenta e difícil, mas, destruir, é muito fácil.” (Anônimo).

O CENDOC é uma Instituição que possui um acervo riquíssimo, não somente sobre a história da aviação brasileira, mas, também, sobre a história do Brasil. Infelizmente, ele fica localizado num sítio afastado do Centro do Rio de Janeiro, o que dificulta a sua visita, principalmente por parte dos pesquisadores.

Grande parte do seu acervo ainda não foi catalogada e as melhorias que têm sido promovidas são realizadas com grandes dificuldades. Nem sempre o fator financeiro está em jogo, mas, sim, a falta de conhecimento de algumas chefias, ao longo do tempo, com a missão para a qual o CENDOC foi criado.

Depois de investigar a sua origem grandiosa, muito nos preocupa o seu futuro...

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. **Decreto nº 67.555**, de 12 de novembro de 1970. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico e dá outras providências. Fonte: Boletim do Ministério da Aeronáutica nº 11, de 30 de novembro de 1970.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. **Decreto nº 72.553**, de 31 de julho de 1973. Altera dispositivos do Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico, aprovado pelo Decreto nº 67.555, de 12 de novembro de 1970 e dá outras providências. Fonte: Boletim do Ministério da Aeronáutica nº 08, de 31 de agosto de 1973.

_____. COMANDO DA AERONÁUTICA. Centro de Documentação da Aeronáutica. LIVRO HISTÓRICO. Período: de 15 de agosto de 1974 até

os dias atuais. PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro : FGV, 2004.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patrícia da Silva. Análise bibliológica de livros raros : a preservação ao “pé da letra”. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 123, p. 33-48, 2003 [2007]. Acesso em: 10/06/2015. Disponível em: <http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf>.



Fachada do Centro de Documentação da Aeronáutica - 1950



Fachada do Centro de Documentação da Aeronáutica - 1985

SOBRE AS FONTES, OS DOCUMENTOS E OS ARQUIVOS



2º Ten QOCON HIS, Rachel Motta Cardoso,
Doutora em História

RESUMO

Tendo as fontes de arquivos militares do Exército Brasileiro como seu principal objeto, o presente texto apresenta um estudo de caso acerca da realização de uma pesquisa na área de história militar – especificamente na área de higiene e medicina militar. Na ocasião, toda a busca por fontes voltava-se para a confecção de uma tese em que, a partir do cotidiano em arquivos, buscamos demonstrar a situação problemática em torno das fontes necessárias para a construção do material, as origens dessas fontes e a contextualização dos seus tipos, bem como as dificuldades encontradas ao longo do processo de busca por fontes primárias nos arquivos militares e institucionais verificados.

Palavras-chave: Pesquisa histórica; Fontes primárias; Arquivos militares; e Arquivos institucionais.

INTRODUÇÃO

A questão das fontes é um ponto importante no desenvolvimento do trabalho do pesquisador e uma preocupação constante para a confecção de seus textos. A variedade de formas de seu substrato requer, do profissional, escolhas ao longo de sua pesquisa. São essas escolhas que se relacionam com os objetivos traçados pelo pesquisador. Ligados a esse tipo de pensamento que desenvolvemos o presente texto.

Atentos a essa questão, voltamo-nos para o texto de Silvia Hunold Lara intitulado Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico (LARA, 2008). Uma análise muito fecunda é realizada neste artigo, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre fontes e documentos e a forma como o historiador deve lidar com isso. O processo de transformação de textos em fontes é um processo que “depende do que os historiadores querem saber sobre o passado” (LARA, 2008, p.18). Essa autora nos remete ao termo “inventar”, ao tratar da relação entre historiador e fontes, já que este, o historiador, “tem à sua disposição um número limitado de textos e, para fazer história, precisa inventar

suas fontes” (LARA, 2008, p.18). Partimos do princípio abordado por Lara (2008) de que esse “inventar” é simplesmente o ato de perguntar, de interrogar, de criar caminhos a serem traçados no trabalho com a fonte. Isso com vistas a responder às perguntas do historiador, que delas necessita das mesmas para obter mais informações sobre as ações do homem no passado – como já lembrava Marc Bloch ao se referir a Michelet e Fustel de Coulanges, que “ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens” (BLOCH, 2001, p.54).

Ainda no que diz respeito ao trabalho de Silvia Hunold Lara, é importante lembrarmos que “os documentos não existem para registrar a história” (LARA, 2008, p.18). Muitas vezes nos deparamos com a dificuldade de encontrarmos determinados documentos, determinadas fontes, apesar da certeza da impossibilidade de trabalharmos com todos os documentos existentes relativos à nossa pesquisa. Nesse momento, é importante entender o porquê de muitos documentos serem mantidos ao longo do tempo e de outros se perderem ao longo do mesmo, seja em função do desgaste do próprio documento ou da falta de uma política de conservação da

documentação produzida e recebida. É nesse instante momento que nos deparamos com a realidade de nosso cotidiano como pesquisadores.

APRESENTAÇÃO DE PESQUISA

O objetivo de nossa pesquisa na tese é entender as influências da medicina de guerra alemã e francesa no Serviço de Saúde do Exército desde a sua participação na Primeira Guerra Mundial por meio da Missão Médica Militar Brasileira, em 1918, atuando ao lado de tropas francesas, até o ano de 1943, quando tivemos a formação da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.). Ao longo desse período entendemos que a Higiene Militar é o eixo de nossos estudos para identificarmos as principais mudanças sofridas pelo Serviço de Saúde e suas relações/implicações políticas à época.

Esse tema surgiu durante os estudos e a pesquisa para a confecção de minha dissertação. Ao tratar das correntes no Exército a partir do conceito de partidos militares naquele trabalho, verifiquei a importância da discussão sobre a influência de potências estrangeiras no desenvolvimento nacional. Tais correntes demonstravam as divisões existentes nas Forças Armadas e tinham sua origem em questões ligadas à influência de participação externa em questões consideradas estratégicas.

No entanto, para chegarmos até a atuação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, precisamos estabelecer as formas com as quais o exército se relacionou com duas potências estrangeiras em especial: a Alemanha e a França. Destacamos estes dois países em função da importância das relações existentes entre eles e o nosso Exército nacional. Na história do Exército brasileiro, duas missões foram de suma importância para o seu desenvolvimento: os oficiais brasileiros enviados para o Exército alemão para lá estagiarem e a vinda de uma missão militar Francesa de instrução. Para os principais historiadores¹ do tema, essas duas experiências foram fundamentais no processo de profissionalização dos oficiais do Exército do Brasil. Contudo, atentamos para o fato de que há muitos estudos sobre essas experiências, mas nenhum deles se voltou de forma específica para o que

¹ Apenas a título de exemplo, citaremos José Murilo de Carvalho, Celso Castro, Nelson Werneck Sodré, Alfredo Souto Malan, Manuel Domingos Neto, Alain Rouquié, Edmundo Campos Coelho e Frank McCann.

efetivamente era responsável pela formação de uma tropa “ideal”: o Serviço de Saúde do Exército, que é o responsável por todo o processo de inspeção da tropa e de seus oficiais, além de apresentar em seus quadros os principais institutos de pesquisa do Exército.

Para desenvolvermos nossa tese encontramos inúmeras dificuldades presentes nos arquivos trabalhados. O estudo das instituições militares, como no nosso caso, requer o aprofundamento em arquivos que dizem respeito a outra realidade que não especificamente a militar. Dessa forma, traçar estratégias e buscar acervos alternativos foi um bom caminho.

A ausência de um documento ou a sua perda deste ao longo do tempo constitui uma realidade em nosso trabalho de campo. Como consta no parágrafo anterior, foi necessário que traçássemos caminhos alternativos para encontrarmos os elementos que serviriam de pilares para nossas argumentações. Tal realidade também contribuiu para que os limites cronológicos de nosso recorte fossem expandidos, na verdade, foi necessário um recuo em nossa linha do tempo – retornando ao final do século XIX e não nos detendo apenas no período entre as duas guerras mundiais. Não somente em função da dificuldade em encontrarmos “todos” os documentos, mas principalmente nos questionamentos surgidos ao trabalharmos com mais cuidado com a literatura que diz respeito à história das ciências no Brasil e seu processo de institucionalização – temas que também foram abordados na tese juntamente com o eixo norteador, que era a higiene militar.

Como estudamos o processo de modernização do exército e sua relação com o desenvolvimento do seu Serviço de Saúde, entendemos que a tentativa por parte do Estado de criar laboratórios de pesquisa vinculados ao meio militar faz parte desse processo embrionário de institucionalização da ciência no país. Com isso, entendemos que seria profícuo para a nossa pesquisa uma análise mais pormenorizada no Instituto de Biologia do Exército, que teve o doutor Ismael da Rocha a sua frente. Ao estudarmos a sua trajetória, identificamos suas viagens para a Europa, em 1890, e a importância do papel dos institutos de pesquisa visitados por ele – os institutos Pasteur e Koch – e que influenciaram no processo de desenvolvimento e estruturação do referido instituto militar brasileiro criado em 1894.

Ao nos voltarmos para os estudos que lidam com a institucionalização das ciências no país, boa parte das análises são direcionadas para o estudo de instituições científicas e temas correlatos. Os estudos relativos ao Museu Nacional, bem como a outros museus, são um exemplo disso. Os trabalhos sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) também se encontram nesse plano. O trabalho de Nancy Stepan (STEPAN, 1976) apresenta a questão da difusão da ciência ocidental e sua institucionalização a partir da criação e desenvolvimento do Instituto Oswaldo Cruz. Com tantos trabalhos acerca da criação e do desenvolvimento de vários institutos, sociedades e associações científicas, notamos uma quase que total ausência de estudos relativos aos institutos militares.

O processo de institucionalização da ciência e a proximidade com os principais núcleos de desenvolvimento científico naquele momento não podem ser desconsiderados ao analisarmos o processo de modernização pelo qual passava o Exército Brasileiro. Como o objetivo do nosso trabalho era a análise de tal processo, consideradas as influências das escolas alemã e francesa, tornava-se profícuo compreender como os primeiros contatos foram responsáveis pela contratação das missões que estudamos em nossa tese.

O TRABALHO COM AS FONTES

Para elaborarmos nossa tese, procuramos analisar documentos diversificados e outros tipos de fontes, oriundos de meios oficiais e não-oficiais. Os de cunho oficial são aqueles produzidos pelas embaixadas brasileiras no estrangeiro – no nosso caso, aquelas sediadas em Paris e Berlim –, pelo Ministério da Guerra. Nesse caso, englobando a documentação dos institutos de pesquisa, trabalhada em nossa tese, e pelos arquivos pessoais de importantes figuras políticas na República, cujo acervo encontra-se disponível em instituições de pesquisa, como, por exemplo, o do militar Bertoldo Klinger, que teve papel importante na história política do país e pertenceu a uma das turmas de oficiais que estagiaram no estrangeiro e foram influenciados pela doutrina do exército alemão.

No início de nosso trabalho de pesquisa, não havíamos dado a devida importância para outros acervos que poderiam ser utilizados e que nos ajudariam a compreender o início das

relações existentes entre Brasil, França e Alemanha. Este novo olhar, mais atento, fez, no entanto, com que encontrássemos mais um acervo a ser pesquisado e a ter seu conteúdo incluso no material a ser usado para a confecção de nossa tese. Trata-se do Museu da Polícia Militar de São Paulo. Chegamos até esse acervo a partir de leituras referentes à Missão Militar Francesa de instrução que esteve no Brasil na década de 1920. Nesses trabalhos, encontramos indicações da existência de um primeiro contato de caráter semelhante àquele verificado na missão militar. Em 1906, o coronel francês Paul Balagny chegou ao Brasil. O objetivo, naquele momento, era instruir a Força Pública de São Paulo após rápida negociação realizada por Gabriel Toledo de Piza, embaixador do Brasil na França, e o Ministro da Guerra francês, Eugène Étienne². O contrato com os franceses foi renovado em 1913, sendo, toda via, dispensada, em 1914, em função dos acontecimentos da 1ª Guerra. Em 1908, os franceses conseguiram uma missão ligada ao Exército do Brasil: uma missão de veterinários militares, que teria como papel estudar a cavalaria do Exército estabelecendo “os fundamentos do ensino da medicina veterinária” (NETO, 2001 e MALAN, 1988).

O arquivo do Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo passou a figurar dentre o nosso acervo a ser estudado, como parte da estratégia de pesquisa de levantamento, análise e estudo de fontes. O nosso objetivo nesse acervo era procurar entender como as relações que se estabeleceram entre o Exército Francês e a Polícia Militar do estado de São Paulo – na época conhecida como “Força Pública” – possibilitaram uma aproximação com o Exército brasileiro. As perguntas feitas para as fontes ou o nosso “inventar” passou por um processo de elaboração e resultou em algumas das questões norteadoras que listamos em seguida:

• *Que relação teve o comandante dessa missão na Força Pública de São Paulo com aquela do General Gamelin no Exército dos anos 1920?*

• *Que militares franceses participantes da missão na Força Pública de São Paulo estiveram envolvidos com a Missão de Militar Francesa de instrução?*

• *Tendo em vista essa última pergunta,*

² Ministro da Guerra (Ministre de La Défense) da França no período de 12 de novembro de 1905 a 25 de outubro de 1906 e de 21 de janeiro a 9 de dezembro de 1913.

não havendo relação encontrada entre os militares de ambas as missões, haveria então alguma participação dos militares na primeira missão no contato com a missão de veterinários enviada ao Exército em 1908?

• *Qual a relação entre as três missões?*

• *Que nomes de militares franceses seriam encontrados em duas ou três missões francesas?*

• *Como era o modelo aplicado à Força Pública de São Paulo?*

• *Houve alguma semelhança entre o modelo aplicado à Força Pública de São Paulo e aquele aplicado no Exército dos anos 1920?*

Podemos perceber que o cerne de nossas questões dizia respeito ao conteúdo dessas missões, bem como suas semelhanças e diferenças. Contudo, lembremos que na Força Pública de São Paulo não havia – pelo que acreditávamos à época da construção desses questionamentos – a influência de oficiais que tiveram experiência com a doutrina do Exército alemão.

No que diz respeito ao envio de oficiais para realizarem estágios no Exército alemão, baseamo-nos na documentação presente no Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) do Arquivo do Itamaraty. Nesse acervo, concentramos nossos esforços na análise da documentação trocada entre a Legação Brasileira em Berlim, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Guerra. Trabalhamos com despachos, ofícios, telegramas e relatórios, tendo como objetivo compreender o clima político existente na época a partir da perspectiva oficial. O que nos interessava nesses documentos era identificar os oficiais que foram enviados para a realização de estágios na Alemanha. Assim, poderíamos traçar um possível papel desses no caráter modernizador a ser implantado no exército e suas implicações no Serviço de Saúde. Um dos aspectos principais a ser destacado é que esses mesmos oficiais, ao retornarem para o Brasil, criaram uma revista – A Defesa Nacional – visando publicar seus pontos de vista a partir de uma nova perspectiva, fruto das experiências vivenciadas no Exército alemão.

Mais uma vez, detivemo-nos nas perguntas norteadoras de análise de nossas fontes:

• *De que lado partiu a iniciativa de pro-*

porcionar um estágio no Exército alemão para os oficiais do Exército brasileiro?

• *De quais Exércitos havia um acompanhamento de forma pormenorizado?*

• *De quais Serviços de Saúde o Exército brasileiro (e/ou o Estado) procurava(m) informações?*

• *A partir de que momento se tomou a decisão do envio de oficiais para estagiarem no Exército alemão?*

• *Quais as impressões alemãs quanto à formação dos oficiais em estágio?*

O Arquivo do Hospital Central do Exército (HCE) seria de suma importância, na medida em que nos proporcionaria o contato com o cotidiano dos oficiais médicos. A partir da análise de sua estrutura poderíamos, então, identificar algumas das nossas questões:

• *De que forma a vivência no hospital refletia em considerações para o Serviço de Saúde?*

• *Que tipos de saberes médicos prevaleciam naquele cotidiano?*

• *De que forma o Hospital Central do Exército era influenciado pelos saberes médicos alemão e francês?*

O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) compunha um dos principais núcleos de nossa pesquisa. Nele encontramos a documentação produzida pelo Ministério da Guerra e pelos outros departamentos a ele subordinados. A documentação referente a tudo o que diz respeito ao Exército, como o envio dos estagiários para a Alemanha e a Missão Militar Francesa de instrução, se encontra neste acervo. Nosso objetivo, ao trabalhar com estas fontes, dizia respeito ao conteúdo das Missões, às principais modificações verificadas e aos resultados obtidos após as experiências com as mesmas. Além disso, poderíamos fazer um levantamento do histórico de compras do Exército, de itens relativos às necessidades do Serviço de Saúde. Esse tipo de documentação nos ajudava a perceber as ligações do Exército com determinados países europeus.

Havia muitas questões pertinentes ao trabalho neste arquivo, o AHEx, mas consideramos esta como a principal para o nosso ponto de partida:

Como estava estruturado o Serviço de

Saúde do Exército antes desse processo de “modernização”?

Podemos, ainda, agregar a essa questão as seguintes:

- *Os oficiais oriundos do estágio na Alemanha, os jovens turcos, atuaram de que forma nas reformulações do Exército?*
- *Sendo o serviço militar obrigatório uma conquista desse grupo, como isso se refletiu no Serviço de Saúde do Exército?*
- *De que forma as principais modificações sugeridas por esses oficiais foram “absorvidas” pelo Serviço de Saúde?*
- *Qual o papel exercido pelos jovens turcos no Serviço de Saúde durante a Missão Militar Francesa?*

A questão que mais nos preocupava, no entanto, é esta, que diz respeito às futuras conclusões de nossa tese:

Podemos considerar um quadro de “antes e depois” do Serviço de Saúde do Exército brasileiro em função dessas missões estrangeiras?

De forma a auxiliar o nosso trabalho, a análise de decretos também foi considerada. Procuramos identificar o papel do Estado nesse processo de modernização do Exército a partir da emissão de decretos. Importante ressaltarmos que este tipo de fonte também serviu de parâmetro para diferenciarmos o que é viável daquilo que era planejado. Nesse caso, nossas perguntas norteadoras estavam relacionadas às lacunas resultantes do processo de análise das fontes anteriores, não podendo ser predeterminadas.

Além da documentação do AHEx e dos Decretos que dizem respeito às instituições militares, também trabalhamos com as seguintes fontes de informação: o Boletim do Exército e o Noticiário do Exército. Em ambos, encontramos detalhes e dados que muitas vezes não foram localizados no trabalho com as fontes primárias e que produziam dúvidas na confecção de nossos textos. Da mesma forma como nos Decretos, as nossas questões que forma colocadas eram fruto do cotidiano de pesquisa e análise de documentos, o que nos impossibilitava criar um repertório de questionamentos destinados ao trabalho com esse tipo de publicação.

Outras fontes que não as oficiais também foram trabalhadas. Destacamos aqui o trabalho com os periódicos que tratavam do cotidiano

militar. Dentre uma das principais publicações, destacamos a revista A Defesa Nacional, cuja análise de seu conteúdo nos remete às perspectivas políticas e doutrinárias de seus membros. Como dissemos anteriormente, essa foi uma publicação idealizada pelos oficiais que estagiaram no Exército alemão e que buscavam um meio de divulgar seus anseios. Com essa publicação, o nosso objetivo era perceber o seguinte:

- *O que era produzido?*
- *Que militares figuram entre seus principais colaboradores?*
- *Qual era o conteúdo dos artigos relativos a temas voltados para o Serviço de Saúde (como o serviço militar obrigatório)?*

Os periódicos do campo médico também compõem nosso corpus documental. Destacamos como foco de nossas análises, os seguintes:

- **Anais do Hospital Central do Exército.** Rio de Janeiro.
- **Archivos do Laboratorio Militar de Bacteriologia e Microscopia Clínicas.**
- **Boletim da Sociedade Médico Cirúrgica Militar.** Rio de Janeiro: Sociedade Médico Cirúrgica Militar.
- **O Brazil-Médico.** Rio de Janeiro.
- **Medicina Militar.** Rio de Janeiro.
- **Revista de Pharmácia e Chimica Militar.** Rio de Janeiro.
- **Revista do Instituto de Biologia do Exército.** Rio de Janeiro.
- **Revista de Medicina e Higiene Militar.** Rio de Janeiro: Sociedade Médico Cirúrgica Militar.
- **Revista de Medicina Militar**³. Rio de Janeiro: Diretoria de Saúde do Exército.

Como estratégia de pesquisa, procuramos classificar os periódicos em: publicações de caráter militar e publicações de caráter civil. Não é necessário identificarmos de forma por menorizada neste espaço, na medida em que a nomenclatura das revistas nos permite verificar facilmente sua natureza, ou seja, de caráter civil ou militar.

³ A Revista de Medicina Militar recebeu vários nomes ao longo de sua existência: Medicina Militar (1910-1921); Revista de Medicina e Higiene Militar (1922-1931) e, a partir de 1932, o nome que aqui destacamos: Revista de Medicina Militar.

Nas publicações de caráter militar, buscamos informações pertinentes ao conteúdo estudado pelos médicos-militares, bem como os tipos de artigos publicados, todavia nossas preocupações se encontravam limitadas pelas seguintes questões:

- *Que escolas médicas exerciam maior influência naquele momento?*
- *Os médicos militares que escreviam tiveram algum papel nas missões estrangeiras?*
- *Que áreas recebiam maior atenção?*
- *Como essas áreas estavam relacionadas com a higiene militar e o Serviço de Saúde do Exército?*

Quanto às publicações de caráter civil, nossa pesquisa se volta para as específicas que diziam respeito à medicina militar ou a outros tipos de assuntos recorrentes nas revistas de medicina militar.

Por fim, não podemos deixar de tratar dos acervos pessoais. Alguns arquivos pessoais contribuíram para a nossa pesquisa, como o arquivo de Bertold Klinger, no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC, e os arquivos pessoais de Hélio Viana e Paulo de Frontin, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), contribuíram para a nossa pesquisa. O primeiro acervo, o de Bertold Klinger, foi escolhido pelo fato de Klinger ter sido um jovem turco, ou seja, um oficial que fez seu estágio no Exército alemão e que, posteriormente, desempenhou papel relevante no governo de Getúlio Vargas. Já os arquivos pessoais presentes no IHGB receberam nossa atenção porque dispunham de correspondências referentes à Missão Francesa e constam na documentação presente nos acervos de Paulo de Frontin e Hélio Viana.

CONCLUSÃO

Ao longo do processo de transformação de documento em fontes, devemos atentar para o fato de que são nossas perguntas que, respondidas, constituirão o substrato de nosso trabalho. Sendo assim, as leituras pertinentes ao nosso tema são fundamentais na medida em que nos auxiliam a fixar os limites de nossa pesquisa e os recortes temporais e temáticos precisos.

É a resposta às perguntas inseridas em nosso trabalho de pesquisa, enquanto exercemos nosso papel de historiadores, que proporcionam a criação daquilo que é novo, do que foi identificado como uma lacuna em nossas leituras. Isso quer dizer que, quando transformamos nossos documentos em fontes, olhamos para o documento como algo que poderá nos responder sobre a ação dos homens em um determinado tempo, em uma determinada conjuntura.

Ao trabalharmos com as fontes oficiais, tomando como exemplo os decretos, devemos lembrar que os documentos podem conter exageros, na medida em que muitos decretos podem ser criados em função de pressões políticas com vistas a agradar a um ou outro grupo. Esse ponto é considerado de suma importância e, por isso, trabalhamos com outros documentos, que tornar-se-ão fontes, de forma a confrontar o que deveria ser feito com o que efetivamente se deu.

Além dessa questão, a leitura dos documentos deve ser atenta, na medida em que deve buscar o que foi escrito, como foi escrito, por que foi escrito, como circulou e, finalmente, como foi guardado determinado documento ou conjunto dos mesmos. Pensarmos no caminho feito pelos textos e tentar compreender o porquê da existência de determinadas fontes e não de outras (LARA, 2008, p.21). Essa experiência fez parte do cotidiano de nossa pesquisa, quando enfrentamos grande dificuldade em obtermos documentos que se encontravam sob a posse de instituições tanto civis quanto militares. Na medida em que uma fonte fazia referência a outra, muitas não eram localizadas, ou porque ao longo do tempo haviam se perdido, ou não foram devidamente acondicionadas, ou foram acometidas pelas intempéries do tempo e da natureza.

Nosso processo de análise, de confecção de tese e de construção de questões norteadoras nos levou à produção daquilo que consideramos novo., à qualidade daquilo que produziremos, como ressalta Silvia Hunold Lara (2008), do nosso “fazer história”.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o Ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p.54.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Ed, 2005.

LARA, Sílvia Hunold. "Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico". **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, pp.17-39, dez. 2008.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

NETO, Manuel Domingos. "A disputa pela missão que mudou o Exército". **Estudos de História**, UNESP, São Paulo, v.8, pp. 197-215, 2001.

_____. "Influência estrangeira e luta interna no Exército, 1889-1930". In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, pp. 43-70, 1980.

STEPAN, Nancy. **Beginnings of Brazilian Science. Oswaldo Cruz, medical research and policy, 1890-1920**. New York, Science History Publication, 1976.



Documento do Arquivo do Exército Brasileiro

BIBLIOTECONOMIA NA FORÇA AÉREA: INOVAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO



2º Ten QOCON BIB Thiago Roberto dos Santos Mercedes
MBA Exec. em gestão Estratégica de Marketing, Planejamentos e Inteligência Competitiva. Coordenador da Subdivisão de Biblioteconomia do CENDOC

2º Ten QOCON BIB Cíntia Fernandes Lima
Bibliotecária e Advogada pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Chefe da Sessão de Publicações

A primeira biblioteca brasileira surgiu no interior de uma instituição de ensino dos Jesuítas no Brasil Colonial. Naquele período, todo acesso ao conhecimento era rigidamente controlado pela Igreja, situação que favoreceu a criação da primeira biblioteca do país no Colégio da Bahia em 1568 (FONSECA, 1979).

Por ocasião, o primeiro profissional bibliotecário em terras brasileiras foi o jesuíta português Antônio Gonçalves em 1604 que laborou na primeira biblioteca brasileira. Neste período e até o início do século XX não havia cursos de formação de bibliotecários no Brasil.

A criação do Curso de Biblioteconomia se deu com o Decreto nº 8.835, de 11 de jul de 1911. Entretanto, o curso começou a ser ministrado quatro anos após da publicação do referido Decreto, em abril de 1915 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tendo como diretor Manuel Cícero Peregrino Silva. Finalmente, em 30 de jun de 1962 a lei nº 4.084 regulamentou a profissão de Bibliotecário e seu exercício no território nacional.

O Bibliotecário tem sua trajetória intrinsecamente ligada a História da Humanidade, como as bibliotecas têm por objetivo guardar o conhecimento, a cultura e a produção científica das civilizações é necessário ter um profissional que organize essas informações salvaguardando-as para posterior recuperação rápida e precisa.

A hordienidade dos fatos sociais colaborou para o surgimento novas tecnologias de informação e comunicação possibilitando uma maior rapidez de acesso à informação. Assim,

a Biblioteconomia assume um papel de grande responsabilidade social oferecendo a sustentação para a educação, a pesquisa, a cidadania e o desenvolvimento de forma geral.

Neste cenário, as Bibliotecas Militares são imprescindíveis, na medida em que passam a ser responsáveis por tornar acessível à informação necessária para o processo de tomada de decisão. Visando à importância de ter bibliotecas organizadas e com serviços padronizados, que possam oferecer o que lhes é demandado, com eficácia e eficiência, o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) investe recursos recebidos para que as informações dos 56 acervos disponíveis na Força Aérea Brasileira (FAB) atendam com celeridade todos os usuários.

Assim sendo, foi instituída no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), a REDE de Bibliotecas Integradas do COMAER (REDE BIA) solidificado pela Portaria Nº 828/GC3, de 6 de julho de 2016, que tem como objetivos disponibilizar o catálogo do acervo; maximizar o acesso e a utilização desses acervos por meio de produtos e serviços e contribuir para o desenvolvimento tecnológico e científico do país, bem como despertar o interesse pelo tema na sociedade brasileira Além de dirimir custos e possibilitar a divulgação e empréstimo de diversas publicações localizadas em todo o país através de um portal que reúna todos os acervos.

A Rede BIA é uma estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação, referência, execução de ações voltadas para o aumento de leitores na FAB e acesso à informação.

Fortalecendo ainda na implementação de novas bibliotecas que integrarão a REBIMD (Rede de Bibliotecas Integradas do Ministério da Defesa) contribuindo de modo significativo para acessibilidade, visibilidade, acesso, credibilidade, uso e impacto da produção técnica dos militares e civis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. [S.l.: s.n., 1911?].

_____. Lei nº 4084, de 30 junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 jul. 1962. Seção I, p. 7149

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comando da Aeronáutica. Portaria nº 828/ GC3, de 06 de julho de 2016. Institui a Rede de Bibliotecas Integradas

do Comando da Aeronáutica (REDE BIA) e dá outras providências. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, nº 113, 08 jul. 2016. p. 5069

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287p.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p.



Acervo da Biblioteca Nacional

A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES



Jorge Antonio Rangel
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo
Sônia Camara
Pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir acerca da importância dos arquivos como espaços de guarda e de preservação de registros materiais do passado e, como tal, para a escrita da história e a difusão da informação. Com este propósito, o texto em questão organiza-se em dois momentos complementares: no primeiro, visa ponderar acerca do papel singular dos arquivos enquanto espaços de guarda e de preservação dos acervos documentais, refletindo acerca de sua função social e histórica; no segundo, busca evidenciar a importância estratégica do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (Cendoc) enquanto indicador de organização e de preservação de arquivos correntes e permanentes dentro da estrutura institucional e burocrática do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Arquivos públicos; História; Informação; e CENDOC.

INTRODUÇÃO

Vê-se o papel fundamental do questionamento na construção do objeto histórico. [...] Mediante a questão é que, a partir do mesmo documento – por um recorte e abordagens diferentes –, se constrói uma história da fortuna ou uma história da mobilidade social. O que levanta, evidentemente, grandes problemas aos arquivistas que, muitas vezes, por falta de espaço, são levados a depurar seus acervos pela eliminação dos documentos “inúteis”! Mas, como saber, atualmente, os documentos que, amanhã, poderão fornecer a resposta para as questões, ainda desconhecidas, dos historiadores? (PROST, 2012, p. 78). (grifos do autor)

Repensar as políticas de gestão documental de arquivos públicos no Brasil incide em promover uma discussão a respeito das perspectivas de proteção, de guarda, de arranjo e de acesso à informação que envolve a organi-

zação dos acervos. As reflexões acerca dessas questões nos parecem cruciais, uma vez que a sua definição irá implicar diretamente no estabelecimento de critérios que orientarão a dinâmica de funcionamento das instituições e, por conseguinte, as dinâmicas de guarda e eliminação de documentos.

Nesta direção, importa considerar que a definição desses procedimentos não se faz sem consequências muitas vezes nefastas para a produção de conhecimentos em torno da história do país, das instituições e do modus operandi com que a sociedade se produziu, historicamente. A adoção de práticas de gestão de documentos não se resume a mera definição e aplicação de critérios técnicos arquivísticos de diagnóstico, de descarte e de preservação de documentos envolve, outrossim, instâncias de poder que se configuram na produção de silêncios/esquecimentos na história. Assim, à luta que se trava da memória contra o esquecimento não se realiza sem a intervenção direta e organizada da

sociedade no sentido de garantir que os seus vestígios documentais sejam preservados.

A ampliação do conceito de documento que se observou a partir do final do século XIX, teve sua “explosão”, conforme Le Goff a partir dos anos de 1960, o que levou a uma “revolução documental”. Para o autor, este movimento se constituiu a partir de um guinada que facultou a “todos os homens” serem objeto de interesse da história e não, exclusivamente “os grandes homens, os acontecimentos” (1990, p. 541). Como efeito dessa revolução documental, dessa compreensão nova acerca da história e do seu sentido, tivemos a desmistificação do documento e, por outro a “transformação em ‘documentos’ certos objetos “ que até então eram negligenciados. A premissa que surgiu desse movimento, traz para o debate, acerca da gestão de documentos, novos desafios quanto a sua finalidade, uma vez que o documento, como bem afiança Le Goff “[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detenham o poder” (1990, p. 544).

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 548).

Visando contribuir com esse debate, este artigo tem como intuito refletir acerca da função dos arquivos como espaços de guarda e de preservação de registros materiais do passado e, como tal, para a escrita da história e a difusão da informação. Com este objetivo, o texto em questão organiza-se em dois momentos complementares: no primeiro, visa ponderar acerca do papel singular dos arquivos enquanto espaços de guarda e de preservação dos acervos documentais, refletindo acerca de sua função social e histórica; no segundo, busca evidenciar a importância estratégica do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC) enquanto indicador de organização e de preservação de

arquivos correntes e permanentes dentro da estrutura institucional e burocrática do Estado brasileiro.

OS ARQUIVOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA

No Brasil, a preocupação com relação a constituição dos “testemunhos” de épocas passadas orientou o processo de organização dos investimentos, por parte do Estado, na construção de espaços detentores da função de guarda documental. Este objetivo se materializou, ainda no Império do Brasil, com a criação dos primeiros arquivos públicos. Estes tinham como fim recolher e organizar documentos oriundos da administração pública (BACELLAR, 2014, p. 45). A Carta Constitucional do Império do Brasil outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824, previa em seu artigo 70, a guarda de documentos públicos. Todavia, foi somente com o regulamento de nº 2, datado de 2 de janeiro de 1838, que se criou na Corte, durante a regência de Pedro Araújo Lima, o Arquivo Público do Império.

Vale observar, inclusive, que na proposição inicial de criação do Arquivo Público já se previa como sendo sua finalidade promover meios para se realizar a escrita da história da nação a partir da ordenação simbólica do passado. Desta forma, o arquivo público investia-se de monumentalidade, sendo ele próprio patrimônio cultural, templo de conservação (JEUDY, 1990, p.15). Neste particular, legitimando-se como “articulador das significações estéticas, celebrativas, científicas e pedagógicas” (OLIVEIRA, 2005, p.44).

Ocupando, primeiramente, as dependências do Ministério do Império, localizado na antiga Rua da Guarda Velha, atual Rua Treze de Maio, na região central da cidade do Rio de Janeiro, Corte imperial, o Arquivo Público organizou-se a partir de três seções: a legislativa, a administrativa e a histórica, considerando, para isto, a procedência da documentação recolhida e ou doada. (COLLEÇÕES DE LEIS DO IMPÉRIO, 1839, p. 49).

Desta forma, com a criação do Arquivo Público Imperial revelou-se uma intenção, por parte da administração imperial, de se buscar, não somente consolidar as bases do Estado moderno, mas, sobretudo, legitimar constitucionalmente os pressupostos de organização adminis-

trativa da burocracia estatal. Não à toa, o Estado passou a ter controle de uma vasta massa documental, embora ainda estivesse definida a noção de preservação dos documentos (BASTOS, 1991, p.21).

Seguindo as regulamentações instituídas com as Instruções sobre o Arquivo Público Provisoriamente Estabelecido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o Arquivo Público Imperial era constituído por um conjunto distinto de documentos que englobava, na sua maior parte, os atos dos quatro poderes vigentes no país: moderador, executivo, legislativo e judiciário, particularmente, documentos relacionados aos atos do Governo Imperial referentes às nomeações de bispos e de Presidentes de Províncias. Por certo, a constituição de um arquivo imperial representou àquela altura da formação social brasileira um passo decisivo na direção da custódia de documentos, acondicionamento e catalogação a fim de garantir para as futuras gerações a transmissão da memória nacional.

Sob uma atuação passiva relacionada à custódia dos documentos de valor permanente, a legislação que regeu o Arquivo Público Imperial não tratou de sua preservação, nem tão pouco transformou sua função de depósito de documentos. Em finais do século XIX, a passagem do regime imperial para o republicano não reconfigurou, até os anos de 1980, um ordenamento jurídico-institucional que assegurasse a “preservação documental” como condição sine qua non de inviolabilidade de direitos do cidadão perante à informação dos poderes do Estado.

Observa-se que a Carta Constitucional Republicana de 1891 não fez menção e nem criou qualquer dispositivo legal que sinalizasse na direção da conservação e da preservação dos documentos arquivísticos. Este aspecto acabou permitindo a realização de atos discricionários pelo poder constituído de “eliminação de documentos sobre a escravidão e a memória da população negra do Brasil” (SILVA apud BASTOS 1991, p. 22). A falta de atenção especial no que se refere a organização de leis específicas quanto à definição de patrimônio ou ainda de políticas públicas específicas perdurou até a Constituição Federal de 1937. Esta Constituição trouxe as linhas da proteção do patrimônio cultural, deixando à espreita a figura jurídica da proteção do documento público.

Em seu artigo primeiro, o decreto-lei número 25/37 discorreu sobre a definição de patri-

mônio histórico-cultural e artístico como sendo um “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país” vinculados à “memória da história” brasileira em seu “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No entanto, foi o decreto-lei nº 3.365/41 que complementou o decreto-lei nº 25/37 acrescentando que a guarda adequada dos documentos deveria ser considerada “coisa de utilidade pública”.

Nesta direção, a primeira investida do Estado brasileiro no sentido de se criar uma figura jurídica de proteção documental deu-se pelo decreto-lei nº 8.534/46 que aprovou o regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Em verdade, este foi o momento crucial em que se iniciou no país uma discussão jurídica-política cuja centralidade estava associada à preocupação em pensar uma teoria arquivística enquanto organizadora de uma política de gestão documental de caráter nacional.

É a partir de 1946 que podemos detectar o início do tratamento constitucional para o problema documental; todavia, este tratamento limita-se ao patrimônio documental enquanto de valor histórico. No entanto, é nesta fase que se iniciam as discussões sobre os documentos enquanto acervo arquivístico. Nesta fase, as discussões sobre os documentos, enquanto teoria arquivística, se sobrepuseram às discussões sobre sua identificação legal, o que interceptou, no contexto da sociedade brasileira, o surgimento dos primeiros problemas de regulamentação dos arquivos (BASTOS, 1990, p.23).

Destarte, ao propugnar uma teoria arquivística deu-se partida a uma ampla discussão teórico-metodológica sobre as questões-problema que envolviam as competências do Arquivo Público Nacional para efetuar a gestão documental em diversos setores e esferas da administração pública do país, especialmente, no que tange aos documentos públicos de valor histórico.

A Carta Constitucional de 1967 e a emenda de 1969 não encaminharam mudanças quanto às formas e os procedimentos de recolhimento, de armazenamento, de guarda e de acessibilidade à informação documental. Nesta perspectiva, podemos dizer que foi no pós Se

gunda Grande Guerra Mundial que se evidenciou uma transformação na natureza do trabalho arquivístico em relação à concepção do documento como um testemunho escrito. Dos finais da década de 1940 em diante, o avanço das diversas tecnologias da informação impuseram uma nova dinâmica aos fenômenos informacionais, incorporando, assim, novos tratamentos das fontes documentais e novos usos da informação aplicados aos interesses do cidadão, da sociedade e do Estado.

A promulgação da Carta Constitucional de 1988, em seu artigo 216, parágrafo segundo, previa a definição de política de gestão documental no país, salientando que caberia “[...] à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Esta afirmação institucional de direitos civis e políticos do cidadão frente ao Leviatã do Estado moderno, reconfigurava os arquivos como sendo “intermediários culturais” na produção de novos conhecimentos sobre os indivíduos e da sociedade que o cercava. A proposta de lei de arquivo introduziu, como enfatiza Bastos (1990, p. 25), um eixo de preocupação envolvendo a democratização do acesso do cidadão aos documentos públicos e de pesquisa, sem entretanto, permitir-se “violentar a segurança do Estado e da sociedade”.

Assim, segundo Bastos (1990, p.20), a moderna questão de arquivística tem se imposto ao conjunto de preocupações constitucionais que aludem a organização burocrática do Estado e seu caráter de garantidor dos direitos sociais individuais e coletivos da sociedade perante o poder instituído do Estado. A efetiva organização da documentação pública, – como nos assevera o autor –, preconiza um “pré-requisito” capaz de viabilizar o acesso do cidadão ao direito público. Nesta direção, afiança que:

Tradicionalmente, as constituições brasileiras tratavam a questão documental como simples referência de organização do Estado. Modernamente, todavia, a questão arquivística tem sido tratada nos documentos legislativos não apenas como forma de organização institucional para viabilizar o acesso do cidadão aos instrumentos de garantias de seus direitos, mas também como forma de administração e gestão, para viabilizar

a implementação de decisões políticas. O Estado, atualmente, não é um mero agente de garantias, mas principalmente, é um executor de políticas não somente destinadas à proteção do cidadão como também à proteção de associações organizadas e de interesses difusos. Por conseguinte, paralelamente ao Estado, na medida em que absorve os avanços sociais, transformando-os em garantias legais oponíveis ao Estado. Essas garantias conduzem o Estado ao Estado de Direito e viabilizam, além dos direitos à vida e à liberdade, também o direito de participação de associações e representações difusas na consecução dos objetivos do Estado (BASTOS, 1990, p. 20).

A partir da Lei de Arquivos, de 1991, estabeleceu-se como premissa a compreensão de que era dever do Poder Público a gestão e a proteção de documentos de arquivos, “como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação” (Brasil, 1991). A elaboração da Lei incidiu no estabelecimento de aspectos associados a intenção de se gerenciar os arquivos. No contexto deste debate pela aprovação da Lei, temas relacionados a gestão de documentos assumiram centralidade provocando o refinamento dos procedimentos técnicos que envolviam o tratamento arquivístico de organização, guarda e descarte documental; a problemática que envolvia, para além dos aspectos técnicos que organizava as dinâmicas dos arquivos, a dimensão do acesso à informação como aspecto constitutivo dos direitos dos cidadãos, bem como a função precípua dos arquivos para o desenvolvimento das pesquisas históricas.

Jardim (1991, p.15) pondera acerca dos objetivos fundamentais da constituição dos arquivos públicos no país. Em sua compreensão, a preservação sistemática dos documentos governamentais deveria ter como fim “facilitar a eficiência das operações da administração pública, a pesquisa científica, à proteção do direito dos cidadãos e do desenvolvimento da identidade nacional local ou regional”. Nesta perspectiva, os arquivos assumiriam o lugar de repositório da “memória coletiva da nação, do estado ou da cidade”.

Nesta direção, as experiências de organização dos arquivos públicos na América Latina

e no Brasil têm comprometido, segundo Jardim (1995), o uso social da informação como elemento agregador da cidadania e da democratização do Estado. Sendo, assim:

Os arquivos públicos latino-americanos institucionalizaram-se como resultado de um processo de independência e formação dos estados modernos na região. Sob os projetos emergentes de nação, estas instituições foram consideradas arquivos históricos e, portanto, repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade nacional. Isto implicou o desenvolvimento de arquivos públicos e serviços arquivísticos “periferizados” na administração pública, incapazes de fornecer informações suficientes para a pesquisa científica e tecnológica e à sociedade como um todo. As instituições arquivísticas públicas brasileiras apresentam aspectos comuns no que se refere às suas características fundamentais. Trata-se de organizações voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu (JARDIM, 1995, p. 7). (Grifos do autor).

A lógica de constituição dos acervos de intermediários e permanentes estariam veiculados a uma política de arquivo de recolhimento operada por ações isoladas ligadas diretamente aos acontecimentos administrativos relacionados à determinadas situações de extinção de órgãos públicos, descarte de documentos em função de ausência de espaço físico para acondicioná-los, entre outras razões da administração (BITTENCOURT, 2015).

A prática de avaliação é quase sempre desconhecida por parte das instituições arquivísticas, quando ocorrem estes recolhimentos. Após o recolhimento, atividade pouco frequente nos arquivos públicos brasileiros, a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo “histórico”. Paralelamente, quilômetros de documentos tendem a ser acumulados sem critérios

junto aos serviços arquivísticas da administração pública, dada a inexistência de programas básicos de avaliação, eliminação e recolhimento às instituições arquivísticas. A lógica de constituição desses acervos de valor “permanente” resulta, em geral, menos de uma política de recolhimento por parte dos arquivos públicos do que de ações isoladas, associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos, falta de espaço físico em determinadas repartições (JARDIM apud BITTENCOURT, 2015, p. 216).

A relação entre documento, memória e história demarca um campo significativo de ordem da interpretação documental, compreendendo os registros documentais menos como “documento-verdade” e mais como documento que se pluraliza em versões construídas sobre um fenômeno social, um acontecimento, uma trajetória contextualizada no tempo e no espaço. O desafio é o de formular teoricamente a pergunta que vai interrogar os documento enquanto discurso social. Nesta hora, o historiador como o arquivista são arqueólogos da cultura documental. No caso particular dos historiadores, sua atenção ao documento justifica-se tendo em vista a estreita relação instituída entre ele, o documento e à escrita da história.

Como bem sinalizou Prost (2012), o “primado da questão sobre o documento” traz para à cena o papel significativo do historiador como aquele que mobiliza e transforma os vestígios do passado em fontes, portanto em documentos. Emerge desta compreensão, segundo o autor, duas consequências: a primeira, da “impossibilidade da leitura definitiva” do documento; a segunda, da “solidariedade indissociável entre a questão, o documento e o procedimento adotado” (2012, p. 77-78).

Assim, a análise desenvolvida por Prost se organiza a partir da perspectiva teórica advinda com a criação dos Annales, em 1929, na França. Esta compreensão trouxe para os historiadores uma nova referência quanto aos objetos e as questões envolvendo a definição de documento. Os Annales abriu um leque de possibilidades para se pensar e fazer história num movimento em que se buscou junto à outras ciências do homem, novos conceitos e novos instrumentos que permitissem ao historiador ampliar sua visão acerca do homem e da sociedade.

Para Burke reside, na diversidade historiográfica, a maior contribuição de Bloch e Febvre, individualmente, mas também como companheiros envolvidos com a criação, em 1929, da Revista *Annales*. A Revista definia-se por uma perspectiva da história econômico-social-mental (BURKE apud REIS, 2013, p. 254). Esta reflexão movimentou a instituição de um sentido novo para os documentos na medida em que os mesmos deixaram de se constituírem como “provas” irrefutáveis acerca do passado identificado com a necrópole. Os documentos passaram a ser concebidos como fontes de “informação” e, como tal deveriam ser reflexionados e compreendidos à luz das questões do presente. Partindo desse entendimento, os documentos impõem a sua nomenclatura e “o historiador se o escuta, escreve sob o ditado de uma época cada vez diferente. Mas pensa, por outro lado, naturalmente segundo as categorias de sua própria época” (BLOCH, 2001, p. 136). Assim, a história não se reduz a uma narração factual, ela envolve um esforço de conceituação da diversidade factual sob a unidade do conceito que organiza e estrutura a intervenção do historiador.

A FUNÇÃO SOCIAL DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA: ALGUMAS REFLEXÕES

O tratamento técnico dos acervos arquivísticos constitui-se de crucial importância na organização da administração estatal, uma vez que colabora não somente para a racionalização da administração pública militar do país, mas, fundamentalmente, para a ampliação das oportunidades para se difundir os direitos do cidadão à informação. A lei nº 8.159/91 estabeleceu, de forma inusitada, os princípios jurídico-institucionais que norteariam o desenvolvimento de uma política de gestão de arquivos, ou melhor, de uma lei de arquivos articuladora das três instâncias da federação, entendendo o documento como res pública. Mesmo que indefinida por ausência de pressupostos legais, como bem menciona Bastos (1990, p.25-28), a lei de arquivos expressou um esforço jurídico-político para se consolidar os poderes da República.

A partir deste princípio constitucional, pensa-se que uma lei de arquivo deve refletir e transmitir aspectos que além de fundamentais à nação, num sentido de res-

guardar sua história, também deve refletir o conceito de democracia, um sentido de assegurar ao indivíduo a transparência do Estado, bem como os direitos de cidadania, especialmente em momentos políticos com significância jurídica. Assim, se a política de arquivo deve refletir a consolidação dos documentos que exprimem as expectativas nacionais, por outro lado, não deve se afastar das preocupações democráticas enquanto vertentes constitucionais do sistema e que, ao mesmo tempo, consolidam os poderes e viabilizam a federação. (BASTOS, 1990, p. 29).

Pelos arredores da década de 1930, Paul Otlet (1934, p.6-7) sintetizava o papel social que a preservação dos documentos iria adquirir no cenário do mundo entreguerras. Observa-se que a entidade do documental não se restringia a “velar” pelo patrimônio documental por meio da custódia, mas também transfigurava-se em seu poder de uso (científico, social e cultural), objetivando a construção de um sistema de teorias, método e técnicas que propiciassem o trabalho de organização dos acervos documentais compreendidos como “organismos documentais, entidades que se agrupam, elaboram e administram os elementos assim tratados”.

Em seu *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicado em 1934, Otlet propõe a criação de uma rede universal de informação e documentação com a finalidade de definir um campo de estudos específicos e suas interfaces com outras áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, da psicologia, da estatística, da lógica empírica, entre outras. Estabelece uma inflexão do pensamento sobre o documento a partir da organização do trabalho do conhecimento em relação às fontes arquivísticas, apontando três princípios da organização documental.

Importante observar que, nesse contexto, os arquivos são entendidos como “organismos” que, por um lado, se materializam por narrativas metodologicamente controladas e, por outro, se constituem de diferentes temporalidades, espacialidades e por múltiplas formas de apropriações teóricas. Para Otlet, subliminarmente, estes princípios arquivísticos, expressados pela intenção de intervenção do pesquisador no real construído, representam e determinam o comando imediato de novas elaborações teóricas,

novas práticas pedagógicas e de ensino a simbolizarem um lugar social de produção.

No dizer de Michel De Certeau (1982), esse lugar social, “autoriza e ou interdita” os conhecimentos prenunciados pela pesquisa histórica em arquivos. Nesta direção, enfatiza Belotto que:

O arquivo é o órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração); no acervo os conjuntos documentos estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; os objetivos primários são jurídicos, funcionais e administrativos; os secundários são culturais e de pesquisa histórica; a fonte geradora é única. Em arquivo raramente o documento tem valor separadamente, é sempre como parte do todo a ele relacionado que deve ser tomado. Exclui-se o sentido de coleção: papéis reunidos obedecendo a critérios científicos, artísticos, de entretenimento, ou quaisquer outros que não os funcionais/administrativos (BELLOTTO, 1991, p. 3).

Os arquivos são campos de disputas de novas interpretações. Como unidades de informação, os arquivos preconizam o trabalho sistemático da memória histórica contra o esquecimento expresso através das técnicas e metodologias específicas aplicadas. Historicamente, sinalizam a organização do Estado moderno contra os arbítrios representados pelo Ancien Régime. O cidadão reconhece-se em direitos à informação e juridicamente tem seu acesso aos registros documentais garantidos.

Concordamos com Cardoso quando afirma que “[...] é a necessidade de intervenção no real que determina o esforço de pesquisa”. É preciso organizar diante de uma massa documental, a pergunta que irá interrogar as fontes. E, como se vê, pensar cientificamente o documento como indício de muitas histórias requer “colocar-se no campo epistemológico intermediário entre teoria e prática, entre matemáticas e experiência” (CARDOSO, 1979, p.9). Em perspectiva, os arquivos não devem ser entendidos como necrópole dos documentos que lá se encontram (SCHELLENBERG, 2007). São os arquivos, antes de tudo, instrumentos de comunicação e de disseminação da informação. Sem retórica, os arquivos são testemunhos a serem

interrogados pelo pesquisador.

Inscrito nos parâmetros da política nacional de arquivos, a criação do CENDOC fez parte de um conjunto de iniciativas traçadas pela Força Aérea Brasileira no sentido de reconfigurar a política de gestão documental dos acervos intermediários e permanentes da instituição a fim de garantir a recuperação e o aprimoramento do processo de reconstrução da história militar através do acesso e da difusão de seus conteúdos documentais, importantes para a ressignificação da memória da instituição militar.

Subordinado diretamente ao Comando-Geral de Pessoal, o Cendoc foi criado pelo decreto-lei Presidencial nº 80.965, de 7 de dezembro de 1977, a partir da extinção da Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC). Entre as finalidades que estruturam o Centro encontra-se: “o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliografia, de histórico e de cerimonial” (D.O., 7/12/77). O CENDOC pode ser entendido, ao mesmo tempo, como sendo arquivo e centro de pesquisa potencializador do exercício de recuperação da memória individual e coletiva da corporação militar aeronáutica.

De forma integrada aos demais setores da Força Aérea Brasileira, o CENDOC institui um tratamento orgânico de seus acervos conjugado a uma visão prospectiva do passado e de seus processos históricos, abolindo o dualismo que a muito perdurou no cenário da arquivística brasileira, opondo, lado a lado, documentação histórica e documentação administrativa.

Desse modo, o CENDOC configura-se um órgão de extrema importância histórico-institucional garantidor da integridade dos fundos arquivísticos sob sua tutela. Este presta atendimento público especializado, facultando o amplo direito à cidadania no que diz respeito ao manuseio documental e a um amplo campo de possibilidades para a realização de estudos a respeito da história militar no país. Nesta perspectiva, podemos dizer que a configuração institucional dos arquivos/fundos que compõe o CENDOC, a exemplo de documentos manuscritos e impressos, documentos de organizações militares (OM) desativadas, publicações oficiais, revistas e periódicos, dentre outros.

Protetor de grande massa documental produzida ao longo de décadas da criação da Aeronáutica brasileira, o CENDOC tem um grande desafio que é o de gerenciar a ordena-

ção dos arquivos intermediários e permanentes que constituem a história militar, facultando a emergência de novos conhecimentos sobre velhos objetos de pesquisas já consagrados pela história militar brasileira. Afloram, nesse processo, questões-problema que indicam diferentes interesses de pesquisa e diferentes campos intelectuais pelo qual movem na perspectiva de reescreverem a história da instituição a partir de suas práticas, habitus e relações sociais. Caberá ao historiador “selecionar, interpretar e explicar” e ao arquivista “identificar, descrever, resumir e indexar” Bellotto (2006, p. 11).

Ao registrar, acondicionar e ordenar a documentação oriunda dos fundos originais e de outros setores administrativos, o CENDOC atua no incentivo ao armazenamento de documentos que a instituição produziu e produzirá no percurso da história da instituição a partir de uma política de seleção e descarte do que deve ser conservado como indicativo da memória da instituição. O estudo de seus fundos arquivísticos possibilita, metodologicamente, propor uma arqueologia da evolução administrativa e social da Força Aérea Brasileira. Centro difusor da cultura, o CENDOC configura-se como sendo um lugar praticado de testemunhos de histórias vividas e de transmissões culturais que permitem penetrar na historicidade dos objetos e das práticas educativas.

A promulgação da Lei nº 8.159/91 acerca da política geral de arquivos no Brasil estabelece que a gestão dos documentos públicos correntes é de competência das instituições arquivísticas do país. Em seu artigo, a lei prescreve que é dever do Poder Público a gestão e a proteção de documentos de arquivos que devem ser considerados “instrumentos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Esta lei especifica as atribuições de arquivos públicos e privados no Brasil e faz transparecer a necessidade da proteção da documental de valores correntes, intermediários e permanentes.

No fluxo industrial e urbanismo das sociedades dos finais do século XIX, os arquivos que no Ancien Régime foram sinônimos de repositório estático de documentos transformaram-se em verdadeiros sítios arqueológicos, donos de uma história plurissecular, educadores e formadores, por excelência, da opinião pública. Por este aspecto, Wanderley (1990, p.87) nos faz ver a necessidade de se aproximar os arquivos

públicos e ou privados da vida cotidiana dos cidadãos da República:

Os arquivos constituem o repositório natural da produção intelectual, e se não estivermos atentos retornaremos à situação de “arquivo morto”. Assim, é necessário conhecer a Maior unidade arquivística existente e torná-la acessível ao público, o qual deve assumir um compromisso com este patrimônio; e quando às autoridades, elas precisam ser sensibilizadas para a concessão de verbas e as formação de mão-de-obra qualificada. O arquivo moderno não prescinde só de historiadores, como em passado recente: todas as áreas são importantes, pois até mesmo o arranjo da documentação poderá ficar comprometido, não apenas pela especificidade dos assuntos, como também pelos seus suportes (WANDERLEY, 1990, p.88-89).

Assim, a organização de uma instituição científica devotada a guardar, a referenciar e a proteger os acervos militares de caráter histórico e público vem contribuir e oportunizar a mobilização cultural e a reflexão etnológica acerca do potencial guardado pelos registros documentais arquivados. Desse modo, o CENDOC como os demais órgãos arquivistas do país têm um papel estratégico e tático na produção de uma nova cultura política a favor da singularidade da origem do produtor do arquivo e da filiação dos documentos que o constituem, indicando a singularidade de seu arquivo histórico.

Detentor de um rico acervo histórico, o CENDOC engloba para além da guarda e da conservação de portarias de tombamentos, edificações de uso aeronáutico, edificações fachadas de unidades aeronáuticas, objetos móveis e não móveis aeronáuticos, a Coleção Santos Dumont, doada pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, entre outros documentos-monumentos que compõem seus fundos arquivísticos (CARDOZO, 2015, p. 5).

Desta maneira, é importante pontuar que os registros documentais, sob guarda do CENDOC e das demais unidades, ligadas à guarda e à preservação documental como o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER) e o Museu Aeroespacial (MUSAL), são processos históricos à serviço da materialização da memória da instituição Aeronáutica. A nosso ver, o CENDOC tem uma responsabilidade histórica

imensa que é a de resgatar, preservar, difundir e popularizar o acesso às informações contidas em seu acervo histórico a fim de contribuir para a produção de uma escrita da história da Aeronáutica brasileira.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

Como nos diz Lucien Febvre em seu livro *Combats pour L'Historie*, o que está em jogo nessa construção narrativa é a posição assumida do historiador no seu ofício:

E dado que tenho a felicidade de ver nesta sala jovens decididos a consagrar a sua vida à pesquisa histórica, é com segurança que lhes digo: para fazer história virai decididamente as costas ao passado e vivei primeiro. Misturai-vos à vida. À vida intelectual, sem dúvida, em toda sua variedade. Historiadores, sede geógrafos. Sede juristas também, e sociólogos e psicólogos; não fecheis os olhos ao grande movimento que, perante vós, transforma num ritmo vertiginoso as ciências do universo físico. Mas vivei também uma vida prática. Não vos contenteis em contemplar da orla, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria. No barco ameaçado não sejais como Panurgo se sujando de puro medo, nem mesmo como o bom Pantagrue, contentando-se, amarrado ao grande mastro, em implorar, levantando os olhos ao céu. Arregaçai as mangas como Frei João. E ajudai os marinheiros na faina. E isto é tudo? Não. Não é mesmo nada se deveis continuar separando a vossa ação do vosso pensamento, a vossa vida de historiador da vossa vida de homem. Entre a ação e o pensamento não há separação. Não há barreira estanque. É preciso que a história deixe de vos aparecer como uma necrópole adormecida, onde perpassam apenas sombras despojadas de substância. É preciso que, ardentes de luta, ainda cobertos de poeira do combate, do sangue coagulado do monstro vencido, penetrei no velho palácio silencioso onde ela dormita, e que, abrindo as janelas de par em par, reacendendo as luzes e reanimando o barulho, acordeis com a vossa própria vida enregelada da princesa adormecida [...] Perdoai-me o jeito que tomou esta pales-

tra. Dirijo-me, sobretudo, aos historiadores. Se acaso eles estivessem tentados a achar que lhes falar assim é não lhes falar como historiador, eu lhes suplico que reflitam antes de formular essa censura. Ela é mortal (FEBVRE, 1965).

Desvestir o habitual, o consagrado e ativar a teoria, mobilizando o pensamento social, eis aí o trabalho do pesquisador frente ao arquivo. A questão colocada para o pesquisador de arquivos é desafiadora, recuperar no tempo longo por detrás das entidades, do tempo breve da conjuntura, da tendência ao ciclo, dos clichês, recuperando, passo a passo, o perfil dramático dos personagens. Todavia, é preciso escapar da escrita da história confinada a narrativa meramente cronológica dos fatos e dos acontecimentos para conseguir, via relação dialética, recuperar o sujeito como ator-social da história a ser contada, refletida e problematizada.

A consulta aos arquivos permitem perscrutar “o microsomo revelador de toda uma camada social” (HEYNEMANN apud MELLO E SOUZA, 1990, p. 80). Neste sentido, recordando o Mito da Caverna de Platão, o filósofo Pessanha salienta que :

A narrativa visual e auditiva das sombras e dos ecos que se sucedem é a única que apreende, a única que portanto parece existir, a única “ realidade ” percebida: o prisioneiro é prisioneiro porque é prisioneiro da ilusão convincente, prisioneiro de uma retórica de imagens que se impõe pela monotonia e pela monologia do discurso que, desde sempre aparecendo como único, propõe com a naturalidade do que existe aí, como real. Após a conversão do olhar, a libertação se processará não apenas pelo inicial descobrimento da situação de engodo, mas sobretudo pela criação e pelo uso das múltiplas formas de linguagem – correspondentes aos diversos objetos apreendidos nas sucessivas etapas do itinerário da sombra à luz – numa dialética de imagens que permitirá a progressiva cura da alma, enquanto sustenta a ascense rumo ao Belo, ao Bem e, agora sim, à realidade. O que, entre muitas outras coisas, significa: a conversão da ilusão à verdade pressupõe a travessia de todo território de linguagens – oceano imenso, cheio de obstáculos,

encantações, a ser percorrido por Odisseu -, o (re)conhecimento do real – pátria distante, Itaca desejada – é o prêmio final desse adiado retorno, através do navegar por imagens buscando um além-da-imagem, um além-de-toda-linguagem que a linguagem procura atingir, sem jamais alcançar plenamente: como o exato valor da raiz quadrada de 2 que a V2 indica sem revelar (PESSANHA, 1988, p. 283).

Vale observar que o arquivo é um bem simbólico. A estreita articulação deste com a memória e história catalisa em si, uma espécie de dança de Clio e de Mnemosine, conforme nos faz ver Neves (2009, p.18) quando nos remete a um sentido de “polifonia da orquestração entre passado, presente e futuro” na construção da história. Para a autora:

“é no compasso do tempo vivido que ambas se movimentam, e é para que os diferentes acordes do tempo narrado possam ser executados e ouvidos que ambas se dão as mãos ou se separam, numa coreografia sempre renovada”. (NEVES, 2009, p.19)

Todavia, acrescenta-nos Pierre Nora (1993, p.9) que a história trabalha com uma criticidade “destruidora” em relação à memória espontânea, colocando-a sempre em estado de suspeição. O arquivo é um lugar de memória e também de história. Por isso, é um lugar de tensão permanente entre o que foi vivido e as reconstruções sociais do que fora vivido.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. in: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

BASTOS, Aurélio Wander. A Legislação e a Política de Arquivos no Brasil. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1990, p.19-33.

BELLOTO, Heloisa L. **Teoria e Prática**: Identificação de Fundos. Arquivo Rio Claro. Rio Claro (SP), 1991.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamen-

to documental. Rio de Janeiro: FGV, 4º Ed., 2007

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

BITTENCOURT, Paola Rodrigues. **Acesso à Informação no Poder Executivo Federal**: uma análise a partir dos serviços arquivísticos. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, volume 9, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Maria Luiza. De DIRDOC à CENDOC: A trajetória do Centro de Documentação da Aeronáutica. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC, 27 a 31 de julho de 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COLLEÇÕES DE LEIS DO IMPÉRIO, 1839.

COLEÇÃO DE LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, Rio de Janeiro, v. 2, parte 2, p. 375-376, 1892.

FEBVRE, Lucien. Vivre l’Histoire. In: **Combats pour l’histoire**. Paris: A. Colin, 1965.

HEYNEMANN, Claudia. Pesquisando a Memória: o Arquivo Nacional entre a Identidade e a história. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1990, p. 69-83.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Caderno da Informação**, volume 25, número 2, 1995.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**.

Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MELLO e SOUZA, Laura de. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986.

NEVES, Margarida de Souza. Memória, História e Política. In: ALVES, Claudia (org). **História da Educação**: desafios teóricos e empíricos. Niterói-RJ: Editora da UFF, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10), Dez, 1993.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **7 de setembro de 1822**: Independência e memória nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

PESSANHA, José América Motta. História e Ficção: o sono e a vigília. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (1988). **Narrativa, Ficção e História**. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1988.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre A História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation - Le livre Sur Le livre - Théorie et Pratique**. Bruxelles: Mundaneum Palais Mondial, 1934.

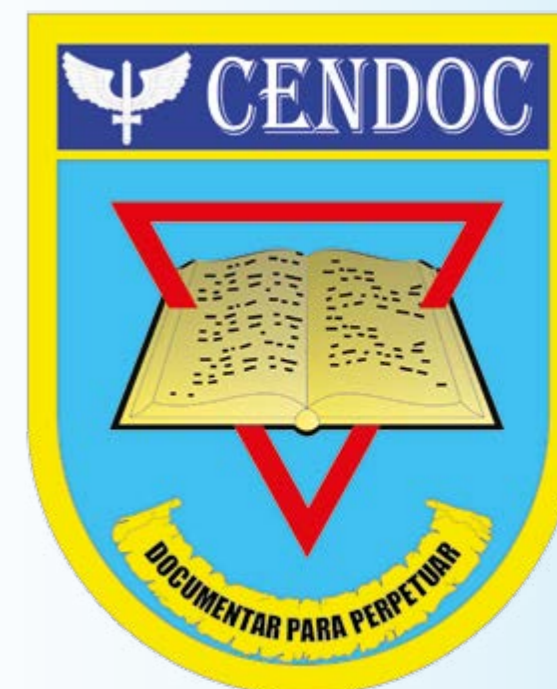
SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

REIS, José Carlos. Marc Bloch (1886-1944). PARADA, Maurício (org.) **Os Historiadores Clássicos da História, vol 2**: de Tocqueville a Thompson. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira. A popularização dos arquivos. **Acervo Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 1990, p.85-89.



Emblema Antigo do CENDOC



Emblema Atual do CENDOC

A IMPORTÂNCIA DA DIVISÃO DE ARQUIVO GERAL PARA O CENDOC E O COMAER



Ten R/2 QCOA Rosana Cristina Azevedo de Almeida
Graduada em Arquivologia pela UNIRIO
S2 SSG Ruggery Gonzaga de Melo Ruggery G. de Melo
Graduando em Gestão Pública pela Estácio de Sá

O registro da história e da memória humana se dá, atualmente e em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinada organização, pessoa ou família. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação. Porém, para que constituam uma pesquisa histórica, é preciso que estejam acessíveis, a qualquer tempo, aos interessados, sejam pesquisadores ou a sociedade em geral. As construções historiográficas muitas vezes necessitam de informação primária, ou seja, precisam ser retiradas em suas fontes originais: os documentos de arquivo. Mas, o que seria de uma sociedade, hoje, sem seus documentos? Os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade. E por essas e outras que a visão do Centro de Documentação da Aeronáutica – CENDOC é “Ser um referencial de excelência na gestão documental no âmbito do Comando da Aeronáutica”. Conseguimos observar que o CENDOC vai além de referência de gestão documental, mas sim, nos torna o berço de fontes de pesquisa, baluarte da importância arquivística Brasileira e principalmente age como defensor permanente da memória documental da Força Aérea Brasileira.

Em meados de 2011, surge a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). A gestão do conteúdo documental passa a ser prioridade nas organizações e é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação. Além disso, os órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, deverão assegurar: a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; proteção

da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Segundo o Regulamento do CENDOC (ROCA 21-28/2013) em seu Art. 7º é de competência da Divisão de Arquivo Geral “guardar e tratar a documentação permanente de valor histórico, probatório e informativo da aeronáutica”.

Está divisão resume-se na afirmação de que para o CENDOC existir e que possa cumprir a sua missão: “Ser o Arquivo permanente do Comando da Aeronáutica”, é imprescindível que todas as atividades inerentes a ele sejam realizadas de acordo com o que preceitua a arquivologia: executar o arranjo dos documentos, descrever a documentação, elaborar os instrumentos de pesquisa, tomar medidas preventivas adequadas e permanentes de conservação do acervo, restaurar os documentos que esteja em más condições, dentre outras atividades. No que diz respeito ao COMAER, basta lembrar que a DAG possui um acervo riquíssimo, não somente sobre a história da aviação brasileira, mas, também sobre a história do Brasil. São milhões de documentos arquivados, sejam eles higienizados, sobre tratamento ou a ser catalogados e temos em mãos um poder histórico e arquivístico imensurável.

Para Rosana Cristina Azevedo de Almeida – 1ª Ten. R2 QCOA AQV e ex-integrante por 8 anos e chegando ao cargo Chefia desta divisão as questões arquivísticas vão além:

“O cumprimento da missão das Organizações Militares do COMAER depende, em grande parte, dos documentos que elas

recebem e produzem. São os registros documentais que atestam sua existência e viabilizam a execução de suas ações. A melhoria das atividades de trâmite, organização, preservação e acesso dos documentos favorece a guarda do patrimônio documental pertencente ao COMAER, além de assegurar a preservação e a disponibilização das informações neles contidas. Portanto, tratá-los, preservá-los, guardá-los e controlá-los segundo os padrões arquivísticos atuais estabelecidos pela legislação em vigor constitui atividade básica que contribui para a transparência pública, além de disseminar a importância da documentação, não só como fonte de consulta, mas como instrumento de preservação da memória da Força Aérea Brasileira

Por tanto, falar sobre documentos permanentes não é apenas falar sobre arquivos. É falar sobre um sistema de gestão documental, principalmente quando desempenhado através de uma equipe que coordena as atividades com propostas, metas e principalmente agindo com um objetivo em comum: atender as necessidades da Força Aérea e do país. Falar sobre a Divisão de Arquivo Geral e sua importância, é destrinchar anos de história e abrir um livro, cujo qual, jamais será esquecido e abandonado pois é o coração desta unidade. O CENDOC, não só proporciona a preservação permanente mas ensina que para tonar um país melhor é preciso preservar, documentar e perpetuar a sua história. Assim, a nossa missão será cumprida e o esplendor desse pavilhão jamais será apagado.



Fachada CENDOC - 2017



Documentar para Perpetuar





“Planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica”



BIBLIOTECA
NACIONAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL